

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ECOLOGIA, AGRICULTURA E PEQUENA PRODUÇÃO: CONCEPÇÕES E  
PRÁTICAS DE UMA EXPERIÊNCIA GAÚCHA**

CARLOS FERNANDO COSTA

Orientador: Prof. Dr. Mario Riedl

Porto Alegre, outubro de 1992.

Catálogo na publicação:  
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e  
Humanidades, UFRGS  
Bibliotecária:  
Lizete Gomes CRB 10/950

- 
- C843n Costa, Carlos Fernando  
Ecologia, agricultura e pequena produção:  
concepções e prática de uma experiência  
gaúcha / Carlos Fernando Costa.  
- Porto Alegre : UFRGS, 1992.  
198f.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul. Programa de  
Pós- Graduação em Sociologia, 1992.
1. Ecologia : Trabalhadores rurais : Rio  
Grande do Sul. 2. Trabalhadores Rurais :  
Ecologia : Rio Grande do Sul. 3. Ecologia:  
Produção rural : Rio Grande do Sul. 4.  
Cooperativa Ecológica Coolméia : Rio Grande  
do Sul. 5. Ecologia Social. 6. Agricultura :  
Ecologia : Rio Grande do Sul. 7. Feira dos  
Agricultores Ecologistas : Rio Grande do Sul  
8. Ecologia : Agricultores : Rio Grande do  
Sul. 9. Agricultura ecológica: Rio Grande do  
Sul. Tecnologias. I. Título.

CDD  
19<sup>a</sup> 304.2098165

---

Aos meus pais,  
João e Martha,  
com carinho e gratidão

## AGRADECIMENTOS

Devo dizer, em primeiro lugar, que este trabalho só foi possível graças ao auxílio e compreensão de inúmeras pessoas e instituições, que de forma direta ou indireta contribuíram para sua elaboração. Assim gostaria de manifestar meu reconhecimento:

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que me conduziram na reflexão sociológica;

Ao professor Mario Riedl, em especial, pelo incentivo, apoio e orientação durante todo processo de elaboração da dissertação;

Ao CNPQ e à FAPERGS, pelos auxílios financeiros concedidos durante a execução deste trabalho;

À minha companheira Ana, compreensiva nos momentos difíceis dessa caminhada e aliada naqueles alegres;

Ao Guilherme, amigo e incentivador dessa dissertação, além de revisor e crítico do trabalho;

À Regina, amiga que muito me encorajou no processo de elaboração desse trabalho;

Aos colegas de minha turma - Edonilce, Maria Clara, Gustavo, Enio, Morrone, Sílvio e em especial à Alice, pelo empréstimo do computador;

Ao pessoal de apoio administrativo, com destaque para: Silma, Lo Prete, Jerônimo e Berenice;

E, finalmente, aos agricultores ecologistas, motivo deste trabalho.

Para todos, o meu agradecimento.

## R E S U M O

O presente trabalho tem como ponto de partida o mapeamento do debate sobre a relação homem e natureza e suas diversas compreensões em diferentes períodos históricos, buscando entender os novos conceitos postos em relevo em nosso século, frutos de um movimento emergente, multifacetado e social, denominado de ecologismo (ou movimento ecologista), e derivados de um conceito mais abrangente - a ecologia. Tais conceitos têm repercussão no meio rural.

Nesse sentido, o eixo central desse estudo está na substituição - por parte de pequenas unidades agrícolas, de cunho familiar - de uma agricultura tradicional e/ou modernizante por outra, ecológica.

Em função disso, buscaremos no debate sociológico sobre o rural, resgatar diferentes entendimentos quanto a manutenção/desaparecimento de pequenos agricultores no campo. Em seguida, salientamos que diferentes projetos agroecológicos abrem espaços para a transformação da agricultura, analisando em caso particular, a cooperativa ecológica coolméia. Enfim, sugere-se que a virtualidade da agricultura ecológica vai tornar-se uma opção para os pequenos agricultores, transformando-se - em alguns casos - em uma estratégia de sua manutenção no meio rural.

## S U M Á R I O

<b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
1.1 - Introdução ao problema.....	09
1.2 - Objetivo do estudo.....	13
1.3 - Importância do estudo.....	14
1.4 - Delimitação do tema.....	16
1.4.1 - Sujeito de pesquisa.....	19
1.4.2 - Procedimentos técnico-metodológicos.....	21
1.4.3 - Análise e interpretação dos dados.....	24
<b>2 - ECOLOGIA E ECOLOGISMO.....</b>	<b>26</b>
2.1 - A relação homem-natureza.....	26
2.2 - Ecologia e o ecologismo.....	34
2.2.1 - O desenvolvimento do ecologismo no Brasil.....	53
2.2.1.1 - O período de denúncias e conscientização pública.....	54
2.2.1.2 - Da institucionalização ao desenvolvimento sustentável.....	60
2.2.2 - No Rio Grande do Sul.....	63
2.3 - Perspectivas futuras do movimento ecológico.....	66
<b>3 - REPRODUÇÃO, CAMPESINATO E PRODUÇÃO RURAL ECOLÓGICA .</b>	<b>70</b>
3.1 - O debate clássico sobre a permanência do pequeno agricultor no meio rural.....	71
3.1.1 - Rumos do debate atual.....	75
3.1.1.1 - Mirando o capital.....	77
3.1.1.2 - Mirando o Estado.....	81
3.1.1.3 - Mirando o chão, aos lados e à frente.....	83
3.2 - O ecologismo influenciando os agricultores.....	88
3.2.1 - Os diferentes projetos.....	90
3.3 - Agricultura tradicional e/ou modernizante versus agricultura ecológica.....	103
3.4 - Breve resumo da agricultura no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	107
3.5 - Perspectivas Futuras para a Agricultura.....	111

3.5.1 - Engenharia genética: a nova versão do modelo modernizador.....	112
3.5.2 - Novas propostas para a agricultura.....	116
3.5.2.1 - Novas formas de dominação: sempre um passo a frente?.....	117
3.5.2.2 - Uma experiência: a "biotecnologia tropical"...	119
3.6 - Da agricultura à sociedade pós-materialista.....	122
<b>4 - UM PROJETO AGRÍCOLA ECOLÓGICO: COOLMÉIA E A PEQUENA PRODUÇÃO RURAL ECOLÓGICA.....</b>	<b>125</b>
4. - Análise da experiência estudada.....	125
4.2 - A Cooperativa Ecológica Coolméia.....	129
4.2.1 - O Núcleo Técnico Agropecuário.....	138
4.3 - A Feira dos Produtores Ecologistas.....	139
4.4 - Os Agricultores Ecologistas.....	149
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
<b>6 - BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>191</b>



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Introdução ao problema

O desencadeamento do processo de modernização, de um modo geral, produziu uma forma de agir e pensar que se centrou no estímulo ao progresso, relegando, muitas vezes, a um plano secundário, os custos sociais e ambientais. Desorganizar e depredar a natureza, seja em busca de matérias-primas e de metais preciosos, seja na exploração da terra, são práticas corriqueiras.

No caso da agricultura outros fatores se destacam. Houve também um processo de modernização intensiva com a utilização de máquinas - muitas vezes inadequadas aos solos -, insumos e defensivos agrícolas. A utilização dessa tecnologia visava várias finalidades, uma das quais era escoar as armas químicas - utilizadas nas guerras a partir de 1915 - que estavam estocadas (Revista Proteção, 1991). Aliado a isto, o objetivo era superar os obstáculos colocados pela natureza, potencializando e elevando a produtividade, para que, com isso, se resolvesse o problema da alimentação do crescente contingente populacional que a cada dia se aglomerava nas cidades abandonando o meio rural.

Assim, utilizar produtos elaborados artificialmente para acelerar o processo de germinação e desenvolvimento das plantas, selecionar espécies e sementes mais resistentes, aplicar herbicidas, fungicidas e inseticidas nas plantações para eliminar agentes naturais ditos daninhos, desestruturar relações sociais existentes no meio rural, massificando o trabalho assalariado, "expulsar" agricultores de suas terras, são traços marcantes desse processo.

Em contrapartida, o movimento ecológico, que se articula sobretudo na década de 80, procura desfazer o mito de progresso e de modernização da sociedade industrial, denunciando os meios escolhidos por ela para sua sobrevivência e construindo uma nova proposta de sociedade, mais justa e ambientalmente viável.

A maioria dos estudos sobre a questão ecológica está direcionada para questões teórico-metodológicas referentes às relações entre sociedade e ambiente; movimentos ambientalistas; condições de vida; atuação e inserção política dos movimentos; economia e ambiente; impactos ambientais; questões técnicas como poluição, devastação, etc. Especificamente, as análises sobre a produção rural ecológica e seus desdobramentos, sejam sociais ou ambientais, têm estado restritas a agrônomos, técnicos agrícolas, bió-

logos, veterinários e outros profissionais de áreas mais "técnicas".

Já o eixo central desse trabalho localiza-se em questões que ganham importância no meio rural: pequenos produtores agrícolas, com mão-de-obra familiar, abandonam o modelo modernizador de produzir por uma agricultura ecológica - sem insumos e defensivos químico-sintéticos.

Para compreendermos melhor esta realidade buscamos entender como se articulam velhas e novas percepções acerca da relação homem e meio ambiente em nosso século. Redimensionadas com o surgimento de um novo e multifacetado movimento, chamado de ecologismo, que questiona a forma de agir e pensar do processo produtivo vigente, tais percepções passam a ter repercussões no Brasil e Rio Grande do Sul no que diz respeito ao futuro da pequena produção agrícola.

Por outro lado, recuperamos o debate sociológico sobre a permanência do pequeno agricultor no meio rural, bem como o desenvolvimento dessas discussões na atualidade. Além disso, com a evolução do ecologismo, manifesta-se no meio rural diferentes projetos para uma agricultura ecológica como uma opção ao padrão modernizador agrário. Nessa perspectiva, para a realização dessa pesquisa partimos de uma pergunta básica: a agricultura ecológica pode ser pensada como mais uma estratégia de

sobrevivência de pequenos agricultores de cunho familiar no meio rural?

Buscamos com isto resgatar uma dimensão do real que está se estruturando e onde as Ciências Sociais têm trabalhado timidamente. A partir da constatação da existência e das implicações de uma agricultura ecológica, que no Rio Grande do Sul emerge sob a coordenação da Cooperativa Ecológica Coolméia, constitui-se o exemplo empírico da presente pesquisa.

Quais os motivos que levaram alguns pequenos produtores rurais, que trabalham com mão-de-obra eminentemente familiar, a abandonarem a agricultura modernizante e/ou tradicional por uma agricultura ecológica? Quem são estes produtores e onde se localizam? Que tipo de novas relações são estabelecidas entre esses produtores rurais, a natureza, os mediadores e os consumidores? Quais são as especificidades que a problemática ambiental adquire quando se trata da produção agrícola? Como se desenvolve a ecologia e o movimento ecológico? Quais são os novos paradigmas que surgem através dessas propostas? Qual o papel da Cooperativa Ecológica nesse processo?

Estas são as principais questões que procuraremos responder ao longo deste trabalho.

## 1.2 Objetivos do estudo

O objetivo central do presente estudo busca discutir e relacionar as articulações entre um movimento teórico-político-econômico-social emergente, o ecologismo, o debate sociológico sobre as estratégias de permanência de pequenos produtores no meio rural, e, a opção de pequenos agricultores por uma produção ecológica.

Os objetivos específicos são: 1. reconstruir a gênese, a composição e a dinâmica de grupos que se articulam em torno das propostas ecológicas, especificamente daqueles que trabalham com agricultura ecológica.

2. Levando em conta que a ecologia, o movimento ecológico e a produção rural ecológica têm um discurso que se propõe inovar questões pré-existentes, analisar seus limites, seu alcance e seu potencial transformador.

3. Por outro lado, a sociologia desenvolveu um amplo debate sobre a permanência da pequena produção familiar no meio rural. O pequeno agricultor manteve-se no campo, contrariando as previsões sobre seu desaparecimento feitas no início do século. Assim, buscamos apontar algumas posições nesse debate, abordando as perspectivas futuras desses produtores rurais, dando ênfase ao papel que a produção ecológica pode representar.

4. Por fim, verificar: a) quais as práticas e concepções que existiam entre os agricultores estudados,

antes de se tornarem ecologistas; b) quais as novas práticas e concepções assimiladas por eles; e c) que novas tradições são postas em relevo neste encontro entre o discurso ecológico, os mediadores e os agricultores.

### **1.3 Importância do estudo**

O presente estudo se reveste de interesse por vários motivos. O primeiro está ligado a questões diretamente evocadas por um novo paradigma emergente em diversos campos sociais - a ecologia, o ecologismo e seus vários desdobramentos. Cada vez mais as temáticas ecológicas ocupam espaços no cenário mundial, como ficou evidenciado com a recente realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CNUDMA), ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, questionando o atual modelo social e produtivo, denunciando seus traços devastadores e propondo novas saídas; enfim, repensando as idéias de progresso e modernização.

Este estudo procura contribuir no sentido de apreender os novos valores que são postos em relevo pelas questões ecológicas, além de buscar entender as múltiplas faces que apresenta este movimento.

Em segundo lugar, neste trabalho há uma atenção especial às propostas apresentadas para uma agricultura ecológica, visto que - do nosso ponto de vista - o modelo

modernizante produziu distorções na produção rural. Entre outras coisas, a utilização de produtos criados sinteticamente pelo homem, como os agrotóxicos, envenenaram o meio ambiente, especialmente a terra, atingindo e modificando todo o ecossistema, além de - em alguns casos - atingir diretamente o homem e sua prole. Sem dúvida, este padrão de produção está inserido em um modelo de sociedade que mantém a idéia da inesgotabilidade dos recursos naturais.

Além disso, pela quase inexistência de trabalhos científicos de cunho sociológico sobre ecologia no meio rural brasileiro, e particularmente do meio agrário gaúcho, este estudo tenta contribuir para suprir uma lacuna nesta área de estudo.

Segundo Viola (1987:80), a abertura da sociologia para as questões ambientais ocorre a partir de 1980 e se dá em dois níveis: o primeiro com a emergência de um novo paradigma teórico desenvolvido por alguns destacados sociólogos contemporâneos. O segundo nível dá-se com o "início de pesquisas empíricas sobre realidades sócio-ambientais delimitadoras (movimento social ecologista, degradação socio-ambiental - urbana e rural -, impacto sócio-ambiental de grandes projetos, etc.)".

Nessa perspectiva, a ecologia, em especial o movimento ecológico - também em sua vertente rural -, possui um grande potencial transformador, sendo porta-voz

de um sistema de valores e interesses pós-materialistas. propõe um olhar diferente e um novo agir planetário, divergente daquele criado pela razão instrumental (fragmentação, redução, mecanicismo e hermetismo).

Por outro lado, o debate que aqui se levantará terá como questão subjacente a permanência do pequeno agricultor familiar no meio rural. Esta discussão necessita ser revista em alguns aspectos, uma vez que a dinâmica da acumulação capitalista tende cada vez mais diminuir a importância da agricultura, eliminando as incertezas naturais (chuvas, estiagens), dominando tecnologicamente a produção e o processamento dos alimentos, barateando custos e aumentando lucros.

Assim sendo, este estudo busca explorar a relação do ecologismo com o meio rural e enseja o resgate de uma perspectiva e realidade social emergente em suas manifestações de caráter total e específico.

#### **1.4 Delimitação do tema**

O Rio Grande do Sul possui uma história agrária que guarda importantes especificidades frente ao brasileiro. Duas regiões quase distintas se formaram. De um lado, grandes propriedades rurais, localizadas ao sul e oeste do Estado, praticam até hoje a pecuária extensiva; num primeiro momento direcionada à venda de carne para as



charqueadas ou à comercialização do boi vivo, mais recentemente ela se associa principalmente às indústrias frigoríficas de carne e às ligadas a transformação do couro (sapato, bolsas, etc). De outro lado, encontram-se as médias e pequenas unidades agrícolas colonizadas por imigrantes europeus e caracterizadas pela produção quase exclusiva de gêneros alimentícios de origem vegetal. (Tavares dos Santos, 1978; Ghelen, 1983; Silva, 1991)

É este último grupo que nos interessa. Mais particularmente pequenas unidades agrícolas com menos de 25ha, que de uma forma ou outra - ou de muitas formas - ligaram-se às indústrias de produção de adubos químicos-sintéticos, máquinas e de processamento de alimentos.

Salientamos que com o decorrer do tempo, com a transformações no meio rural gaúcho, estas pequenas propriedades rurais se estabeleceram em diversos pontos do Estado, com características e produção diferenciadas.

Abordaremos aqui a situação de unidades agrícolas que fizeram uma trajetória de uma produção tradicional e/ou modernizante par outra, ecológica. Encontramos este grupo no quadro dos associados da Cooperativa Ecológica Coolméia. Esta, que atualmente tem sua sede em Porto Alegre, agrupou estes produtores, organizando-os e auxiliando-os a escoarem sua produção através do entreposto da entidade, de outros grupos

ecológicos interessados em comercializar este tipo de produção e da Feira dos Agricultores Ecologistas. Esta feira localiza-se no parque Farroupilha (local onde, aos domingos, ocorre o Brique da Redenção - uma feira de artesanato e antigüidades). Atualmente a feira ecológica acontece todos os sábados e reúne de 20 a 40 bancas.

Foram quatro as razões que nos levaram a escolher esse campo de investigação. Em primeiro lugar, por reunir agricultores cuja mão-de-obra é familiar, estabelecidos em unidades com pequena extensão de terra e que afirmam ter feito uma opção por abandonar a agricultura modernizante por uma agricultura ecológica.

Uma segunda razão reside no fato desses agricultores estarem vinculados a uma cooperativa que se auto define como ecológica, através da qual comercializam sua produção. Foi esta entidade que concebeu e implementou a feira dos agricultores ecologistas.

Este último fato nos remete ao terceiro motivo, a mudança de concepções e comportamento desses agricultores em relação a natureza e aos homens, incentivados pelo contexto que se desenvolve o contato direto com outros agricultores, com a Coolméia e com o público consumidor.

Por fim, o progressivo interesse e conscientização de um significativo segmento das classes médias urbanas frente às questões ecológicas cria um aumento na

demanda - hoje ainda incipiente - por produtos agrícolas elaborados ecologicamente.

Esses quatro elementos circunscrevem um universo ainda pequeno frente a uma produção tradicional, mas demonstram a possibilidade de uma alternativa de significado social, de produção igual ou superior à modernizante.

A pesquisa busca apreender o significado e as repercussões deste processo social.

#### 1.4.1 Sujeitos de pesquisa

O universo de investigação empírica, isto é, a população pesquisada, circunscreve um conjunto de pequenas unidades de produção, que se define a partir da decisão de abandonar a agricultura tradicional/modernizante por uma proposta ecológica de cultivar a terra.

O locus da realização desta opção é a feira dos agricultores ecologistas, implementada e mantida pela Coolméia desde 1989 na capital gaúcha. Esta feira, como veremos minuciosamente no capítulo IV, é composta por uma diversidade de produtores, e nesse sentido - buscando constituir nosso objeto - faremos um corte, limitando-nos aos indivíduos com tradição na produção rural. Com isto nos deparamos com um número reduzido de agricultores.

Alertamos, porém, que buscamos entrevistar agricultores de diferentes regiões, já que na feira existem

associações que congregam até 30 famílias de uma mesma localidade com muitas características idênticas. Portanto, ao diversificar os locais de procedência, pretendeu-se cobrir diferentes experiências, e ao explorá-las contribuir para dar conta dos objetivos da pesquisa.

Por outro lado, gostaríamos de salientar a importância da Cooperativa Coolméia, que convergiu em torno de si estes diferentes agricultores, auxiliando-os na expansão de seus conhecimentos agrícolas, bem como no escoamento de seus produtos.

Também é necessário alertar para as limitações e dificuldades que se colocam quando se elege este tipo de agricultor como foco de análise. Devido ao fato de que a agricultura ecológica é uma proposta muito recente - já que ela surge conjuntamente com o movimento ecológico - o material empírico é restrito, de pouca divulgação, e enfrenta ainda alguma descrença. Trata-se de um paradigma em ascensão ao qual correspondem múltiplas propostas quanto à forma de produzir.

Assim, devido ao número restrito de agricultores que por suas características correspondiam à problemática da pesquisa, no momento da coleta de dados, realizamos entrevistas com seis agricultores e uma com um mediador. Esta última justificou-se uma vez que este mediador faz a ponte entre a sociedade global - sendo

portador de conceitos, noções e conhecimentos de experiências universais -, e os pequenos produtores que participam do grupo. Ou seja, mediadores têm a função de traduzir e estar "entre" o geral e o local. Os mediadores contribuem para a produção de sentido (regras, símbolos e concepções) que torna-se necessário no encontro entre velhas e novas práticas sociais.

Enfim, do ponto de vista sociológico poderíamos dizer que privilegiamos aqueles sujeitos que hoje se reconhecem como portadores de um novo modelo agrícola emergente, diferente do tradicional e/ou modernizante, com novas propostas e práticas para com a agricultura.

A partir desse estudo de caso, talvez sejam possíveis extrapolações para outras realidades, respeitando-se - é claro - não apenas as diferenças regionais mas também as especificidades de elementos estruturais e de concepções ecológicas.

#### 1.4.2 Procedimentos técnico-metodológicos

O que buscamos nesta discussão é analisar as diferentes razões que levaram alguns pequenos agricultores a abandonar uma agricultura modernizante por uma ecológica, relacionando este fenômeno com as estratégias de reprodução da pequena propriedade familiar no meio rural. Com este objetivo trata-se de explicar como pretendemos reconstruir

este processo, bem como desvelar algumas relações que condicionam o desenvolvimento e o sucesso desse projeto agroecológico.

Neste sentido, a nível empírico, este trabalho está fundamentado na observação participante, que buscou captar uma série de relações que se estabelecem entre agricultores, mediadores e consumidores. Ademais, como forma de conhecer a intrincada teia de relações que se estabelecem entre passado e presente, bem como as vinculações que são instituídas no cotidiano, utilizamos a técnica da história de vida e as entrevistas abertas. Por outro lado, convivendo com agricultores, acompanhando agrônomos em suas visitas aos produtores, participando ativamente da Cooperativa, nas feiras, reuniões, nas assembléias e em outros encontros mais, buscou-se captar uma visão ampla e profunda da dinâmica e organização do grupo. Podemos então caracterizar este trabalho como um estudo de caso realizado através de uma pesquisa participante.

A pesquisa realizada baseou-se, fundamentalmente, em três técnicas para a coleta de dados: entrevistas abertas, observação e pesquisa documental.

A primeira está relacionada à gravação de relatos orais dos entrevistados. Nesta fase foram feitas entrevistas com um roteiro pré determinado de questões e temas, buscando conhecer o passado, entender a passagem de uma

agricultura (tradicional e/ou modernizante) a outra (ecológica), e apreender o conhecimento adquirido e posto em prática através da agricultura ecológica.

Gostaríamos de frisar que todas as entrevistas com os produtores foram realizadas em suas propriedades. Antes da entrevista propriamente dita, um passeio pela unidade agrícola permitia o conhecimento desta e das técnicas utilizadas pelo produtor, sendo que passamos uma semana trabalhando na propriedade de um deles. Neste reconhecimento da propriedade, além das perguntas feitas sobre a produção em si, conversas preparatórias, algumas vezes antecipavam perguntas contidas no roteiro de entrevista, buscando coletar material que porventura pudesse ser "esquecido" frente ao gravador.

A segunda técnica de observação se realizou no acompanhamento da feira ecológica desde o final de 1990 até fevereiro de 1992, buscando compreender a composição de agentes e forças sociais que se estabeleceram, assim como mudanças que ocorreram neste período. Isto foi realizado através de conversas informais - e registradas posteriormente no caderno de campo - com os produtores, os mediadores e os diferentes grupos que lá se apresentaram. Além disso, houve a participação em reuniões de agricultores - tanto as realizadas após as feiras, quanto as bimestrais, para planejamento da produção -, e em assembléias gerais da

Coolméia. Também houve a participação-observante\* do pesquisador na Cooperativa, atuando no Conselho Educativo, montando textos, panfletos, um caderno de associação, cursos, participando de palestras ou mesmo debates públicos e nos meios de comunicação. Procurou-se, dessa forma, captar o funcionamento da Cooperativa e, mais do que isto, montar este intrincado feixe de informações e relações que ali se estabelecem.

Por fim, como última técnica, utilizamos a coleta e análise de documentos produzidos pelos agricultores em função da feira, de textos elaborados pela Cooperativa Coolméia, com especial atenção ao seu núcleo técnico agropecuário.

#### 1.4.3 Análise e interpretação de dados

Este estudo foi dividido em quatro partes. Após apresentarmos na presente seção os parâmetros e procedimentos utilizados na pesquisa, a segunda parte aborda - a partir de uma revisão da bibliografia disponível - este novo paradigma que se coloca à humanidade, a ecologia. Busca-se historiar o desenvolvimento do ecologismo, sua repercussão e desenvolvimento no Brasil e no Rio Grande do Sul, enquanto contexto para o surgimento da Coolméia.

---

\* Ver Durham, Eunice in: a aventura antropológica; teoria e pesquisa.



No terceiro capítulo trataremos da questão agrária, mais especificamente das pequenas produções de cunho familiar que se mantêm no meio rural. É através desse debate sobre o meio agrário que buscaremos embasamento teórico para afirmar ou refutar nossas hipóteses de trabalho. Apresentaremos, ainda, um levantamento das diferentes propostas de agricultura ecológica que surgem ao nível mundial e sua penetração no país e no Estado.

Com essas referências organizaremos num quarto capítulo os resultados de nossa análise empírica. Em primeiro lugar buscaremos caracterizar alguns aspectos da agricultura ecológica frente à tradicional e/ou modernizante. Após esta exposição, tematizaremos a Cooperativa Coolméia, analisando sua relação com estes produtores. A seguir, trataremos da feira dos agricultores ecologistas, sua criação, as divergências e o estado atual. Por fim, exploraremos as percepções, propostas e ligações que estes produtores desenvolvem.

Isto posto, um capítulo conclusivo retoma as linhas gerais do estudo e propõe algumas ações aos agentes envolvidos.

## 2. ECOLOGIA E ECOLOGISMO

### 2.1. A Relação homem-natureza

As relações entre homem e natureza são frutos de uma construção histórica, estando inseridas num contexto cultural que cria, elabora, recria e reelabora permanentemente suas significações e seus vínculos. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo criado pelo homem como um produto de sua cultura. Ou seja, a natureza, com o passar dos séculos, adquire diferentes interpretações.

Duarte (1986:13-33) destaca três grandes fases da representação que o homem faz da natureza: **a Mágica, a Cosmologia Grega e a Meticista.**

Na **Mágica**, o homem projetava seus desejos e carências na desconhecida e "selvagem" natureza; não havia um estatuto próprio, uma racionalidade do natural: este era caótico e incompreensível.

Neste contexto, a seleção, organização e a domesticação de plantas e animais se processou de modo lento. No período *Paleolítico* os homens viviam da coleta de alimentos, caça de pequenos animais e pesca. No *Neolítico*

aconteceu a revolução agrícola, o homem tornou-se produtor de alimentos, provindos seja da terra seja da criação de animais. Com isto passou a ter um maior controle do abastecimento de sua alimentação. Tanto a agricultura como a pecuária aumentaram "*consideravelmente o domínio do homem sobre a natureza.*" (Aquino, 1980:67)

Mesmo assim, a natureza, por ser vasta, exuberante e diversificada, era tida como desconhecida, impondo respeito e medo (também se verifica isto naquelas regiões habitadas onde predominavam as paisagens mais áridas, como os desertos).

A presença de Deus era evocada diante de todas as manifestações da natureza, como as chuvas, trovoadas, relâmpagos, erupções vulcânicas e o próprio fogo, que por longo período de tempo ficou desconhecido.

Já na **Cosmologia Grega** o homem não recorria às forças sobrenaturais para explicar os fatos da natureza.

"Com Aristóteles a idéia mágica da natureza como uma necessidade, contra a qual nada se pode fazer, é superada, na medida em que se ousa afirmar que a natureza forma um conjunto e que as coisas são submissas a algo como uma legalidade." (Duarte, 1986:26)

As manifestações da natureza eram percebidas dentro de uma lógica, tendo por base um conhecimento prévio já acumulado, embora elas ainda não estivessem controladas e dissecadas.

Contudo, antes de Aristóteles, é nos pré-socráticos, especialmente em *Empédocles de Agrigento* (Souza, 1978:213-47), que encontraremos as primeiras idéias concebendo a natureza - e os homens como parte dela - interagindo como um todo. "O ser humano vem compreendido em sua inserção, em sua solidariedade e em comunhão com o conjunto dos seres". (Unger, 1991:13)

"O universo pode ser entendido então como resultado de quatro raízes - a água, o ar, a terra, o fogo. Essas raízes estão governadas pela *isonomia*: são "iguais", nenhuma é mais importante, nenhuma é mais primitiva, todas são eternas e imutáveis." (Souza, 1978:XXXII)

Será dessa fonte - os pré-socráticos - que muitos grupos ecológicos beberão, concebendo e dimensionando a relação homem-natureza nos parâmetros e dilemas atuais. Como exemplo, temos a palavra grega **GAIA**, utilizada por Lutzemberger (1990:101-2), para designar o planeta terra como "um ser vivo, um ente vivo com identidade própria". Em **GAIA** "tudo é e todos somos GAIA. Tomando GAIA como um organismo vivo, nós - os humanos -(...) 'individualmente', somos apenas células de um de seus tecidos."

Os gregos, no período clássico, estavam mais preocupados com revoluções filosóficas e políticas, na busca de uma ordenação de um caos existente, procurando organizar a Pólis.

Aos gregos, porém, a natureza negou um solo dotado de recursos abundantes. Este, na sua maior parte, era pobre e montanhoso. Talvez seja essa uma das razões pela qual não houve grandes inovações na agricultura nesta época. Nos solos mais férteis eram cultivadas oliveiras e vinhas, das quais se extraíam as matérias-primas para azeite e vinho, mercadorias de alto valor de exportação e de troca. E os alimentos básicos, como cereais, legumes e frutas, eram importados por um custo relativamente baixo.

Cabe dizer que, segundo Aquino (1980:83), o processo "de divisão de trabalho entre artesanato (cerâmica, tecelagem, metalurgia, construção naval) e a agricultura acelerou-se." Dessa forma, podemos perceber na "cosmologia grega" um princípio de separação do homem da natureza.

Poderíamos afirmar que foi Aristóteles quem propôs um novo olhar para a natureza. Esta, para ele, deveria transformar-se em objeto de estudo e servir ao homem.

A presença de Deus deslocou-se das manifestações da natureza para os homens. Os vários deuses têm a mesma origem que os homens e são formados à imagem e semelhança destes, com sentimentos, paixões, qualidades e defeitos humanos. O que os diferencia não é a origem, mas o destino: os deuses são imortais. (Duarte, 1986:27).

Já na **visão mecanicista**, a tradição judaico-cristã impõe a existência de um só Deus que criou o universo, o homem, a mulher, os animais, as plantas e todo o resto. Esse Deus único é onipresente.<sup>1</sup>

O pensamento mecanicista tem sua origem no filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650). O método cartesiano se caracteriza por ser analítico, implicando o processo de decomposição do objeto em seus elementos básicos, e pode ser considerado como fundamento da sociedade moderna.

Nesta visão, a concepção de natureza passa por uma mudança radical, relacionada com as grandes transformações ocorridas na própria concepção de conhecimento, ciência e cultura, enfim, com a transformação da sociedade. Classificatoriamente, os homens são separados da natureza, os seres racionais dos irracionais e o espírito da matéria.

Gonçalves aponta dois aspectos da filosofia cartesiana que irão marcar a modernidade:

---

1 Aludir à questão religiosa, mesmo de forma simples e sucinta, procura apenas acompanhar a idéia da racionalidade que desenvolvem os homens com o passar dos séculos, mesmo no campo espiritual - em especial a religião judaico-cristã, que se adequou ao pensamento mecanicista.

"1) o caráter pragmático que o conhecimento adquire(...) ver a natureza como um recurso(...) um meio para atingir um fim, e 2) o antropocentrismo(...) o homem passa a ser visto como o centro do mundo; sujeito em oposição ao objeto, à natureza." (1989:33)

Esta visão de uma natureza objetiva e exterior ao homem, que pressupõe uma idéia de homem não-natural, cristaliza-se com a industrialização, carro-chefe do modo de produção capitalista.

A dicotomia homem/natureza, espírito/matéria adquire nova e acentuada conotação nesta sociedade onde o homem passa a se servir da natureza de forma racional e científica. Torna-se difícil pensar o homem e a natureza de uma forma integrada e orgânica, pois a divisão não se dá só no pensamento, mas também na realidade objetiva construída pelo homem. (Vieira, 1989:23)

Tais afirmações sobre a natureza também justificam a existência do Estado, que irá controlar e disciplinar as relações sociais para que a sociedade não se torne um caos, algo incontrolável, onde o "progresso" e a "paz" não pudessem prosperar. O caos, "a luta de todos contra todos é rejeitada apenas no plano da natureza, mas aceita no plano da sociedade, sob forma de luta de classe". Como exemplo temos o pensamento dialético que "só consegue ver o mundo pelo prisma da luta, do conflito e da negação. É incapaz de percebê-lo como criação." (Vieira, 1990:23-4)

Sobretudo nas últimas duas décadas, as correntes revolucionárias do racionalismo mergulharam em profunda crise por não conseguirem mais explicar o mundo moderno: "o desdobramento e aguçamento das contradições internas de classes nos países capitalistas não provocou, como previsto por Marx, a solução proletária para a humanidade em geral." Tornou-se "forçoso concluir que o socialismo realmente existente também não produziu uma ruptura com o horizonte da civilização capitalista." (Vieira, 1990:24-5)

O sujeito histórico previsto por Marx para fazer a revolução e modificar o mundo não conseguiu se constituir e produzir este rompimento. A dicotomia liberdade/opressão, que galvanizava os movimentos políticos, é então transferida para a dicotomia vida/morte como chave para o deciframento do mundo atual. A questão ecológica, com a procura de integrar o homem na natureza, passa a ser um grande desafio para a humanidade, transpassando a posição de classe e decretando a falência dessa opção ideológica. (Viola, 1987:69-78)

O homem e a natureza passam a ser vistos "como partes de um todo composto de forças que interagem em constante movimento e transformação." (Vieira, 1990:26).

Para Pádua "a idéia de natureza sempre foi fundamental como agente catalisador do pensamento e da ação política." Contudo,



"O tema natureza, no final do século XX, tornou-se uma questão, ou seja, um problema teórico e prático sem a resolução do qual é impossível a continuidade da existência nas mesmas bases em que ela se dava anteriormente." (Pádua, 1988:2)

E, além disso, o tema natureza tornou-se "uma questão política, uma questão que diz respeito à continuidade da 'pólis', da sociedade humana."

Yudice (1990:48-57) argumenta que a modernidade gerou um discurso científico, tecnológico e epistemológico que está sendo questionado pela pós-modernidade. A libertação, hoje, não consiste apenas na conquista do poder pelo proletariado. Tem a ver com outras lutas, a da mulher, da liberdade sexual, religiosa, do anti-racismo, a questão ecológica, etc. Percebe-se que não há um único sujeito que levará à libertação. O que existe na sociedade são diversos sujeitos em interação. Além disto, não existe uma única direção, um único caminho a seguir.

Enfim, a relação homem-natureza é abordada sob outro enfoque: a procura de reintegrar o homem à natureza e preservá-la, antes que mudanças mais profundas venham a desequilibrar o planeta produzindo uma catástrofe sem retorno.

É necessário, pois, pensar e estruturar uma nova concepção de mundo que propicie uma outra maneira do homem se relacionar com a natureza, inseparável da estruturação

das relações sociais, vale dizer, das relações homens-homens. Isto o movimento ecologista procura fazer.

É nesse contexto que nasce a Cooperativa Coolméia. Seu projeto busca resgatar o vínculo do homem com a natureza, destruindo a proposição de que o homem está nela. Ao contrário, de acordo com sua concepção, o homem é natureza e dela **faz parte**. Trata-se de uma visão holística da natureza (sintetizando unidades em totalidades).

Na visão dos agricultores ligados à Coolméia, a produção agrícola é percebida como uma das dimensões de uma integração necessária entre o homem e o meio ambiente, ambos fazendo parte de uma totalidade:

"Se a gente destruir como está destruindo, se a gente continuar usando venenos, estas coisas, como se está fazendo (...) em pouco tempo vai terminar a vida." (Itair, agricultor)

## 2.2. Ecologia e o ecologismo

É imprescindível, neste momento, esclarecer os conceitos aqui usados de **Ecologia** e **Ecologismo**.

A palavra **ecologia** foi usada pela primeira vez por Ernest Haeckel, um biólogo alemão que em 1866 propôs a criação de uma nova disciplina científica. Essa teria por função estudar as relações entre as espécies animais e seu ambiente. Utilizou-se da palavra grega "oikos" (casa) para

formar *ecologia*, ciência que estuda a casa. (Lago e Pádua, 1984:15)

Segundo Pascal Acot (1990:27-32), é no segundo volume do *Generelle Morphologie der Organismen*, de Haeckel, que aparecerá a definição mais célebre desse autor: "Por *ecologia* entendemos a totalidade da *ciência das relações do organismo com o meio ambiente*, compreendendo, no sentido lato, todas as 'condições de existência'."

Das cinco definições que Haeckel fez ao longo de sua vida sobre ecologia, Acot ressalta que para este autor a ecologia "pelo menos em parte, constitui-se no quadro científico e ideológico da economia da natureza, dos equilíbrios naturais e da adaptação dos seres vivos às suas 'condições de existência'."

Contudo, para Acot, o fundador da ecologia foi *Eugen Warning*, professor de botânica da Universidade de Copenhague, que em 1891 estudou as plantas em função de suas exigências em face ao meio ambiente, de seus "modos de adaptação às condições exteriores no plano de suas estruturas e de suas fisionomias".

A ecologia nasceu aí, ressalta Acot, pois é a primeira vez que as plantas "são reagrupadas num corpo bem estruturado de questões centradas no estudo sistemático das formas biológicas que constituem as comunidades vegetais."

A ecologia, assim, tem a sua origem vinculada à botânica - o que, posteriormente, se denominou de ecologia vegetal -, ficando por muito tempo confinada nesse campo de estudo, antes de chegar na figura do animal - o que originou a ecologia animal, diferente, por sua vez, da ecologia humana.

Para Acot, o objeto da ecologia humana

"situa-se na interface da natureza e da sociedade: por um lado, os homens constituem uma espécie biológica cuja natureza é ser marcada por cultura e, por outro, eles transformam a natureza que os cerca a fim de satisfazerem suas necessidades biológicas e sociais." (1990:115)

O nascimento da ecologia humana, segundo este autor, se deu em 1921, através de *W.E.Ekblaw*, que pela primeira vez na história estudou uma população sob o ângulo de suas interrelações com o meio externo. O estudo foi realizado numa comunidade de esquimós. O clima polar, como um poderoso fator de controle, "não permite o estabelecimento de grupos humanos importantes". Sendo uma ecologia menos complexa, a população esquimó foi tratada de forma global, inserida no seu meio ambiente. (Acot, 1990:118-9)

Entendemos, então, por **ecologia** a "Ciência do Habitat", que em suas múltiplas concepções estuda os seres vivos e suas relações com o meio ambiente que os cerca.

(Dajoz, 1983; Mizuguchi, Almeida e Pereira, 1981; Baptista Filho, 1977)

Cabe ressaltar aqui as palavras de Lutzemberger, segundo as quais, longe de ser uma especialização a mais,

"A Ecologia é uma generalização, ela é a visão global das coisas, é a visão sinfônica do mundo, a visão do universo como esquema racional integrado." (Lutzemberger, 1980:12)

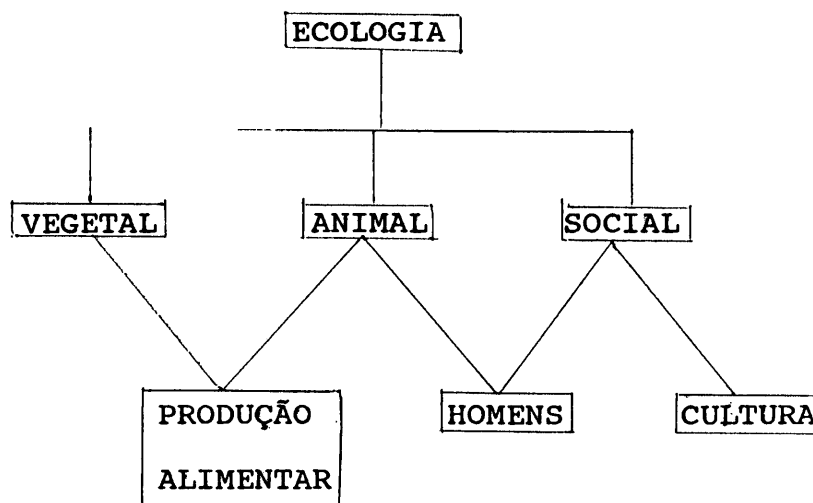
Com isto, nos dias atuais, a ciência na sua totalidade toma, aos poucos, outro rumo - o da interdisciplinariedade, se contrapondo a concepções mecanicistas de mundo.

De outra forma, existindo diferentes grupos com concepções variadas sobre o conceito de ecologia e em função da proximidade com os mediadores que apresentam sua versão, os agricultores ecologistas adquirem conhecimentos de forma parcial, que os leva a conceber a ecologia como: "trabalhar com a natureza sem usar agrotóxico, tudo natural"(Valdon); "a convivência com a terra" (Elemar); "seria o ecossistema, trabalhar o ecossistema, prá integrar, é toda uma integração" (Bellé); "ecologia é vida. ecologia é bem estar. A gente diz que a ecologia é um mundo. A ecologia é uma casa, a natureza, é uma casa" (Itair).

Portanto, grosso modo, para além das diferentes formas de expressão e de vivência, poderíamos então

classificar a *ecologia* em três grandes ramos: a ecologia vegetal, a animal e a social. (ver quadro 1)

**Quadro 1 - Diferentes ramos da Ecologia**



Referindo-se ao movimento ecológico, buscando compreendê-lo, Lago e Pádua (1984:19-20) entendem que "grosso modo", o ecologismo está dividido em quatro grandes áreas de pensamento: a **ecologia natural**, a **ecologia social**, o **conservacionismo** e o **ecologismo** (ver quadro 2). As duas primeiras áreas têm um caráter mais teórico-científico e as últimas compreendem práticas de atuação social.

A **ecologia natural** "se dedica a estudar o funcionamento dos sistemas naturais (florestas, oceanos, etc), procura entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza."

A **ecologia social** aborda a relação entre os homens e o meio ambiente, "especialmente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre a natureza; aproxima-se mais intimamente das ciências sociais e humanas."

O **conservacionismo** "engloba o conjunto de idéias e estratégias de ação voltadas para a luta em favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais."

O **ecologismo** "é um projeto político de transformações sociais colocado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária."

Dessa forma,

"A ecologia natural nos ensina sobre o funcionamento da natureza, a ecologia social sobre a forma como as sociedades atuam sobre esse funcionamento, o conservadorismo nos conduz à necessidade de proteger o meio natural como condição de sobrevivência do homem, e o ecologismo afirma que essa sobrevivência implica numa mudança nas bases mesmas da vida do homem na terra." (Lago e Pádua, 1984:21).

Esta é uma das primeiras elaborações teóricas efetuadas no Brasil no início da década de 80 e que Viola e Leis (1991) refazem tal concepção, colocando-as em outros parâmetros, como veremos a seguir.

No final da década de 80 e início da de 90 há uma nova interpretação para o **ecologismo**, este está associado a

padrões de comportamento, de crenças, às instituições e outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade. Evoluiu de tal forma que tornou-se um grande movimento social. Ou, mais do que isto, para Viola e Leis (1991:24) o ecologismo tornou-se um movimento histórico, vasto e complexo, atingindo um grande número e uma grande variedade de setores sociais.

Ecologismo (ver quadro 2), portanto, é a organização de múltiplos e multifacetados movimentos sociais que se organizam em torno das questões ecológicas. Temos aí movimentos político-partidários; preservacionistas; correntes filosóficas; a agricultura ecológica - também conhecida como agricultura alternativa, orgânica, natural ou agroecologia; e diferentes outros projetos.

Para Viola e Leis, o enfoque ecologista é

"produto de uma crítica profunda da dinâmica da sociedade industrial nos últimos dois séculos, e está baseado num sistema de valores pós-materialista que concebe o desenvolvimento humano como uma combinação harmoniosa de desenvolvimento material (para fora) e espiritual(para dentro)." (Viola e Leis, 1991:37)

O crescimento do ecologismo teve - entre outras razões - uma dupla determinação. A primeira foi a frustração com os movimentos sociais libertários e emancipadores, que não conseguiram realizar suas promessas



de levar o homem a uma sociedade mais justa; a segunda, foi/é um dilema que a sociedade vive, a questão da sobrevivência das espécies no planeta, inclusive a do próprio homem.

O ecologismo se pauta, sobretudo, por uma censura ao perfil de desenvolvimento da indústria e da tecnologia. O crescimento da produção industrial e o consumo desenfreado, a busca de poder e lucro, fundam uma economia de desperdício e pilhagem, uma economia que esgota matérias-primas, desperdiça energia, destrói e desequilibra o meio-ambiente. (Huber, 1985:16)

Enquanto movimento, o ecologismo pretende ser pluralista, universalista e interdisciplinar. Pluralista e universal porque ultrapassa as fronteiras de classe, raça, idade, espaço geográfico, nação, ideologia, etc. Interdisciplinar porque não é localizável como grupo de referência. É um movimento em construção que abarca grupos sociais, cientistas e indivíduos de diferentes áreas de atuação. (Bunn, 1989:6-7)

O projeto do ecologismo, também conhecido como movimento ecológico, é:

"a limitação do sistema e a autolimitação, a dissolução planejada da compulsão ao crescimento, a reinserção da produção industrial no meio natural, a desconcentração econômica, a descentralização da produção por meio de tecnologias adequadas, médias e pequenas (small is beautiful), a descentralização dos meios financeiros, o

desmantelamento da concentração de poder político e econômico, a autonomização de pequenas unidades, assim como a poupança e o reaproveitamento dos insumos." (Huber, 1985:16)

Neste sentido, Cardoso (1991:114) destaca - entre outras - as seguintes críticas elaboradas pelo ecologismo ao modelo produtivo vigente: 1. censura à razão científica moderna pela separação do homem da natureza, pelo desenvolvimento de uma concepção de dominação e pela exploração desenfreada do meio ambiente; 2. reprovação da concepção de progresso e crescimento ilimitado que extingue espécies, ocupa áreas de preservação e contamina crescentemente o ambiente; 3. crítica ao modo de vida dominante, esbanjador e destruidor do meio ambiente e da saúde do homem; 4. rejeição dos padrões tecnológicos dominantes, "cuja escala, tipo de energia consumida e forma de gestão seriam inadequados e predatórios ao meio ambiente."; 5. oposição à exploração crescente dos recursos naturais e à situação de pobreza do Terceiro Mundo.

Frente a esses princípios básicos, Cardoso (1991:115) aponta as seguintes alternativas apresentadas pelo movimento ecológico: 1. reordenamento da ordem tecnológica, com a adoção de técnicas brandas, não poluentes e de controle rígido da emissão de resíduos; 2. "reaproveitamento sistemático dos rejeitos, com substituição de materiais não-degradáveis ou recicláveis,

articulando-se com a mudança no padrão de consumo."; 3. limitação do crescimento econômico global; 4. modificação radical do padrão de consumo mundial de bens supérfluos e degradadores do ambiente, por outros pautados em novos valores, não predadores da natureza; 5. cooperação internacional no controle do esgotamento das áreas de importância global; 6. substituição das fontes energéticas em uso por opções mais brandas, como a energia solar, eólica, etc; 7. incentivo à agricultura ecológica; e 8. políticas de controle da natalidade visando estancar o crescimento demográfico, reduzindo a pressão sobre a utilização de recursos naturais.

Após estes esclarecimentos podemos dizer que:

"o ecologismo propõe um novo sistema de valores pós-materialistas sustentado no equilíbrio ecológico, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade com as gerações futuras." (Viola e Leis, 1991:37)

E, também que:

"Fundada em princípios de cooperação, autonomia e descentralização, a nova era anunciada pela ecologia se constrói a partir do pequeno, do feminino, do pacifismo e do respeito à natureza." (Cardoso, 1991:115)

Nessa construção de um novo modelo social, idéias-chaves contendo novos significados são construídas pelo ecologismo para o deciframento do mundo atual. Já

comentamos a passagem da dicotomia liberdade/opressão para a antinomia vida/morte, expressando, ao nosso ver, a compreensão totalizante do momento histórico pelo qual passamos.

Outra expressão que aparece de forma significativa é a idéia de descentralização, que se opõe a excessiva concentração de poder de decisão na mão do Estado e/ou de grandes grupos econômicos. Estes, em termos sociais e políticos, mostraram-se ineficientes.

Desenvolvimento sustentável é um termo complexo e de muitas interpretações. - A partir do relatório do Seminário "A Sociedade Brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio/92", realizado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, sob coordenação do Dep. Fábio Feldmann destacamos como princípios básicos orientadores dessa idéia: a) eficiência energética; b) natalidade no nível de reposição; c) tecnologias limpas; d) controle total de qualidade; e) democracia baseada simultaneamente no princípio da equidade social e da eficiência de gestão.

Mais do que isto, este conceito procura incorporar valores éticos como humildade, solidariedade, felicidade do homem como objetivo final. Já na questão econômica devem ser incorporados em sua contabilidade os

recursos naturais e a degradação ambiental, entre outras coisas.

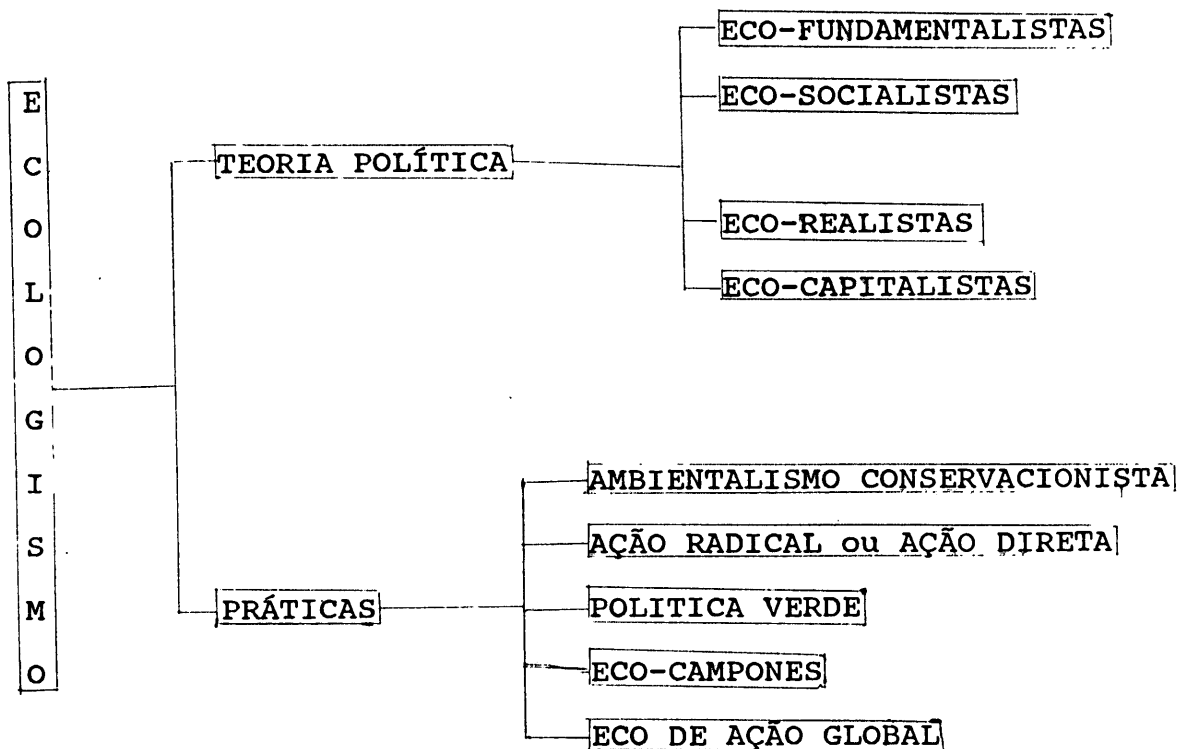
O objetivo último do desenvolvimento sustentável é a convivência harmônica de todas as formas de vida.

Além disso, com o desenvolvimento do movimento ecológico surge o conceito de biodiversidade, ou seja, a manutenção da variedade das espécies, em contraposição às propostas de limitação, redução e seleção de plantas, animais e até homens.

Para que o paradigma emergente tenha sucesso, desenvolveram redes de informações, auxílio mútuo, trocas, compra e venda, etc., procurando superar o bloqueio "natural" encontrado no modo de produção dominante.

Eis aí, pois, algumas idéias-chaves - certamente existem outras - que orientam e estruturam este novo paradigma que vem sendo construído no meio social.

Quadro 2 - Diferentes propostas existentes no movimento ecológico. Uma indicação de organograma.



Como um dos ramos associados ao ecologismo interessa-nos ressaltar aqui a **Agricultura Ecológica**, também caracterizada como alternativa, orgânica ou biológica.

Segundo Lutzenberger (1985:73-4), o nome agricultura ecológica é o mais apropriado para designar esta proposta de produção alimentar. Não seria correto afirmar, segundo este autor, que é alternativa, pois uma proposta ainda mais tecnocrática e destruidora pode também ser alternativa à convencional. Tampouco é apropriado se

afirmar que ela é orgânica ou biológica, pois "tudo o que tem a ver com a vida, inclusive a morte, é biológico."

Para Lutzenberger, a agricultura ecológica

"partindo de uma visão sistêmica ou unitária, isto é, uma visão de conjunto, na qual a propriedade agrícola é marcada como uma unidade funcional, um organismo, por assim dizer, sabe que a fertilidade do solo e a saúde das plantas são fatores inseparáveis. Portanto, a preocupação fundamental do agricultor ecológico é manter e melhorar constantemente a fertilidade natural do solo." (1985:74)

É patente que este autor privilegia fundamentalmente a conservação da vida do solo, através das matérias orgânicas. Diz ele: "num solo ecologicamente manejado, não há perdas de micronutrientes e praticamente não se conhecem problemas de carência de microelementos." (Lutzenberger, 1985:74)

Uma das preocupações da agricultura ecológica é produzir alimentos "saudáveis", eliminar da lavoura os elementos nocivos à natureza, à terra e aos homens. Entre estes elementos estariam os agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros).

Além disso, existe nessa proposta uma preocupação com a reeducação dos agricultores, não apenas em sua prática agrícola como no seu relacionamento de um modo geral com o meio ambiente que o cerca.

Neste trabalho salientaremos algumas dessas vertentes: orgânica, biodinâmica, biológica, permacultura, natural, regenerativa e biotecnologia tropical. Estas propostas serão melhor explicadas no capítulo III, ponto 3.2.1.

Viola (1987:78-9), em outra perspectiva, destaca no movimento ecológico mundial, sob o prisma da teoria política, quatro grandes grupos: **os ecologistas fundamentalistas, os eco-socialistas, os eco-capitalistas e os ecologistas realistas.**

Os **ecologistas fundamentalistas** têm uma herança anarquista-niilista, de horizontes bastante pessimistas, e acreditam na construção de uma sociedade ecológica alternativa na periferia da sociedade materialista, desconsiderando as possibilidades de transformação global da sociedade.

Os **eco-socialistas**, por sua vez, são favoráveis a uma ruptura com a sociedade capitalista segundo o referencial normativo da estatização ampla do sistema produtivo, a ser gerido através de planejamento participativo centralizado. São herdeiros do legado do socialismo revolucionário-democrático.

Já a posição **eco-capitalista** argumenta a favor do mercado como alocador de recursos, a ser disciplinado por um Estado que opera como guardião ecológico da sociedade,



sendo compatível com o predomínio da grande propriedade oligopólica. É herdeira da social-democracia, do liberalismo e do conservadorismo social.

Esta linha de pensamento está referenciada em autores como Aristóteles, um precursor no que diz respeito à separação do homem da natureza, e Descartes, que - filosoficamente - é o marco inicial dos processos analíticos predominantes na sociedade atual.

Por último, os **ecologistas realistas** apostam na possibilidade de transformação da sociedade a partir da construção e desenvolvimento de um movimento ecológico rígido nos princípios e flexível na interação com a sociedade. O referencial normativo é um sistema sócio-ecológico radicalmente diferente do capitalismo e do socialismo, baseado na pequena propriedade privada e na propriedade cooperativa com autogestão do sistema produtivo e ênfase no Estado de nível local como alocador de recursos.

Além disso, identificamos esta proposta à da Cooperativa Ecológica Coolméia, como veremos adiante.

Por outro lado num estudo posterior, Viola e Leis (1991:44-5) destacam outros cinco grandes setores, referente ao ecologismo, no panorama internacional: o **ambientalismo-conservacionista**, o **ecologismo radical** ou de

ação direta, a política verde, o ecologismo camponês e o ecologismo de ação global.

O **ambientalismo-conservacionista** "busca a preservação e a recuperação do ambiente em compatibilidade com o sistema capitalista."

O **ecologismo radical** "ataca igualmente os sistemas capitalistas e socialistas em seus pontos mais vulneráveis, desde uma perspectiva de interpelação da consciência das massas." E se expressa em organizações como o Greenpeace.

A **política verde** aponta "para a participação na arena parlamentar (local, estadual, nacional e supranacional), tendo como objetivo ecologizar a cultura política." Como exemplo teríamos o Partido Verde Alemão e o iniciante Partido Verde brasileiro.

O **ecologismo camponês** "valoriza os sistemas e modos de vida rurais, com vistas a um desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de baixo impacto ambiental, baseado em redes comunitárias." Como exemplos teríamos as comunidades indígenas e comunidades experimentais, bem como - podemos acrescentar - projetos agrícolas de cunho ecológico.

Já o **ecologismo de ação global** possui uma forte base científica, "orientado para a modernização planetária em termos de diagnósticos e de prospecção de alternativas

(...) sua ação está predominantemente dirigida a influenciar decisões (não apenas políticas) em diversos níveis". Este setor busca agir no sentido de influenciar as ações do Estado e das grandes corporações. São exemplos, o Clube de Roma e o Worldwatch Institute.

Já no que diz respeito às análises teóricas sobre o movimento ecológico, Viola (1991:2-4) constata que elas se concentram em três abordagens principais: **grupo de interesses, o novo movimento social e o movimento histórico.**

No primeiro enfoque, utilizado principalmente nos Estados Unidos, o ambientalismo é um grupo de interesses como outros no sistema político, como relevância apenas nas organizações ambientalistas não-governamentais, e que dispõe de recursos diretos para influenciar o sistema político.

O ambientalismo como novo movimento social "foi desenvolvido principalmente na Europa Ocidental por autores neomarxistas...ou radicais ecologistas." Neste enfoque, as transformações na estrutura social,

"têm favorecido a emergência de novos movimentos sociais(...) que questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação valorativa diferente dos movimentos sociais tradicionais, com ênfase na qualidade de vida e na descentralização."  
(Viola, 1991:2)

O novo movimento social "assume a crise da ordem social e tem um forte e explícito conteúdo normativo." Esta perspectiva "dá relevância ao setor ideologicamente radical do ambientalismo."

Já o ambientalismo como movimento histórico se fundamenta na crença de que

"a civilização contemporânea é insustentável no médio e longo prazo devido a quatro fatores principais: crescimento populacional exponencial, depleção da base de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética, e sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material." (Viola, 1991:2)

Para Viola, o movimento histórico dá importância às organizações não-governamentais e grupos comunitários ambientais, enfatizando a construção de redes com outros atores sociais.

Esse panorama do movimento ecologista e de suas interpretações mostra que o mesmo é desordenado e de difícil visualização, também porque "os problemas colocados pela ordem global da biosfera são complexos e multifacetados, e necessitam de uma abordagem interdisciplinar, intercultural" (Viola e Leis, 1991:41)

Mas o ecologismo tem como mérito romper com

"a idéia de 'único caminho', afirmando que não existe um único modo racional de encarar o desenvolvimento, mas uma pluralidade de estratégias entre as quais cada comunidade,

cada sociedade, cada região do planeta faz opções em função de critérios técnicos, econômicos e também sociais e culturais." (Viola e Leis, 1991:39)

A complexidade e a globalidade dos problemas sociais e ambientais gera a necessidade de analisar a realidade através de enfoques transdisciplinares, criando uma demanda de integração e de produção de novos conhecimentos técnicos-científicos (Bunn, 1989:8-10).

### 2.2.1 O Desenvolvimento do ecologismo no Brasil

Para o Brasil, Eduardo Viola (1987 e 1991) distingue duas grandes fases no desenvolvimento do ecologismo: a primeira, **de denúncia e conscientização política**, vai do período de 1974 até 1986; a segunda, **de institucionalização e desenvolvimento sustentável**, começa em 1987.

É importante salientar que, antes desse período de ações coletivas, houve atitudes isoladas, como no caso de Henrique Roessler, que em 1950, no Rio Grande do Sul, funda a União Protetora da Natureza, que teve vida curta. Contudo, como veremos adiante, retomando a luta de Roessler, em 1971 é criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiental Natural (AGAPAN).

Além disso, outro procedimento solitário aconteceu em 1958, no Rio de Janeiro, onde foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN),

que se mantém até hoje, estando vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza (fundada na Suíça, em 1947). E tem como objetivo trabalhar em prol da conservação da fauna e flora, particularmente daquelas espécies ameaçadas de extinção (Viola, 1991:6)

#### 2.2.1.1 O período de denúncias e conscientização política

Nesta primeira fase, Viola (1987:87-102) caracteriza três períodos no desenvolvimento do ecologismo: o ambientalista, o do ecologismo em transição e a opção ecopolítica.

O estágio **ambientalista** (1974-1981) inaugura a entrada em cena da questão ecológica e é caracterizado por um *movimento de denúncia* da degradação ambiental nas cidades e pela constituição de *comunidades rurais alternativas*.

No *movimento de denúncias* cristalizam-se as atuações das associações que investem contra indústrias poluidoras, a especulação imobiliária que dilapida o patrimônio histórico-arquitetônico, entre outros. São defendidas a preservação de áreas verdes ou a criação de parques ou áreas de preservação ecológica, entre tantas outras lutas.

"Geralmente, nesta fase, a eficácia das lutas ecologistas é muito baixa em termos de ganhos precisos, mas é significativa se considerarmos a ecologização da mentalidade

de contingentes qualitativamente importantes da população." (Viola, 1987:90)

Podemos fazer uma referência à atuação da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural -, que foi fundada em 1971, possuindo uma forte influência como movimento social no Estado do Rio Grande do Sul, e que teve um papel pioneiro no Brasil e na América Latina.

As comunidades alternativas rurais têm seu início a partir de meados dos anos 70, reunindo jovens, provenientes das cidades, que tiveram uma "rápida e traumática passagem pela esquerda na segunda metade dos anos 60", ou que não tiveram nenhuma participação política. "Ambos têm uma forte rejeição às atividades políticas" (Viola, 1987:91).

Para Viola, "Trata-se de uma subcultura de resistência ao novo padrão social dominante na juventude que valoriza a integração à milagres econômicos e o abandono dos sonhos de transformação social." Este movimento recebe influência do movimento da contracultura norte-americana.

"A maioria das comunidades caracterizou-se pela sua instabilidade e fragilidade organizacional: alta rotatividade de seus membros, dificuldades para estabelecer regras de convivência, dificuldades para tornar-se auto-suficientes. (Viola, 1987:91-2)

A fase ambientalista gerou várias lideranças com projeção internacional, como José Lutzemberger, Fernando Gabeira e Sebastião Pinheiro, criando um novo patamar de debates no movimento ecológico brasileiro.

É neste período que a Coolméia tem seu início - ela surge em 1978 -, tendo então uma atuação ainda fraca enquanto movimento de denúncia e participação comunitária. Suas atividades iniciais são a compra e venda de produtos de origem rural no recém criado entreposto, mostrando assim, já de início, sua forte vinculação com o meio rural.

No período 1982-1985 há o movimento caracterizado por Viola como **ecologismo em transição**, em que se observa um processo de politização progressiva do movimento ecológico dentro do contexto da abertura política brasileira.

Ainda assim, o ecologismo, diferentemente de outros movimentos sociais (novo sindicalismo, comunidades eclesiais de base, feminismo, etc.), interveio apenas tangencialmente na luta político-eleitoral de 1982. Somente um setor minoritário apoiará candidatos que levantam bandeiras ecológicas.

O segundo momento de envolvimento político das associações ecológicas acontecerá no começo de 1984, por ocasião da campanha por eleições diretas para presidente. Várias discussões travadas anteriormente, mais precisamente



em 1982, são reativadas, e um nova concordância de opiniões vai-se constituindo no movimento: a defesa do meio ambiente é vinculada aos problemas da organização do poder e da propriedade na sociedade global.

Em 1985 cria-se um consenso no movimento ecológico dos estados em que existe uma estrutura básica (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) sobre a necessidade de intervir no Congresso Constituinte a ser eleito. Isto leva à criação da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC).

Várias transformações ocorreram no movimento ecológico no período de 1982-85. Fundamentalmente houve uma mudança no padrão de atuação do ecologismo: "o movimento de pura denúncia foi sendo substituído pela formulação de estratégias que levaram em consideração fundamentalmente a eficácia pontual da luta." Em conseqüência, houve uma mudança qualitativa na opinião pública: a maioria da população medianamente informada passou a considerar com seriedade a crise ecológica e a atuação ecologista. Isto se refletiu também nos meios de comunicação de massas, aumentando o espaço dedicado a questão do meio ambiente na imprensa escrita e na televisão.

Nesse período, a Coolméia estruturava-se interna e externamente, apoiando, mesmo que timidamente, as manifestações de cunho ecológico.

A opção ecopolítica, terceira etapa, deflagrada em 1986, traz uma intensa movimentação no ecologismo, com a perspectiva de intervenção no processo constituinte e posteriormente com a participação direta nos pleitos eleitorais através do Partido Verde (PV) ou, mais intensamente, dos militantes ecológicos inseridos no Partido dos Trabalhadores (PT).

Em fevereiro de 1986 realiza-se o segundo encontro da CIEC com representação dos seis estados do sudeste. Nesse encontro estabeleceram-se parâmetros gerais da plataforma ecologista nacional para a Constituinte, entre os quais: codesenvolvimento, pacifismo, qualidade de vida, função social e ecológica da propriedade, justiça social, democracia participativa, reforma agrária ecológica, descentralização e democratização do sistema de comunicação de massas, educação ambiental generalizada. Neste encontro a Cooperativa Coolméia participou, mandando representantes.

O terceiro e quarto encontros da CIEC fracassam na tarefa a que se tinham proposto no segundo encontro: o de "realizar um debate teórico em profundidade sobre os fundamentos de Ecologia Política com o objetivo de elaborar

uma plataforma extensa e precisa para a constituinte" (Viola, 1987:101-2)

Em janeiro de 86 havia sido fundado o Partido Verde (PV) no Rio de Janeiro. Em coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), o PV lança como candidato a governador o jornalista Fernando Gabeira. Em março é fundado o PV em Santa Catarina.

Para o Congresso Nacional Constituinte, o movimento ecológico consegue eleger parlamentares de diversos partidos, comprometidos com suas propostas. Já no processo eleitoral municipal, em 1988, há um avanço significativo no número de candidatos eleitos com propostas ecológicas.

De uma maneira geral, nos vários estágios da fase de denúncias e conscientização política, também denominada Fundacional,

"dominou no ambientalismo brasileiro uma definição estreita da problemática ambiental que o restringiu, basicamente, a combater a poluição e apoiar a preservação de ecossistemas naturais. A questão da depleção e potencial uso racional dos recursos naturais esteve praticamente ausente no trabalho do ambientalismo brasileiro" (Viola, 1991:12).

Além dessas conclusões sobre a fase fundacional, Viola (1991:12-3) salienta que existem, interrelacionadas, duas questões cruciais para o desenvolvimento do

ambientalismo no Terceiro Mundo: a justiça social e o desenvolvimento econômico.

Quanto à questão da justiça social houve grandes mudanças no período de 1971 a 1986. Um setor significativo do ambientalismo passou a dialogar com entidades classistas, sindicatos, movimentos comunitários e outros, com o intuito de atuar em conjunto nos setores populares para lutar por condições dignas de sobrevivência (saneamento básico, por exemplo), interagindo na construção ou manutenção de um ambiente social e ecologicamente equilibrado.

Já na questão do desenvolvimento econômico, "a ingenuidade e a ignorância predominaram no ambientalismo brasileiro durante a fase fundacional." Falar e pensar sobre economia era algo muito difícil aos ambientalistas. Nesse sentido, integrar com as ciências econômicas é necessário para introduzir novos conceitos, elementos e modos de perceber a produção, o consumo e a distribuição de bens.

#### 2.2.1.2 Da Institucionalização ao desenvolvimento sustentável

Nesta segunda fase do desenvolvimento do ecologismo no Brasil, a principal mudança se sucedeu sob duas dimensões: "1. a emergência de novas organizações com um perfil profissional, corpo técnico e administrativo pago

pela organização. "E, também, "2. a profissionalização parcial de um setor das associações que tinham sido previamente amadoras." (Viola, 1991:14-24)

As organizações profissionais têm como objetivo central a conservação de uma área geográfica específica ou a restauração do ambiente danificado. Os recursos financeiros provêm de organizações do Primeiro Mundo, doações de membros com alto poder aquisitivo e de agências governamentais brasileiras. Estas entidades têm grande influência sobre as agências estatais de meio ambiente, empresários e o Legislativo. Como exemplos, Viola cita: S.O.S Mata Atlântica, FUNATURA, Greenpeace Brasil, e outros.

Já as organizações semi-profissionais estão em reciclagem em seu estilo de atuação, debatem-se em questões internas e práticas cotidianas. A relação com entidades internacionais é vista com reservas, "já que implica em abandonar parte da independência a que tradicionalmente estavam acostumados." Ficam, com isto, em desvantagem na captação de recursos em relação às entidades profissionais. Como exemplo, temos: a União Protetora do Ambiente Natural (RS), AGAPAN (RS), OIKOS (SP), COOVIDA (RJ), etc.

Segundo Viola, mais ou menos 90% das associações ambientalistas localizam-se nas regiões sul e sudeste. O centro de gravidade que estivera localizado no Rio Grande

do Sul, na fase fundacional, desloca-se para São Paulo, na fase posterior. De qualquer maneira, o ambientalismo está presente em todas as grandes e médias cidades do sul-sudeste, sendo que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina dissemina-se também em cidades pequenas.

As influências do movimento ambientalista foram percebidas em várias áreas, como nas políticas das agências estatais, nas universidades e institutos de pesquisa, que passaram a abordar a problemática de forma interdisciplinar, e mesmo num reduzido grupo de empresários. Poderíamos acrescentar ainda as cooperativas, tanto grandes (COTRIJUÍ, COTIA) quanto pequenas (COOLMÉIA, COONATURA), os agricultores e a população em geral - esta mesmo que de forma ainda não totalmente esclarecida.

Será somente a partir de 1990 que o debate ambiental no Brasil incorporará a problemática do desenvolvimento econômico. Este debate se polariza entre três diferentes posições: a estadista, a comunitária e a de mercado.

Para a primeira é o Estado, para a segunda é a comunidade e para a terceira é o mercado que "deve ser o locus privilegiado de um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável" (Viola, 1991:23)

A passagem da luta pela proteção ambiental para o eixo do desenvolvimento sustentável "deve ser colocada num

contexto de defasagem entre níveis do discurso, do comportamento individual e da política pública." No discurso, a questão ambiental é clara e estabelecida. Já os comportamentos individuais "estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso." São poucas as pessoas que conseguem conciliar o discurso com a prática.

Já as políticas públicas estão "a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizados e um comportamento individual-social bastante predatórios."

Enfim, há ainda muitos e diferentes caminhos a serem trilhados na busca de um equilíbrio entre o discurso e a prática.

#### 2.2.2 No Rio Grande do Sul

Segundo Alfonso (1988:4) o Rio Grande do Sul é um Estado que apresenta elevado nível de conscientização ecológica. Esta se evidencia de forma pioneira, já em 1939, com Henrique Roessler, que lutou contra atividades predatórias de caçadores, pescadores, madeireiros e incendiários. Em 1950 ele funda em São Leopoldo (interior do RS) a União Protetora da Natureza. Posteriormente, retomando sua luta, um grupo de ecologistas cria a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em 1971, tendo a frente Augusto César Carneiro e José Lutzenberger - este ganhador do prêmio "The Right

Livelihood Award", também chamado "Prêmio Nobel Alternativo", em 1988. Outro mérito que lhe é atribuído é o de tornar a Riocell, empresa sediada no município de Guaíba, no Rio Grande do Sul, "a mais limpa, bela e menos poluidora fábrica de celulose do mundo." (Alfonso, 1988:4)

A criação da **AGAPAN** é um marco na história gaúcha, pois ela é a primeira associação ecologista do Brasil e da América Latina, sendo um dos expoentes das lutas ecológicas no estado e no país. (VIOLA, 1987:87)

É importante evidenciar que na AGAPAN, desde sua fundação, a questão dos agrotóxicos tem recebido evidente prioridade, conseguindo respaldo da opinião pública e culminando com a aprovação da primeira lei estadual sobre agrotóxicos, em 1983 (Viola, 1991:9). É interessante lembrar que por um bom período de tempo a AGAPAN e a COOLMÉIA dividiram o mesmo espaço físico, daí surgindo uma forte ligação entre os membros das duas entidades e, em muitas lutas, uma atuação em comum.

Almeida, num outro enfoque, salienta que o movimento conservacionista,

"cresceu muito na década de 70, aproveitando uma das escassas formas de protesto permitida pelos governos militares da época, tendo até transcendido a sua importância conservacionista (...) neste período (1976-79), face a sua atuação, a AGAPAN contribuiu para a fundação de vários núcleos e associações da luta ambiental no interior do Estado, tendo, atualmente, cerca de 40



entidades desse tipo no Rio Grande do Sul."(Almeida, 1989:123)

Em Porto Alegre já existiram mais de 15 entidades ligadas à proteção do meio ambiente. Entre elas ressaltamos a Associação Democrática Feminina Gaúcha - Amigos da Terra - ADFG, que em 1980 criou o seu departamento de ecologia; Em nome do Amor à Natureza (1981); Grupo União pela Vida (1983);; Movimento Pró-Ecologia (1984). No interior do Estado há também um número expressivo de entidades que desenvolvem intensas atividades, como: a União Protetora do Ambiente - UPAN, de São Leopoldo - cujo presidente, Carlos Cardoso Aveline é reconhecido a nível nacional e internacional; a ASCAPAN - Associação Canoense de Proteção ao Ambiente Natural (1979), de Canoas; o Movimento Irmão Sol - Irmã Lua (1981), de Santa Maria; o Grupo Ecológico Quero-Quero (1985), de Canoas; o Grupo Ecológico Queremos Gente (1985), de Gravataí, entre outros (Almeida, 1989:123). Outra entidade criada mais recentemente foi a Fundação Gaia (1987), que atua na área de assessoramento em meio ambiente, produção ecológica, agroecologia e preservação das espécies. Tem atuação a nível nacional e foi fundada por José Lutzenberger.

Na área político-partidária, na capital do estado, foram eleitos em 1987, pelo Partido dos Trabalhadores, dois militantes da AGAPAN, sócios da Coolméia e ativistas do movimento ecológico: Gert Schinke,

que fez sua campanha com criatividade, utilizando uma bicicleta e panfletos, gastando muito pouco e demonstrando que política pode ser feita com poucos recursos e bastante inventividade; e Giovani Gregol que se utilizou de giz colorido para "pixar" a cidade, como uma forma ecológica de fazer propaganda eleitoral. Na secretaria do meio ambiente da cidade (administrada pelo PT) está o ecologista Caio Lustosa.

### 2.2.3 Perspectivas Futuras do movimento ecológico

Viola e Leis (1991:48-50) trabalham com quatro perspectivas futuras do movimento ecológico, como saída da desordem global da biosfera: **Continuidade desequilibrante, eco-autoritarismo, centralismo ecológico global com auto-organização democrática local e auto-eco-organização global.**

A **continuidade desequilibrante** "implica um fracasso total do ecologismo, e um avanço acelerado na direção de uma catástrofe ecológica planetária que terá um extraordinário custo físico, biológico e antropossocial." É considerada pelos autores como uma alternativa pouco provável, devido à consciência ecológica que se intensifica.

A perspectiva **eco-autoritária**, "supõe uma lenta e limitada capacidade de aprendizado da humanidade, incluindo

o fracasso do papel organizador e o sucesso do papel conscientizador do ecologismo." Essa perspectiva é muito provável de acontecer se houver uma dissociação entre a desordem ecológica, de um lado, e os problemas de injustiça social e explosão demográfica, de outro.

O terceiro cenário, o **centralismo ecológico global**, "supõe uma combinação entre um sucesso organizacional, parcial, do movimento ecológico, e o estabelecimento de controles globais seletivos por uma tecnocracia." Nessa perspectiva o aprendizado humano não seria suficientemente rápido, exigindo medidas de restrição e coerção ecológicas aos sistemas produtivos e modos de vida. Para os autores esse é o cenário mais provável de acontecer.

Como última perspectiva, a **auto-eco-organização global**, "supõe um sucesso total do papel organizador do ecologismo e implica numa ruptura radical em relação às tendências atualmente existentes." Nesse cenário haveria uma contenção demográfica, diminuindo a população planetária, dando mais espaço para as outras espécies; haveria também a extinção dos estados-nação e sua substituição por uma federação mundial de bio-regiões autogeridas. Esse futuro, segundo os autores é praticamente impossível de acontecer, tendo valor enquanto referencial normativo do ecologismo. Certamente poderíamos dizer que

esta é uma das utopias da Coolméia, que esta proposta povoa o imaginário dos seus integrantes.

Todas essas perspectivas reforçam a percepção da grave crise pela qual o mundo passa. Há uma necessidade premente de mudanças mais radicais, sendo que são vários os sujeitos que estão buscando a realização de seus projetos. Já não existe apenas uma solução e um caminho a ser seguido. A pluralidade deve ser vista como uma proposição viável.

Neste sentido, cabe lembrar dois importantes encontros que ocorreram simultaneamente em junho de 1992, no Rio de Janeiro. O primeiro - a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Eco-92, reuniu 180 chefes de nações com o intuito de elaborarem estratégias de ação a serem implantadas nos próximos anos para um desenvolvimento global menos agressivo com o meio ambiente, menos poluidor e destruidor do planeta, conhecido também como desenvolvimento sustentável (não agressão ao meio ambiente e não esgotamento dos recursos disponíveis)

O segundo encontro - o Fórum Global - agrupou mais de mil organizações não-governamentais, as ONGs. Estas diferentes entidades, representando a sociedade civil, buscaram - além de debaterem todos os assuntos da

Conferência Oficial - buscaram influenciar nas decisões da CNUMAD.

Esta Conferência buscou, ao nível mundial, organizar e direcionar futuros comportamentos no sentido de preservar a vida no planeta, aí incluindo o homem.

Pode-se dizer que, de certa forma, este encontro vem também a acelerar a conscientização planetária sobre os riscos que estamos vivendo se continuarmos com este padrão de desenvolvimento. Cabe, contudo, agora, a cada um e a todos, seja civil ou estatal colaborar no sentido de reverter e redimensionar este desenvolvimento.

### CAPÍTULO 3. CAMPESINATO E A PRODUÇÃO RURAL ECOLÓGICA

Este segmento do trabalho tem por objetivo trazer à cena o debate sobre a manutenção no campo do pequeno produtor rural, com mão-de-obra familiar. Mais do que isto, procura sustentar a idéia de que a agricultura - seja em pequena ou larga escala - ainda mantém sua especificidade enquanto atividade produtiva porque a tecnologia até agora não conseguiu romper com o ciclo biológico natural das plantas e animais que servem de alimento ao homem e de matéria prima para a produção e processamento industrial.

Em contrapartida a essa tendência, que vem se acelerando, o movimento ecológico busca suas próprias propostas alternativas ao modelo agrícola tradicional e/ou modernizante. É uma busca no sentido de preservar a biodiversidade da agricultura, bem como de manter o homem no campo. Não há um só caminho para este "novo" modelo agrícola, vários são os projetos que se apresentam, advogando práticas diferenciadas, lutando para conquistar novos espaços.

Procuraremos também neste capítulo apresentar de modo global as perspectivas futuras para a agricultura.

### 3.1 O debate clássico sobre a permanência do pequeno agricultor no meio rural

Muito se discutiu na sociologia sobre a permanência/desintegração da pequena produção familiar rural no sistema capitalista. Esse debate remete à Lênin, Kautsky, Chayanov e Tepicht.

Trabalharemos sobre este tema através da contribuição de Abramovay (1990), que em sua tese de doutoramento retoma aqueles pensadores e suas contribuições para o debate.

Abramovay questiona o fato de muitos pesquisadores procuraram na obra "O Capital", de Marx, um conceito de camponês. Segundo o autor é uma vã tentativa, porque Marx não define, em nenhum momento, o camponês. Para Marx, só existiam três classes: a burguesia, o proletariado e os senhores de terras. O único problema referente à terra que pode ser encontrado em Marx é o da formação da renda fundiária e sua apropriação por uma classe "cuja existência justifica-se no plano teórico pelo monopólio exercido sobre um elemento produtivo que, por definição, não entra no circuito de reprodução das mercadorias". (Abramovay, 1990:9-11).

Já os autores clássicos pós-Marx devem ser vistos dentro de seu contexto histórico, de suas lutas e de suas perspectivas políticas.

Lênin deve ser compreendido por sua luta política contra o Czarismo e uma burguesia emergente e débil. Mais do que isto, é central em sua construção a possibilidade de conquistar o poder, implantando o projeto de uma sociedade comunista.

Dentro da linha marxista, se consagrou a perspectiva de que o processo histórico se encaminharia para uma polarização entre proprietários de terra e assalariados rurais. Lênin vaticinava o desaparecimento da pequena propriedade familiar a menos que fosse realizada a união entre proletários urbanos e pequenos camponeses. Certamente a nova ordem econômica emergente, o capitalismo, se instauraria, desterrando os agricultores e subjugando os operários do meio urbano.

A preocupação política de Lênin era unir essas duas "classes", criando uma frente contra o capitalismo, que então avançava aceleradamente por toda Europa e inevitavelmente triunfaria também na Rússia. Com a união de camponeses e operários, a resistência e a tomada de poder seriam possíveis e, com isto, a fase capitalista seria contornada, com a sociedade atingindo diretamente o que era considerado um estágio posterior, o comunismo.

Kautsky, por outro lado, procura mostrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a



pequena propriedade rural familiar. Abramovay, coloca que o pensamento do autor acima

"Concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de "industrialização da agricultura", na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e portanto na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre a indústria" (1990:26)

Tanto para Lênin quanto para Kautsky, parecia ser certo o desaparecimento do pequeno produtor rural dentro da "lógica" do capitalismo.

Assim, esses dois pensadores marxistas devem ser vistos por suas preocupações políticas centrais: Lênin queria constituir a unidade das camadas populares, através da aliança do campesinato com os proletários urbanos, para fazer frente ao capitalismo; Kautsky queria demonstrar a inutilidade de se "ganhar" para a causa social-democrata a adesão dos camponeses, enquanto pequenos proprietários de meios de produção. (Abramovay, 1990:32)

Em oposição a Lênin e Kautsky, temos Chayanov e Tepicht, que procuram demonstrar que a pequena produção rural tem uma lógica própria, diferente da do sistema econômico capitalista.

Para Chayanov e Tepicht - é necessário esclarecer, antes de tudo, - as pequenas unidades agrícolas

familiares não são independentes nem auto-suficientes. Elas, apesar de possuírem uma lógica própria, estão inseridas num contexto maior, interagindo com o mercado, que pode até possuir uma lógica capitalista. Não se trata, portanto, de uma sociedade parcial (part-society). (Abramovay, 1990:34)

Para Abramovay (1990:66), Chayanov se "concentra sobre os elementos internos à família camponesa", procurando "explicar as leis de funcionamento de um segmento social cujo comportamento não se compreende estritamente em função da lógica da economia mercantil". O "sistema econômico camponês" existe e "pode se desenvolver no interior de organizações sociais as mais diferentes".

Já Tepicht considera que é o ambiente social em que o camponês está inserido que determinará as forças internas de seu comportamento. Para ele, o campesinato é um modo de produção, com características universais como: unidade indissolúvel entre empreendimento agrícola e a família, o uso intensivo da terra e a natureza patriarcal da organização social. Além disso, a família camponesa cumpre a função de oferecer produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas. (Abramovay, 1990:60-1)

A principal preocupação de Tepicht é a de

"Unificar num só corpo analítico as funções internas formadoras do campesinato e as funções econômicas que ele preenche na reprodução social pode ser assim resumido:

longe de ser uma forma universal capaz de incorporar às sociedades as mais diversas, o campesinato aparece como um tipo social específico sobre o qual o desenvolvimento capitalista exerce um efeito altamente desagregador." (Abramovay, 1990:67)

Esses dois pensadores estão mais preocupados em "desvendar" a lógica interna da produção agrícola, salientando que, apesar do modo de produção capitalista ser predominante, outras possibilidades de organização e sobrevivência são passíveis de existirem numa dada formação social.

Lenin, Kautski, Chayanov e Tepicht são os primeiros a preocuparem-se com a questão da pequena propriedade familiar no sistema capitalista. A partir deles o debate se desenvolveu, mantendo sua atualidade até o presente, produzindo novas e diferentes interpretações. É o que veremos no ponto a seguir.

### 3.1.1 Rumos do debate atual

Diferentes interpretações foram desenvolvendo-se desde os autores clássicos quanto à manutenção dos pequenos agricultores no meio rural. Neste ponto, abordaremos algumas destas visões mais contemporâneas.

A tendência entre os estudiosos da questão agrária parece repousar na polarização entre duas posições no que diz respeito a sobrevivência da pequena propriedade familiar no meio rural. Na primeira, temos autores que

defendem a idéia da inserção desses produtores a uma lógica capitalista. Na segunda, há aqueles que justificam a manutenção da pequena propriedade de cunho familiar na dinâmica interna dessas unidades.

Como exemplo da primeira posição, gostaríamos de destacar o trabalho de Abramovay (1990). Em suas pesquisas, ele salienta que nos países industrializados a manutenção da pequena produção agrícola está na indução programada pelo Estado, cuja atuação se caracteriza por integrar indústrias às propriedades agrícolas, modernizando-as.

Em outra direção, diferente da posição acima, Goodmam, Sorj e Wilkinson (1990), propõem que se redirecione esta discussão para aspectos, espaços e rumos em que o capital avançou, **apropriando-se** ou **substituindo** os produtos agrícolas. E, mais do que isto, sugerem que a manutenção das unidades agrícolas, tanto pequenas como grandes, pode estar estreitamente ligada ao ainda inquebrável ciclo biológico da natureza.

Já, o surgimento da agricultura ecológica, reflexo da ecologia e do ecologismo, oportuniza uma rediscussão do atual sistema agrícola. Além disso, sustentamos neste trabalho que este novo modelo agrícola em construção, alternativo ao modernizante e possuidor de diferentes ramificações, torna-se também mais uma estratégia de pequenas unidades agrícolas de cunho familiar

para se manterem no meio rural, buscando sua independência do jugo de algumas indústrias, principalmente às voltadas aos agroquímicos e as processadoras de alimentos.

### 3.1.1.1 Mirando o capital

Heller da Silva (1989:31-4) menciona que na sociologia "existe um mínimo de consenso teórico em torno das necessidades de tomar como ponto de partida o processo de expansão do capital" para a análise da problemática rural.

Mas, à medida em que se procura verificar o desenvolvimento do capital na agricultura, as polêmicas proliferam. Para este autor existem duas posições bem distintas "apesar das nuances e diferenciações sutis existentes".

De um lado estão aqueles autores que "apesar de tomarem o capital como referência para a construção de suas análises, negam a validade das leis gerais de desenvolvimento do capitalismo na agricultura". São chamados de "campeginistas".

De outro, os denominados "agraristas", "embora admitindo algumas particularidades e especificidades do setor agrícola, postulam a vigência das leis gerais do capital também na agricultura".

No primeiro grupo a idéia central é de que não se verifica no meio rural a expropriação do trabalhador de seus meios de produção, "enquanto pressuposto elementar do modo de produção capitalista." O pequeno produtor rural dessa forma tende a "permanecer proprietário de seus instrumentos de trabalho e/ou de sua terra".

Nesta direção, José de Souza Martins (1979:19-20) busca comprovar a hipótese de que o capital, em seu desenvolvimento, engendra relações de produção não-capitalistas que são - assim como as relações tipicamente capitalistas - igualmente necessárias a sua reprodução. Também nesta linha, Tavares dos Santos (1981:110), destaca que a reprodução ampliada do capital necessita de relações de produção não-capitalistas para efetivar-se.

Em outro estudo seu, Tavares dos Santos (1986) argumenta que o camponês, mesmo subordinado formalmente ao capital, mantém sua autonomia no processo de trabalho, na medida em que, além de proprietário da terra, detém outros meios de produção que lhe asseguram a condição de trabalhador independente.

Silva (1989:34) salienta que os autores alinhados a essa proposta advogam "a manutenção ou recriação estrutural - e não apenas conjuntural ou episódica - da pequena produção familiar no capitalismo". Isso se dá

porque convém ao capital tal forma de produção e não devido a resistência por parte destes agricultores.

Também nessa linha de pensamento está Teodor Shanin que, desenvolvendo as idéias de Chayanov, coloca os camponeses como tendo "uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operam." (1980:69)

O camponês, para Shanin, não é um ser isolado ou um modo de produção secundário, ao contrário, ele está articulado e sobrevive a diferentes sistemas de produção.

"Para o autor, há uma interação entre as características sócio-econômicas do campesinato e as características do sistema global, visto que ele é um componente histórico e ativo nas transformações sociais" (Barros: 1992,12)

Já o segundo grupo, os "agraristas" (Graziano da Silva, Otávio Ianni, entre outros), estão alinhados em torno dos pressupostos marxistas, privilegiando a idéia de que, embora o modo de produção capitalista se desenvolva como um todo, "impondo formas e relações de produção a todos os setores de produção social, na agricultura este desenvolvimento assume uma série de particularidades e especificidades." (Silva, 1989:36)

Mesmo de forma diferenciada, o camponês é explorado, no sistema capitalista, à semelhança do que ocorre com os proletários urbanos, pois a expropriação é um

"pressuposto elementar para o desenvolvimento do capitalismo no campo". (Silva, 1989:43)

Para Graziano da Silva (1982:135), a permanência do pequeno agricultor no meio rural e a expropriação deste fazem parte de um duplo movimento que expressa o processo de diferenciação social que se desenvolve no seio do campesinato. Dito de outra forma, trata-se da subordinação do trabalho ao capital.

Goodman, Sorj e Wilkinson (1990:135), criticam esta visão, asseverando que foi realizada a fusão entre a versão marxista e uma outra a populista - não tratada aqui -, "com a fazenda e a força de trabalho familiar sendo agora reinterpretados como a expressão das relações de produção capitalista." Com isto, o conceito de proletarização, "teórica e politicamente central à visão leninista, fica preservado." Assim, produtores familiares camponeses são "em essência, proletários, uma vez que sua reprodução está subordinada às leis capitalistas de movimento."

Dessa forma, Goodman, Sorj e Wilkinson apontam para a manutenção, de forma artificial, de um contexto estratégico aos marxistas.



### 3.1.1.2 Mirando o Estado

Abramovay, direcionando seu trabalho para os países industrializados, afirma que a pequena unidade rural não desapareceu, ao contrário, manteve-se e modernizou-se. Deve-se isto ao papel determinante do Estado, que fixou e induziu os moldes de permanência, além de prescrever a dinâmica que estas unidades agrícolas deveriam seguir. O objetivo do Estado foi - e ainda o é - de integrar a produção agrícola às indústrias, através da modernização da agricultura. Com isto, o meio rural foi "invadido" por máquinas e equipamentos, "pulverizado" por adubos e defensivos químicos-sintéticos e "ligado" diretamente aos centros de abastecimento ou à bolsa de alimentos (bolsa de valores).

Para impor este processo, o Estado utilizou-se de mecanismos econômicos, incentivando a produção agrícola através de crédito facilitado para a mecanização e compra de insumos químicos. E, para aqueles que não ambicionavam ou não logravam se integrar a este perfil produtivo, o Estado instituiu taxas, impostos, trocas, pensões vitalícias e outras estratégias, de forma a desalojar estes agricultores, incentivando outras pessoas, que aderissem às suas propostas, a ocuparem estes espaços.

Assim, através do Estado realizou-se a transformação da estrutura externa e interna das pequenas

unidades agrícolas, descaracterizando-as e integrando-as à lógica industrial.

Para este autor, as pessoas - proprietárias ou não - que vivem e trabalham hoje no meio rural nos países industrializados já não podem ser chamadas de agricultores nos moldes entendidos "classicamente". Hoje, estreitamente "ligados" ao mercado, estes produtores poderiam ser denominados de profissionais da agricultura.

Abramovay não está preocupado em polemizar sobre a validade ou não de leis gerais de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Busca demonstrar a transformação das pequenas unidades agrícolas em alguma coisa, ainda não definida, entre a agricultura e a indústria.

Por outro lado, se olharmos para o Brasil, o processo de modernização deu-se de forma diferenciada daquela verificada nos países industrializados. A apropriação do arsenal tecnológico implicado deu-se por parte das grandes propriedades rurais e por unidades agrícolas capitalizadas. Conjuntamente a isto, ocorreu a concentração da terra, a evasão de pequenos produtores rurais para a cidade e o deslocamento de agricultores para as chamadas fronteiras agrícolas.

Contudo, seja pela vastidão do território, pela ineficiência do Estado ou pela resistência dos próprios

agricultores, o fato é que muitos deles permaneceram em suas propriedades. Alguns se integraram ao processo modernizante das mais diferentes formas. Mas a maioria manteve sua lógica própria de reprodução, onde o Estado não penetrou ao ponto de causar uma desestruturação, como aconteceu nos países industrializados.

É útil ressaltar que a história rural brasileira é marcada por latifúndios de exploração intensiva voltados a um mercado exportador, possuindo ainda hoje uma grande influência no Estado.

### 3.1.1.3 Mirando o chão, aos lados e a frente

Frente ao exposto e avançando neste debate, David Goodman, Bernardo Sorj e John Wilkinson (1990:137) argumentam que, ao direcionar nossa visão para a produção rural, não devemos nos ater ao segredo da subordinação capitalista, mas ao aparecimento e desenvolvimento dos diversos ramos agroindustriais, tanto a montante quanto a jusante, dessa produção." Para eles, a agricultura apresenta-se como atividade crescentemente residual que recusou-se a transformar-se em processo industrial. Esta oposição está calcada na impossibilidade de superação total dos ciclos biológicos de produção que a natureza impõe.

Para explicar os diferentes aspectos da produção agrícola onde atuam as indústrias, duas categorias

analíticas foram criadas por estes autores: o **apropriacionismo** e o **substitucionismo**.

O **apropriacionismo**, como muito bem interpretou Abramovay (1990:302), é o "processo pelo qual elementos vivos participantes da produção agropecuária são substituídos por meios de produção de origem industrial." Como exemplo, o cavalo é substituído pelo trator; os adubos orgânicos, pelos químicos, etc.

A idéia central desta categoria analítica desenvolvida por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990:5-9) é a da incapacidade histórica do capital industrial de superar e apropriar-se de todo processo biológico da produção agrícola. Ou seja, "as principais limitações são representadas pela natureza orgânica, pela terra e pelo espaço."

A apropriação empreendida pelo capital industrial, procurando vencer esta barreira, "concentrou-se inicialmente, no processo de trabalho e nas propriedades químicas do solo, mantendo-se, em grande parte, no exterior dos processos biológicos de produção rural."

Posteriormente, o objeto do apropriacionismo desloca-se para os ciclos biológicos, procurando subjugarlos através da produção industrial de fertilizantes, sementes híbridas aperfeiçoadas e agroquímica fina. Podemos também aí referenciar a mais moderna faceta da indústria

agrícola, a engenharia genética. Esta desenvolve avanços e modificações estruturais em plantas e animais, bem como procura alterar os ritmos biológicos naturais.

Já o **substitucionismo** procura

"Reduzir o produto rural a um simples insumo industrial, abrindo caminho para a eliminação do processo rural de produção, seja pela utilização de matérias-primas não agrícolas, seja pela criação de substitutos industriais dos alimentos e fibras. Seu paradigma é dado pela indústria química e pelo desenvolvimento dos sintéticos." (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990: 52)

Em outras palavras, os produtos de origem rural seriam substituídos por produtos de origens diversas, como é o caso da margarina disputando o lugar da manteiga, as fibras sintéticas se constituindo em alternativa ao algodão, o adoçante substituindo o açúcar, etc.

Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1990:137-9), foi Vergapoulos, na década de 80, o primeiro a argumentar que a modernização da produção familiar "é uma resposta à falta de controle sobre o processo de produção agrícola". Contudo, sua análise se direcionará aos preços dos produtos. Também Mann e Dickinson (1978), levantaram a questão da falta de sincronia entre a produção rural e o tempo de trabalho no campo, dirigindo suas assertivas para a questão da redução das taxas de lucro na produção agrícola.

Entretanto, será Murray (1978) quem chegará mais perto da abordagem proposta por Goodman, Sorj e Wilkinson. A preocupação de Murray, conforme relatam os autores acima, está nos "mecanismos e tendências que enfraquecem a apropriação do excedente via arrendamento, ao invés de na dinâmica que é dirigida contra a natureza." Este autor argumenta que o capital tem seguido três estratégias básicas para superar as barreiras apresentadas pela moderna propriedade de terras. Primeiro, a busca de novas terras fora do controle dos proprietários já estabelecidos. Segundo, para acabar com o arrendamento, eliminar a separação entre proprietários de terra e produtor de alimentos. E, terceiro, atacar a "base material do arrendamento através da quebra das barreiras impostas pela própria natureza."

Assim como Murray, os autores acima acreditam que o "movimento do capital, em sua relação com a agricultura, é para eliminar a terra e a natureza." Contudo, não é no arrendamento que estes autores encontram o principal alvo da investida do capital. A origem está na "instabilidade da agricultura para processos de produção capitalistas." Para o capital, a limitação fundamental é a "incapacidade de eliminar os riscos, incertezas e descontinuidades intrínsecas a um processo natural ou biológico de

produção." (Grifos nossos - Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990:139-140)

Goodman, Sorj e Wilkinson comentam que a tese leninista parece estar se confirmando, qual seja, a do desaparecimento do agricultor em função do avanço da indústria na direção de superar a produção agrícola. O agricultor e sua produção se tornariam, assim, algo inútil ao sistema.

É necessário realçar que a disposição das indústrias e do capital como um todo é a de reduzir ao máximo, e se possível eliminar, "a base material da agricultura *em si* porque ela é incompatível com o processo de produção capitalista."

Por outro lado, a explanação acima nos induz a relacionar intimamente a permanência dos agricultores no campo à incapacidade das indústrias para superar as barreiras biológicas impostas pela natureza. Isto posto, podemos afirmar que é o - ainda - inquebrantável ciclo biológico natural que mantém os agricultores - seja de qual forma for - no meio rural.

O ecologismo e a agricultura ecológica - tema que abordaremos a seguir -, nas suas mais diversas tendências, proporcionam aos pequenos agricultores que por eles optam, uma nova via para a sua manutenção no campo. E, para esses

produtores em especial, será no ciclo da natureza que se fundamentará tal continuidade.

### 3.2 O ecologismo influenciando os agricultores

Como já salientamos neste trabalho, dentre as muitas propostas que o ecologismo desenvolve, uma está na produção alimentar. O movimento ecológico critica ferrenhamente a lógica da modernização conservadora da agricultura, que com o uso indiscriminado de máquinas e agrotóxicos, transferiu um grande número de famílias para as cidades, gerando problemas de superpovoamento; levando tantas outras para as fronteiras agrícolas (no caso do Brasil), gerou a destruição de vários e importantes ecossistemas, além do deslocamento e massacre de populações indígenas; envenenou grande parte do ambiente terrestre, com isto intoxicando, de forma lenta e imperceptível, a população. Enfim, segundo o movimento ecológico, a agricultura tradicional e/ou modernizante não se baseou em uma finalidade social, mas uma racionalidade meramente econômica.

Para Cristovam Buarque,

"O problema reside em uma estrutura social em que a propriedade da terra e a finalidade mercadológica da produção compõem uma racionalidade que não tem a alimentação como uma meta, mas como um meio para ampliar a lucratividade das empresas e a acumulação de capital a nível global." (1991:107)



Frente a este caos ambiental criado e sustentado por este sistema, o ecologismo, através de ambientalistas, agrônomos e pessoas ligadas a questões agrárias, propõe um novo agir para o meio rural, no sentido de: a) produzir alimentos sem a necessidade de usar os "venenos químicos" e toda a parafernália - muitas vezes inútil - do processo modernizante; b) coibir as propostas da indústria química que pretendem introduzir a engenharia genética como continuação do processo modernizante de produzir alimentos; c) manter o pequeno produtor familiar no meio rural respeitando sua lógica, seu ambiente e sua cultura; d) eliminar os intermediários - estes que ganham em cima do trabalho dos agricultores e da desorganização dos consumidores; e) olhar para o meio ambiente com outros olhos, como uma interrelação a ser feita de forma harmônica, não agressiva, e perceber as constantes vinculações do espaço em que cada homem atua com a globalidade do meio ambiente e da sociedade para, somente a partir daí, começar a produzir.

Existem vários projetos de uma agricultura ecológica, alternativa à tradicional e/ou modernizante, que procuram valorizar o homem e a mulher do campo conjuntamente com a natureza, para a produção de um alimento saudável para o consumidor e de um mundo mais harmônico.

Neste sentido, apresentaremos a seguir os diferentes projetos de produção rural ecológica, destacando um em especial por estar voltado ao solos do Brasil.

Cabe lembrar que quando nos reportamos ao termo agricultura ecológica, estamos evocando a dimensão utilizada por Lutzenberger (1985), e aqui anteriormente referenciada. Assim, acreditamos que a palavra ecológico(a) é a mais apropriada para designar o padrão de agricultura à qual desejamos nos referir.

### 3.2.1 Os diferentes projetos

Projetos que oferecem padrões tecnológicos alternativos para uma produção rural, diferentes do modelo conservador e/ou modernizante, são vários e diversificados.

A crítica que embasa esses programas centra-se nas características básicas do processo modernizante na agricultura, que são:

"O grande gasto de energia e recursos não renováveis, o uso intensivo de capital, a economia de mão-de-obra, o alto custo das tecnologias empregadas nos sistemas intensivos de produção agrícola, a alta especialização e divisão do trabalho, a centralização e o gigantismo das estruturas produtivas, a gestão autoritária da produção, os limites e inovações técnicas ditadas pelo lucro e não por necessidades sociais básicas, o conhecimento técnico restrito aos especialistas, a prioridade para o grande comércio e não para o mercado local e regional, a produção em massa, o impacto destrutivo do meio ambiente, a tendência ao desemprego e a despreocupação com fatores e

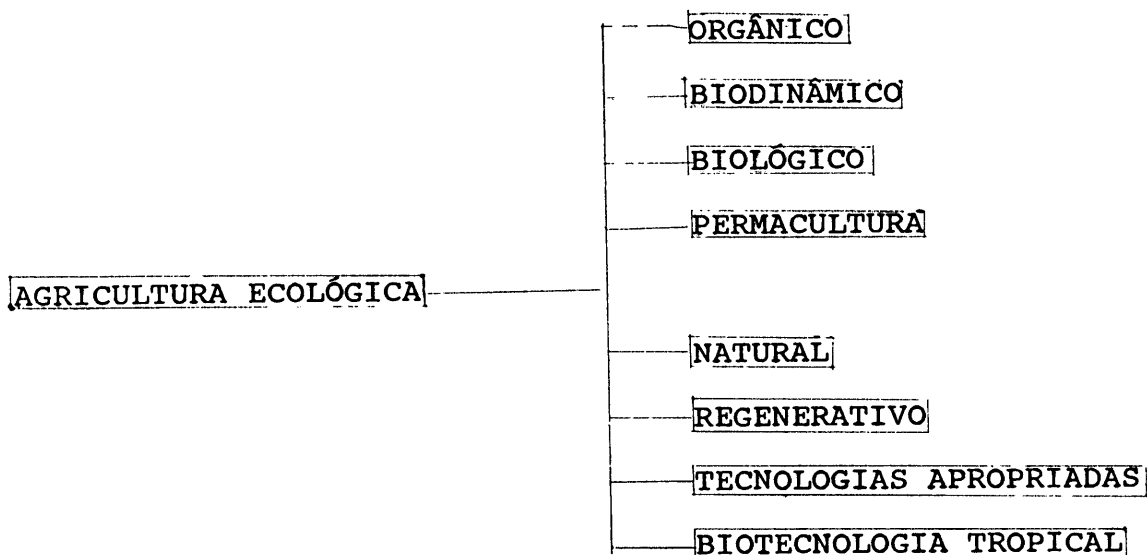
conseqüências éticas e sociais." (Almeida, 1989:103)

Poderíamos acrescentar a esta exposição de Almeida o uso indiscriminado de fertilizantes artificiais, defensivos químico-sintéticos, a monocultura de exportação - no caso do Brasil -, entre outras tantas atitudes socialmente mal direcionadas pela agricultura tradicional.

Por outro lado, existe uma diversidade de projetos ecológicos, alternativos à agricultura tradicional, que vão "desde o descomprometimento ao forte engajamento político." (Almeida, 1989, p.103). Alguns contemplam tanto pequenos produtores rurais quanto grandes propriedades capitalizadas. O que estas propostas têm em comum, diferentemente do processo modernizante, é que abolem o uso de agrotóxicos, preservam a natureza e propõem uma redefinição do conceito de agricultura.

Basicamente estes grupos lutam por uma agricultura denominada "sustentável". Agricultura sustentável é uma proposta de produção que busca o equilíbrio do meio ambiente através da biodiversidade de plantas e animais (contra a homogeneização), o uso eficaz dos recursos naturais, viabilidade econômica aos produtores, justiça social e humanitária para com a sociedade como um todo.

Quadro 2.1 - Propostas de Agricultura Ecológica



Almeida (1989), em seu trabalho, apresenta propostas de agricultura, chamadas por ele de alternativas, que estariam agrupadas no que denominou *corrente técnico-científica*. Seriam quatro os ramos: o orgânico, o biodinâmico, o biológico e o da permacultura. Podemos acrescentar os ramos **natural e regenerativo**, apontados pelo Manual de Agricultura Orgânica, elaborado pela revista Guia Rural (1991); movimento **Tecnologias Apropriadas (T.A)**, apontado por Jesus (1985); por fim, o ramo da **biotecnologia tropical**, como uma proposta brasileira de agricultura, - a qual, diga-se, está sendo implementada pela atual diretoria da Cooperativa Coolméia.

O ramo **orgânico**, também exposto por Jesus (1985), é identificado com o nome do inglês Sir Albert Howart, que

depois de uma formação que o convenceu da validade do uso de adubos químicos e técnicas modernizantes, rompeu com este paradigma e se tornou adepto da agricultura ecológica quando trabalhava na Índia, onde viveu de 1899 a 1940.

"Howard sustentava que a verdadeira fertilidade dos solos deveria estar assentada sobre um amplo suprimento de matéria orgânica e principalmente na manutenção de elevados níveis de humos no solo." (Jesus, 1985:37)

Em 1940, Rodale, um americano, leu o livro em que Howard relatava suas experiências e adotou suas idéias. A partir daí, passou a editar a revista *Organic Gardening*, granjeando um grande número de leitores e adeptos nos Estados Unidos, o que gerou muitas vezes a confusão de identificar neste país a origem da proposta. (Jesus, 1985:38)

Apesar da diversidade das práticas agrícolas que abrange este movimento, segundo Almeida (1989:110-1), possui alguns valores e crenças, a chamada "ética orgânica" de produção alimentar, que podem ser assim sintetizados: "a *fundamentalidade da natureza*", a preocupação com a integração do homem à natureza, juntamente com o zelo pelos recursos naturais, principalmente os nutrientes; "o *solo como fonte de vida*", a busca do equilíbrio orgânico do solo; "alimentar o solo e não a planta", ou seja, equilibrar o solo e torná-lo biologicamente ativo, o que

garante plantas saudáveis; "a diversidade de produção agrícola", contra a monocultura; "a independência" do uso de "energia intensiva em sistema de produção e distribuição agrícola"; e "a finitude dos recursos naturais", reconhecimento das limitações da natureza.

Segundo Jesus, contemporaneamente é possível identificar nos trabalhos do pesquisador Hartmut Vogtmann, professor da Universidade de Kassel, Alemanha, uma linha de continuidade com as propostas e práticas sugeridas por Howard. A divisão de agricultura alternativa desta Universidade, conhecida como FMAL (Fachgebiet Methoden des Alternativen Landban), desde 1984 possui um projeto de produção ecológica em Panambi, interior do Rio Grande do Sul. Esta experiência e seus resultados transformaram-se no livro "Agricultura Ecológica" de Harmut Vogtmann e Ralf Wagner.<sup>3</sup>

Já o **ramo biodinâmico** nasceu em 1924, também na Alemanha, tendo como patrono o filósofo Rudolf Steiner (1861-1925). Seu trabalho começou a emergir quando realizou um ciclo de oito palestras para um grupo de fazendeiros,

---

<sup>3</sup> É interessante salientar que Universidades Brasileiras estão abrindo espaços, mesmo que ainda tímidos, para a agricultura ecológica, espaços estes já amplamente abertos em Universidades Americanas e Européias. Universidades como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ - de Piracicaba, interior de São Paulo e a Universidade de Federal de Pelotas, interior de Rio Grande do Sul, abrem suas portas para a pesquisa e a formação de técnicos para responder a esta crescente demanda.

ligados à sociedade antroposófica, que buscavam alternativas para a agricultura. (Guia Rural, 1991:12-3)

O princípio básico desta proposta agrícola é colocar a natureza em conexão com forças cósmicas, visando a uma auto-suficiência a partir de uma boa base de fertilidade. Esta conexão se daria, na agricultura, com a "incorporação de matéria orgânica no solo, adubação verde, compostagem, rotação e diversidade de culturas" e, principalmente com o uso dos preparados biodinâmicos.

A influência dos astros sobre as plantas, um dos postulados desse ramo, ressalta Almeida, é bastante questionável pela ciência. (Almeida:1989, 111-2)

No Brasil, este ramo tem suas raízes - a partir de 1974 - com a criação do Centro Demeter, em Botucatu, São Paulo. (Jesus, 1985:38)

Já o ramo **biológico** é mais recente e está ligado à figura do agrônomo francês Claude Aubert. Esta proposta "encara os alimentos como mantenedores da saúde do homem, dando importância à **qualidade biológica** dos mesmos". Com isto, recusa os alimentos contaminados e não equilibrados metabolicamente. "Ecossistemas desequilibrados produzirão alimentos desequilibrados". (Almeida, 1989:112)

Segundo Jesus (1985:38), a agricultura biológica tem um grande defensor na pessoa do professor Luís Carlos

Pinheiro Machado, "seguidor e admirador das idéias de Howard e Aubert."

Fortemente estruturado na Austrália, está o ramo da permacultura, tendo pouca representatividade no Brasil. Relaciona-se aos ensinamentos do biólogo japonês M. Fukuoka.

Almeida (1989:113) ressalta que os quatro princípios que orientam a permacultura são: "1) não revolver o solo; 2) não utilizar adubos químicos; 3) não usar herbicidas; e 4) não usar agrotóxicos como fungicidas e inseticidas."

A base do método "é alternar gramíneas com leguminosas, deixando sempre a palha sobre o solo." (Jesus, 1985:40)

Tendo como fundador o filósofo japonês Mokiti Okada (1882-1955), mentor da Igreja Messiânica Mundial, o ramo natural prega "o desenvolvimento de um novo sistema de exploração agrícola" baseado no princípio da "reciclagem de recursos naturais e ao enriquecimento da matéria orgânica do solo e de seus microorganismos." (Guia Rural, 1991:22-3)

Este ramo de agricultura começou a ser conhecido no Brasil em meados dos anos 80, através da Associação Mokiti Okada (MOA), que tem seu centro de pesquisas naturais (CEPAN) no município de Mairinques, interior de



São Paulo. Este grupo orienta também o trabalho de pequenos produtores rurais da região.

Em 1987, a Fundação Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura Natural, com sede no Japão, à qual a MOA é associada, publicou um boletim com os princípios filosóficos, conceitos e definições da agricultura natural, estabelecendo padrões, metodologia operacional e tecnologias adequadas de produção agrícola.

"Segundo o documento, a agricultura natural defende a harmonia entre todos os seres vivos, assegurando-a por intermédio da preservação do ecossistema, dos recursos da natureza e do respeito ao solo." (Guia Rural, 1991:28)

Outra proposta, o ramo regenerativo, também chamado de agricultura orgânica, é difundido no Brasil por agrônomos como Ana Maria Primavesi, Joshio Tzuzuki e Jefferson Steinberg. Baseia-se na conservação e saúde do solo, na policultura e na adubação orgânica. (Guia Rural, 1991:32-40).

Os agricultores orgânicos "estão abertos a todas técnicas que ajudam a produzir alimentos saudáveis." Engloba diferentes correntes de pensamento e visões de mundo. Vejamos o caso da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) e da Cooperativa Regional Tritícola Serrana (COTRIJUI) que reúnem grandes, médios e pequenos produtores. Ambas as cooperativas citadas abrem espaço a

propostas de agricultura ecológica em função da evasão - tanto da cooperativa quanto do meio rural - de seus associados, os quais não suportam o alto grau de degradação das terras e a conseqüente queda de sua produtividade.

Por outro lado, ligada à figura do economista alemão Ernest Friedrich Schumacher, autor do livro "O negócio é ser pequeno", o **ramo das tecnologias apropriadas** se baseia na idéia de aplicação de tecnologias apropriadas para condições apropriadas. Ou seja, para cada espaço geográfico diferente, tecnologias próprias.

No Brasil, esta proposta é desenvolvida pelo PTA-FASE (Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que tem sede no Rio de Janeiro e ramificações em todo país.

Finalmente, a **biotecnologia tropical**. Esta tem sua origem em Cachoeiro do Itapemirim, no estado do Espírito Santo. Lá o agrônomo e ambientalista Nasser Youssef Nars desenvolve um projeto que procura resgatar aspectos da cultura indígena na forma de produzir alimentos, bem como redimensionar a agricultura brasileira, partindo do fato de que o Brasil, um país tropical, onde são abundantes a incidência de sol e de vegetação - dois elementos fundamentais para esta proposta de produção alimentar - o que constitui um ecossistema extremamente dinâmico. (Revista Proteção, 1991:51-2)

A tecnologia recomendada por Nasser é muito simples: utilizar o mato como adubo e o sol como agente dinâmico da produção. A proposta desta agricultura é "participar da floresta", não interferir nem modificar o sistema ecológico-ambiental regional. Não se eliminam as espécies nativas, nem as "ervas daninhas" - estas são parte integrante da lavoura e irão alimentar os causadores das chamadas "pragas". Eliminando-se o mato nativo, o inseto, em busca do alimento, atacará qualquer outra planta que estiver ao seu alcance, tornando-se assim um agente predador das culturas.

Segundo o ambientalista, os insetos preferem as vegetações nativas às plantas "exóticas" que estamos acostumados a cultivar. Se eliminarmos as espécies autóctones, poderão tornar-se uma praga.

Nasser acredita na necessidade de um "resgate brasileiro capaz de liberar o homem do campo desta agricultura de dominação e deste círculo vicioso."

Para ele os colonizadores brasileiros trataram e ainda tratam os solos daqui como se fossem solos europeus ou americanos. E as informações sobre agricultura que por aqui circulam são em grande parte estrangeiras ou "estrangeiradas", o mesmo ocorrendo com muitas propostas agrícolas ecológicas, como as que vimos anteriormente.

"Parece que temos residência aqui e domicílio cultural, ideológico e tecnológico nos

Estados Unidos e na Europa. Temos o corpo aqui, mas a mente e o coração lá." (Revista Proteção, 1991:52)

Como solução de enfrentamento desse "domicílio" estrangeiro, Nasser propõe que se semeiem os campos com ervas nativas e se aprofundem os conhecimentos na agricultura indígena.

O "hortão" que é coordenado por Nasser, em Cachoeiro do Itapemirim, foi indicado para representar a agricultura brasileira na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO92 -, promovida pela ONU e sediada no Rio de Janeiro, em 1992. (Guia Rural, 1991:164)

Esta perspectiva de agricultura tornou-se importante referência na atual gestão da Coolméia, apesar da cooperativa estar aberta a outras tendências.

Para o Coordenador Geral da Coolméia, Jacques Saldanha, os agricultores que aqui se instalaram e seus descendentes têm um referencial emocional/normativo numa distante e imaginária Europa. De lá trouxeram seus conhecimentos, técnicas e cultivos, não conseguindo abandoná-los. A proposta nasseriana, segundo Saldanha, vem desestruturar esta ligação emocional, propondo uma nova visão da relação homem-natureza, referenciando-a à sabedoria indígena, na qual ervas nativas e insetos não são vistos como pragas, mas como participantes de um ecossistema equilibrado. Mais do que isto, faltaria ao

agricultor gaúcho uma "identidade geográfica", sendo que isto se resolveria quando este deixar de ser um "exilado emocional" e descobrir que a força da agricultura vem do sol e da vegetação nativa.

Após esta exposição, gostaríamos de salientar que a opção dos agricultores por técnicas agrícolas não necessariamente os enquadra numa ou noutra proposta acima apresentada. Práticas e idéias de diferentes grupos e pessoas são trocadas entre si e adaptadas ao ambiente no qual eles trabalham.

Além disso, devemos esclarecer, a maioria dessas propostas aqui apresentadas, tem como objetivo central auxiliar as pequenas unidades agrícolas, propondo alternativas de produção e reforçando a idéia da viabilidade e continuidade desse agricultor e sua família no meio rural.

Presentemente, no Rio Grande do Sul, várias são as manifestações que apontam para um padrão tecnológico alternativo de agricultura frente ao modernizante.

Em julho de 1991, 17 entidades (EMATER/Sobradinho; EMATER /Porto Alegre; EMATER/Ipê; EMBRAPA/Santa Cruz do Sul; Universidade Federal de Pelotas; COTRIJUI/Ijuí; Hospital Colônia Itapuã/Porto Alegre; Fundação de Desenvolvimento, Pesquisa e Educação Rural da Região do Planalto (FUNDEP); Fundação Gaia/Porto Alegre;

Centro Administrativo e Demonstrativo (CAD)/Porto Alegre; Centro de Tecnologias Populares (CETAP)/ Sarandi; Assessoria de Programas de Tecnologias (ASPT), ex-Programa de Tecnologias Alternativas (PTA-FASE); Fundação Eco-Sustentável (ECOFUND)/Ivoti; Colégio Bom Pastor/ Nova Petrópolis; Centro de Agricultura Ecológica/Ipê; Associação dos Ecologistas de Ipê e Antônio Prado; e a Cooperativa Ecológica Coolméia), entre governamentais e não governamentais, situadas em diversos pontos do Estado, lançaram um programa de cooperação em agroecologia. Com isto, este grupo busca intensificar o intercâmbio, o apoio recíproco e a ação cooperativa, relativamente a questões ligadas à produção ecológica, seja em forma de troca de informações, com a intenção de compor um bloco para gestionar a captação de recursos ou ainda fazer frente ao Estado e ao modelo agrícola modernizador.

A Coolméia, posteriormente, desligou-se desse grupo por não concordar com as políticas propostas na condução das lutas e também por divergências particulares entre alguns membros da Cooperativa e pessoas de outras entidades.

De qualquer forma, podemos afirmar que a preocupação com a agricultura ecológica no Estado não é um ato isolado de alguns indivíduos. São diferentes e heterogêneos grupos, que localizados em diferentes pontos

partilham dessa preocupação para com uma produção rural ecológica.

### **3.3 Agricultura tradicional e/ou modernizante versus agricultura ecológica**

Após a exposição sobre os diferentes projetos para uma agricultura ecológica torna-se necessário esclarecer algumas divergências entre a agricultura tradicional e/ou modernizante e a ecológica.

A tradicional e/ou modernizante está identificada com a revolução verde, sendo adotada como oficial por quase todos os países do globo e possuindo uma ligação de continuidade muito estreita com a engenharia genética vegetal.

Nesse sentido, arrolamos algumas características da produção alimentar **tradicional e/ou modernizante**: 1) homogeneização da agricultura e uniformidade de produtos em âmbito mundial; 2) redução da variedade de espécies de plantas e frutas. 3) mudança nos ciclos biológicos; 4) redução e eliminação da terra como elemento fundamental na produção agrícola; 5) substituição industrial do produto agrícola; 6) dependência do agricultor aos produtos de origem industrial.; 7) apropriação dos resultados da agricultura pelas indústrias; 8) virtual eliminação da figura do agricultor; 9) erosão do solo (desaparecimento do humus e desequilíbrio mineral); 10) produto final

desequilibrado energeticamente, sendo que os resíduos dos agrotóxicos permanece nas plantas e frutos; 11) aumento da sensibilidade das plantas frente aos parasitas; 12) mudança de hábitos alimentares.

Segundo Jean Claude Rodet (?), diretor de formação acadêmica do *Conseil Professionnel des Médicines Douces du Québec* - Canadá, os alimentos produzidos pela agricultura tradicional apresentados aos consumidores são alterados pela adição de substâncias químico-sintéticas. Ele identifica três formas de desnaturar os alimentos: pelo **método de cultura** (adubos e pesticidas), pelo **método de criação** e pela **indústria alimentícia**.

Pelo **método de cultura**, os adubos químico-sintéticos modificam a composição dos vegetais. Os fertilizantes nitrogenados, por exemplo, aumentam o teor de proteínas, mas diminuem a qualidade orgânica dos alimentos. Aumentam também a quantidade de nitratos, que produzem - no cozimento ou quando estocados em embalagens plásticas - nitritos, que consumidos pelo ser humano, revelam-se perigosos para a hemoglobina (substância que contém o ferro do sangue e é destinada a fixar o oxigênio do ar e levá-lo aos tecidos).

Também os pesticidas representam um grande perigo para a saúde pública pois, como veremos adiante (ponto



3.4.1) no trabalho da enfermeira Mara Calliari, afetam diretamente ao ser vivo. A toxidez, contudo, é variável.

Já pelo **método de criação** o alimento pode ser desnaturado e oferecer perigo aos consumidores sob a forma de carne de animais criados em locais inadequados, em condições impróprias de higiene. Da mesma forma, o uso de ração acrescida de hormônios ou antibióticos e a vacinação desordenada, repetida e sistemática são fatores passíveis de repercutirem na saúde humana.

Finalmente, a alteração realizada pela **indústria alimentícia** produz - algumas vezes - efeitos secundários sobre a saúde. Doses pequenas consumidas diariamente de produtos refinados, aditivos químicos, corantes, conservantes, aromatizantes, acidulantes e outros produtos podem provocar distúrbios em todo organismo. Os alimentos têm sua composição alterada antes de chegarem aos consumidores.

Segundo Rodet, para manter a saúde cada indivíduo necessita de elementos sadios em sua alimentação, isentos de qualquer tipo de modificação.

A **agricultura ecológica**, por sua vez, mesmo que com a diversidade de propostas, proporciona o consumo de alimentos sãos. Esta forma de produzir possui características que são diferentes da tradicional. Resgatamos as seguintes: 1) diversificação da agricultura;

2) diversificação de plantas e frutas: para diferentes regiões, diferentes sementes e plantas; 3) equilíbrio do solo, com vida microbiana; 4) resistência imunológica natural das plantas; 5) produto final (frutas, legumes, verduras, etc) equilibrado; 6) identificação e maximização do ciclo de cada planta; 7) manutenção do produto rural como fonte de alimento; 8) independência do agricultor frente aos pacotes agrícolas, auto-sustentação e utilização de compostos orgânicos de origem industrial, como a borra de café, por exemplo; 9) manutenção da terra e dos agricultores como elementos fundamentais do ponto de vista social e do meio ambiente; 10) o lucro da agricultura fica com o agricultor; 12) manutenção dos hábitos alimentares.

O alimento produzido de forma ecológica, segundo Rodet, difere de um alimento tradicional em vários aspectos: primeiro, por se tratar de uma cultura que não utiliza fertilizantes e pesticidas químico-sintéticos. A adubação é feita através de elementos orgânicos ou minerais de origem natural, sendo que a defesa das culturas - quando necessária - é realizada por meios não tóxicos.

Segundo, quando se trata de criação de animais, esta não recorre a hormônios de crescimento e a antibióticos e outros produtos da veterinária tradicional. Na proposta ecologista, os animais são tratados com substâncias naturais que respeitam a fisiologia animal.

Terceiro, o processamento, a transformação e a conservação e embalagem dos alimentos é feita de forma a manter as suas propriedades biológicas, por processos físicos não agressivos e que alterem o menos possível as propriedades originais dos produtos.

### **3.4 Breve resumo da agricultura no Brasil e no Rio Grande do Sul**

Destacamos, de forma sucinta, alguns pontos sobre a agricultura brasileira e em especial sobre o meio agrário gaúcho, no sentido de melhor situar a investigação realizada.

No Brasil, até a década de 50, o predomínio no meio rural é dos grandes latifúndios, nos quais se destacam as plantações de cana-de-açúcar, café e cacau para exportação. A mecanização é quase inexistente. O cenário político brasileiro também é marcado pelo domínio dos chamados latifundiários, coronéis, etc.

Será a partir dos anos 50 que iniciará o processo de modernização do país, através da industrialização acelerada, financiada pelo Estado e pelo capital acumulado na agricultura. Também nesse período haverá investimentos em tecnologia no campo, em forma de pesquisa agrícola, insumos, maquinaria, extensão rural e crédito agrícola subsidiado. Estas inovações serão apropriadas de forma muito concentrada nas grandes propriedades rurais ou

unidades agrícolas capitalizadas, visando - como até então - o mercado exportador.

Hoje já é possível encontrar o que há de mais moderno, em termos tecnológicos, no meio rural brasileiro.

No campo político, no presente, os grandes latifúndios têm fortes conexões com o poder. Como ostentaram, por exemplo no processo de formulação da última Carta Constitucional. A entidade que articulou os interesses da grande propriedade agrária, a UDR - União Democrática Ruralista -, inviabilizou todos os avanços sociais na área rural que se buscava incorporar à Constituição, bancando, simultaneamente, lutas em várias regiões do país contra os movimentos dos trabalhadores rurais pela reforma agrária.

Já o Rio Grande do Sul possui um processo agrário diferenciado do resto do país. Paulo Roberto Nunes da Silva coloca assim a questão:

"O fato de essa ocupação ter iniciado pela zona da fronteira - onde predominam os campos - e ter continuado, basicamente, nas zonas da serra e planalto acabou por determinar uma distribuição da propriedade da terra que apresenta regiões concentradoras de pequenos, médios e grandes estabelecimentos, cujos espaços geográficos aparecem quase perfeitamente delimitados." (1991:275)

Isto é importante para o entendimento dos processos de transformação, pois latifúndios e minifúndios não coexistem nas mesmas áreas geográficas.

A par dessa divisão física, o setor agrícola onde se concentram os pequenos e médios proprietários de terras, passou por três períodos bastante distintos, acrescenta Silva (1991:273):

No primeiro, entre 1900 e 1920, acontece o rápido desenvolvimento da lavoura irrigada e mecanizada de arroz. O segundo período, que vai de 1945 a 1956, traz uma expansão da lavoura do trigo. E no terceiro - a partir de 1960 - ocorre uma veloz modernização, com maior abrangência e homogeneização, para todo setor agrícola gaúcho.

Nos anos 70, contudo, trigo e soja tornam-se o carro-chefe desse processo de capitalização do campo. Em razão desse novo padrão de desenvolvimento, acentua-se o processo de reconcentração da propriedade da terra, aumentando o êxodo rural. Conjuntamente, a mecanização, o uso de produtos agroquímicos e a especialização da produção agrícola auxiliaram no processo de expulsão do agricultor de suas terra. (Ghelen, 1983)

Podemos afirmar que, devido à intensa mecanização em alguns setores do meio rural, indústrias e a agricultura possuem relações muito estreitas. Como exemplo, podemos citar o caso do fumo, vinho e o pêssego, entre outros.

Os pequenos produtores rurais no Estado, no que diz respeito ao cultivo de alimentos e de matérias-primas para a indústria, respondem por uma produção cerca de dez vezes maior que das grandes propriedades, chegando, como no caso dos hortifrutigranjeiros, a superar estas últimas em cinquenta vezes, mesmo ocupando uma área duas vezes menor. (Ghelen, 1983)

Na área política, os grandes agropecuaristas têm ainda uma forte influência no Estado, entretendo as lutas dos agricultores que, organizados, invadem terras, ocupam fazendas, numa tentativa de forçar o governo a promover a reforma agrária. (Ghelen, 1983)

Já os anos 80, segundo Regina Novaes (1991:7), podem ser caracterizados pela redução da população rural e pela diminuição da importância da propriedade familiar, "tanto como produtora de alimento e matéria-prima quanto como fornecedora de mão-de-obra assalariada". Em contrapartida, há a integração de diferentes capitais no meio rural e o surgimento de novos atores sociais no campo. Com isto, fica evidenciada "a complexidade da diversidade de categorias e situações sociais existentes".

Assim, segundo a autora, em função de uma nova realidade que se apresenta para o meio rural é imperativo que hoje se tenha um "olhar crítico ao que já está estabelecido, ao passado". Nesse sentido,

"Trata-se, então, de se fazerem dialogar as "novidades" (ou necessidades) de uma época com a experiência acumulada". (Novaes, 1991:8)

É, pois, dentro desse espaço político-cultural que os agricultores ecologistas aqui estudados desenvolvem suas atividades.

### **3.5 Perspectivas futuras da agricultura**

O modelo agrícola adotado nos anos 60 está chegando ao fim? De fato, as políticas da "Revolução Verde" não conseguiram atingir seus objetivos e, como herança, deixaram um quadro desalentador: terras intoxicadas; homens, mulheres e crianças com anomalias neurológicas, gástricas e ósseas; agricultores sem terra, etc.

Frente a esse quadro podemos destacar duas perspectivas para a evolução futura da agricultura, em especial a brasileira: a *Engenharia Genética* e a *Produção Ecológica*. A primeira dá continuidade aos padrões de modernização da produção agrícola, sendo o cenário mais provável de ocorrer devido à estrutura já estabelecida e aos diversos e poderosos interesses dos blocos econômicos que sustentam essa proposta. A segunda está ligada a projetos orgânicos de produção rural. Sua afirmação ainda é pequena, mas ascendente, havendo possibilidade de êxito, caso a opinião pública crescentemente exija e opte por este tipo de produto.

### 3.5.1 Engenharia genética: a nova versão do modelo modernizador

A *Engenharia Genética* - também apresentada como *Biotecnologia*, numa busca de legitimação e credibilidade públicas, já que a designação de "engenharia genética" assusta por estar associada a experiências de mutação programada, sem controle eficiente, que podem criar "monstruosidades" - é a sucessora da Revolução Verde, que foi o projeto modernizador para a agricultura.

O objetivo da Revolução Verde era acabar com a fome no mundo. Mas o que ela realmente fez foi carrear grandes lucros para as indústrias químicas. Estas necessitavam escoar seus estoques de armas químicas, proibidas de serem usadas como tal, e baratear o custo de investigação de novos produtos, tanto para fins bélicos (em que pesem os acordos internacionais vedando tal aplicação), quanto para o mercado agrícola.

Segundo a Revista *Proteção* (vol. 09 nº 2, 1991:37-45), a venda de agrotóxicos para a agricultura no Brasil tem caído, e certamente haverá uma queda maior quando vigorar de fato, no Brasil, a nova lei dos agrotóxicos em tramitação no Congresso.

O Brasil, absurdamente, como relata a Revista, é um dos poucos países que tem liberado uma série de agrotóxicos para os quais não há antídotos, como: ALDRIN, que é carcinogênico - estimulante de tumores malignos - e



mutagênico; **DIMETOATO**, que é inibidor da colinesterase - enzima fundamental ao sistema nervoso -, mutagênico, carcinogênico e cancerígeno; **DODECACLORO**, que causa danos sobre o meio ambiente, com efeitos residuais prolongados, e faz a bioacumulação nas cadeias alimentares; **FLOPET**, **PARAQUART** e outros. Todos esses "venenos" químicos são utilizados em cereais, leguminosas, hortaliças e frutas em geral, das quais somos consumidores diários.

Frente a essa queda na receita e o descrédito crescente, as indústrias químicas têm desenvolvido, através da *Engenharia Genética*, estudos na mutação de gens em sementes, plantas, animais, etc.

Este "pacote" estará em breve no mercado, alerta o ecologista Sebastião Pinheiro, sem a devida avaliação científica de seus efeitos para o ser humano.

Jacques Saldanha, Coordenador Geral da Coolméia, adverte: "no início isso tudo pode até ser muito interessante, mas logo-logo atingirá a humanidade com mutações genéticas que nem a indústria pode avaliar."

Realizando um trabalho desde 1981 sobre o efeito dos agrotóxicos em recém-nascidos, na maior parte filhos de agricultores, a enfermeira Mara Calliari, de Passo Fundo (RS), em sete anos de acompanhamento hospitalar constatou 600 casos de bebês com anomalias neurológicas, gástricas e ósseas. Crianças com hidrocefalia (cabeça d'água), pé torto

congenito, dedos a mais nos pés e/ou mãos, ausência de osso na perna, estreitamento do canal do esôfago, lábio leporino, etc.

Sem saber ao certo que tipo de reações podem ser geradas no ser humano e na natureza, a nova versão do modelo modernizador - a *Engenharia Genética* - promete mudanças significativas em todos os cultivos: maior resistência das plantas às doenças e às pragas, aumento da produtividade, diminuição do tempo de produção, etc. Enfim, segundo as indústrias químicas, uma maior produção e um melhor produto num menor espaço de tempo.

Trata-se de mais uma estratégia patrocinada pelas indústrias químicas que desejam perpetuar seus lucros e a dependência da agricultura a seus métodos. Certamente essa "novidade" virá com todo potencial monetário e político acumulado pelas grandes indústrias, com o apoio de governos, bancos e outras entidades, na forma de um "pacote fechado" para o agricultor, e será pago, novamente, por toda a sociedade. Tudo isto, diga-se de passagem, prática utilizada pela "Revolução Verde".

Goodman, Sorj e Wilkinson (1990:158-162) argumentam que na medida em que as restrições da natureza, como tempo e espaço, forem enfraquecidas, novas economias de escala se estabelecerão. Criam-se então, dois cenários possíveis. O primeiro é um:

"Movimento acelerado em direção a sistemas de produção contínuos, com um declínio paralelo no número de produtores à medida em que aumentam a especialização, intensidade de capital e escala." (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1991:158)

Como exemplos poderíamos citar o confinamento de aves e bovinos para a produção de ovos, leite, carne e derivados. Dessa forma, o uso da terra é minimizado e superado por instalações centralizadas de produção, utilizando-se de recursos como a microeletrônica, a genética e o controle ambiental. "A Fazenda-fábrica torna-se uma realidade."

Já no segundo cenário,

"A dinâmica principal surge dos métodos modernos de processamento de alimentos e de matérias-primas, os quais serão reforçados pelos avanços em biotecnologia." (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990:159)

Neste caso, destaca-se a engenharia genética vegetal, que trabalha intensamente para adaptar as características das culturas "às exigências do processamento e para melhorar a sua resistência a doenças e pestes." Assim, como tendência geral, "todas as culturas agrícolas serão submetidas à engenharia genética para atenuar as exigências do processamento e comercialização da indústria."

Segundo estes autores, os "limites impostos pela natureza ainda impedem efetivamente a organização

industrial direta e unificada do processo de produção rural". No entanto, num futuro próximo, quando plantas e animais forem obtidos pela engenharia genética em ambientes controlados, provavelmente o "fazendeiro dará lugar ao 'bioadministrador' e a observação será substituída por 'software'."

### 3.5.2 Novas propostas para a agricultura

Como sugerimos anteriormente a *Produção Rural Ecológica* pode ser pensada como uma resposta e uma alternativa frente à proposta oficial. Pode-se tornar uma opção viável e lucrativa ao agricultor, bem como possibilitar o cultivo de alimentos saudáveis, mantendo o equilíbrio do ecossistema.

Neste momento, contudo, não podemos apresentar definitivamente a produção rural ecológica como uma opção, visto que - ao nosso ver - esta é ainda uma tendência em ascensão, condicionada ao aumento da demanda populacional e da ação do Estado. No entanto, gostaríamos de questionar o sentido das ações de cunho agro-ecológico que vêm ocorrendo nos solos brasileiros, as quais repetem os históricos ciclo de dominação implementados pelas nações desenvolvidas aos países pobres.

Por outro lado, buscaremos destacar, entre tantas, uma proposta de agricultura - a biotecnologia

tropical - que explicitamente se opõe à continuidade desse ciclo de submissão que caracteriza a economia brasileira.

É mister, contudo, enfatizar que não se adota aqui uma postura xenófoba, mas busca-se considerar a dimensão da subordinação e sujeição econômica que pode se apresentar travestida nas bandeiras de uma agricultura ecológica.

Para um melhor entendimento, subdividiremos as propostas ecológicas em *agricultura estrangeira*, que abordaremos a seguir e, logo após, a *agricultura tropical*.

### 3.5.2.1 Novas formas de dominação: sempre um passo a frente?

Nos dias de hoje, muitos são os que, no Brasil, têm investido conhecimentos e ações numa produção rural ecológica. Mas a quase totalidade de propostas, e mesmo de financiamentos, vêm de fora, especialmente de países europeus.

O fato de termos sido colonizados principalmente por estes fez com que o conhecimento na lida com a terra tivesse como referencial os solos de "lá". Entretanto, diferentemente do que ocorre em países tropicais, hoje se constata que o solo europeu é pobre em matéria orgânica e pouco contemplado com a incidência de sol. Além disso, fica congelado boa parte do ano, necessitando de uma grande compostagem.

Quanto aos objetivos dos projetos atualmente patrocinados por grupos e governos estrangeiros, certamente são muitos e complexos. Entre eles podem-se destacar a **aquisição de conhecimentos sobre a produção orgânica, a criação de um mercado exportador e a dominação cultural.**

Estes projetos teriam por finalidade criar tecnologias para uma produção orgânica, incluindo tanto máquinas adequadas à preservação do solo (diferentes daquelas que, devido a seu peso, compactam o solo, ou das que o sulcam muito profundamente, eliminando micronutrientes sensíveis ao sol) como processos agrícolas (tipos de compostos para a fertilização, espaçamento entre as plantas, métodos de capina, etc).

Assim, os *conhecimentos* são desenvolvidos aqui e apropriados pelos países financiadores, seja para aplicação em suas lavouras, seja enquanto acumulação de possibilidades de inovação tecnológica, visando posterior aprimoramento a ser exportado como tecnologia inovadora para países como o Brasil. Esse procedimento ratifica e cristaliza um círculo vicioso de dependência e dominação econômica.

Por outro lado, alguns destes projetos visam também criar um *mercado exportador* de produtos orgânicos. Isto porque os solos - especialmente do Primeiro Mundo - estão saturados de agrotóxicos e da poluição provocada por

esse processo modernizante, e aqui ainda é possível encontrar terras pouco poluídas pelos "venenos sintéticos". Além disso, no Brasil é possível produzir o ano todo, diferentemente do que ocorre nos países do Primeiro Mundo.

Finalmente, a presença de tais projetos no país pode reforçar a *dominação cultural*, visto que o nosso imaginário já está impregnado de valores do "saber" estrangeiro. Retomando Jacques Saldanha, o agricultor brasileiro mora aqui mas têm domicílio cultural nesses países, pois pensa, trabalha e age com parâmetros utilizados em países "avançados".

Estes países - principalmente os europeus - procuram recriar suas colônias, ainda que agora, com mais sutileza. Sob a égide do ideário ecológico e/ou de uma produção agrícola, mantendo seu padrão de vida alto, reafirmam toda a submissão econômica do Terceiro Mundo, ensinando-nos e financiando nossa "educação" ambiental.

Uma vez mais, idéias e práticas geradas lá, às vezes realizadas aqui, antecipariam uma produção cultural própria.

### 3.5.2.2 Uma experiência: a "biotecnologia tropical"

Opondo-se à "invasão" de conhecimentos e valores estrangeiros e ao panorama de dependência e pessimismo, surgiu, para a agricultura brasileira, uma proposta de

tecnologia simples, barata e adequada a este país tropical. Trata-se da *biotecnologia tropical*, também chamada de *agricultura brasileira*. Utiliza-se esse termo pela diversidade e pelo uso da natureza, em confronto com as propostas das indústrias químicas que também denominam de biotecnologia o produto das pesquisas no campo da engenharia genética. "Biotecnologia é o que eu faço aqui, com o desenvolvimento das espécies em seu ambiente natural", diz o ambientalista Nasser Yousef Nars, responsável por esta proposta. (Guia Rural, 1991:166)

A busca de Nasser é a de resgatar aspectos culturais e ambientais do Brasil tropical, em oposição à avalanche de projetos e tecnologias estrangeiras que possuem um referencial técnico/econômico/cultural de seus países de origem. Assim, o ambientalista trabalha com a idéia de um ecossistema que é muito dinâmico, utilizando o mato como alimento para os insetos, criando uma cadeia ecologicamente equilibrada e não eliminando os elementos considerados predadores pela agricultura convencional. Utiliza-se também do sol abundante como agente potencializador das culturas, na medida em que propicia a decomposição mais rápida da matéria orgânica.

Esta proposta agro-ambientalista pode servir tanto para pequenas quanto para grandes unidades de produção. O trabalho foi iniciado no Hortão da Prefeitura



de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, produzindo hortaliças e frutas em 10 hectares. Hoje o agrônomo ecologista assessora várias plantações, uma com 80 mil pés de laranja, outra com 80 mil pés de mamão papaia ou ainda uma com um milhão de pés de abacaxi.

Os resultados desta agricultura são surpreendentes. Com um custo de 50% a 70% menor e com um rendimento muito superior ao da agricultura tradicional, a proposta do agrônomo Nasser vem desarticular a agricultura tradicional.

Lavouras de cenoura, por exemplo, produzem 90 ton/ha contra a média nacional de 40 ton/ha. A laranja é outro exemplo. No Brasil a média é de 1,7 caixas por pé e o recorde brasileiro é de 4,5 caixas. A biotecnologia tropical alcança uma média de 7 a 10 caixas, mais ou menos 1.600 frutas por pé. (Revista Proteção, 1991:51)

A *biotecnologia tropical*, tendo um custo inferior e uma produção superior à tradicional propõe um novo olhar e um novo agir na forma de produzir alimentos: não interferir e destruir a natureza e sim fazer parte dela, integrando-se a ela.

Para Nasser, a agricultura orgânica não pode repetir o erro da convencional: impor ao agricultor receitas, pacotes fechados para o mesmo cultivo em diferentes regiões. (Guia Rural, 1991:116)

Além disso, os produtores ligados a esta proposta advogam a necessidade de alimentar e vender seus produtos para todas as regiões do Brasil, numa busca de nutrir esta população carente de alimentos, relegando a um segundo plano a exportação.

Trata-se, como afirmamos anteriormente, de uma proposta agrícola ecológica que visa ao rompimento de certos laços que interferem no desenvolvimento brasileiro e que asfixiam a possibilidade de uma cultura própria.

### **3.6 Da agricultura à sociedade pós-materialista?**

Com o inevitável fracasso da Revolução Verde e o surgimento do movimento ecológico abrem-se várias perspectivas para a agricultura. Uma delas, sem dúvida, é a continuidade do projeto modernizante através do que há de tecnologicamente mais novo na ciência: a *engenharia genética*.

Outra perspectiva está vinculada às propostas de projetos ecológicos, articuladas ao ecologismo. Estas propõe um olhar diferente sobre a natureza e um novo agir planetário, divergente daquele criado pela razão instrumental (fragmentação, redução, mecanicismo, hermetismo). Ou seja, encarando o mundo de forma integrada globalmente, revendo o desenvolvimento material do homem, redefinindo as relações sociais, repensando antigas

relações, criando novos modos e estilos de vida, buscando uma nova estética de existência, etc.

Pode-se também acrescentar que a produção agroecológica representa uma mudança do paradigma dominante para o meio rural, na forma de relacionamento com a natureza, na expectativa de independência dos agroquímicos, no repúdio à engenharia genética, na exploração das potencialidades regionais e na saúde do homem e do planeta.

Neste mesmo panorama abre-se um leque muito diversificado de propostas e, dentre elas salientamos uma em especial para o desenvolvimento agrícola brasileiro: a *biotecnologia tropical*, que, devido a seu baixo custo e uma produtividade muito alta, vem se contrapor a outras propostas de cultivo ecológico e desarticular a agronomia tradicional. Esta terá que rever seu modelo dependente, ou, ignorando essa "revolução" agrícola, se tornará obsoleta quanto às técnicas.

Assim, numa perspectiva futura poderemos ter dois tipos de alimentos: de um lado produtos advindos de origens diversas, sintetizados num só, igual ao original, que pretende substituir em gosto e cheiro o primeiro, fornecido e/ou processado pela indústria. De outro, um produto dentro dos padrões ecológicos de produção. Isto já vem ocorrendo, na medida em que as indústrias fornecem, por exemplo, café solúvel granulado, adoçantes, margarinas e tantos outros

produtos em substituição aos naturais. Já o movimento ecológico incentiva a criação de feiras de agricultores e entidades ecologistas que forneçam alimentos de origem assegurada, com garantias de não portarem nenhum aditivo químico-sintético, mesmo aqueles industrializados de forma artesanal.

#### **4. UM PROJETO AGRÍCOLA ECOLÓGICO: COOLMÉIA E A PEQUENA PRODUÇÃO RURAL**

##### **4.1 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA ESTUDADA**

Nesse capítulo analisaremos as informações colhidas ao longo do processo de pesquisa. Primeiramente, examinaremos a Cooperativa Ecológica Coolméia, gestora - entre outras coisas - de um projeto de escoamento da produção agrícola ecológica. Buscaremos compreender como se desenvolve esta proposta agrícola através da relação da Cooperativa com o meio rural, seja pelo Núcleo Técnico Agropecuário ou pela Feira dos Agricultores Ecologistas, dois elementos-chaves para a solidificação desse empreendimento agroecológico.

Em seguida, trataremos dos agricultores ecologistas, abordando as razões que justificam o abandono de uma agricultura tradicional e/ou modernizante por outra, ecológica.

A centralidade que se atribui, na análise à Cooperativa Coolméia deve-se ao fato desta entidade ter sido de vital importância para que estes agricultores

consolidassem o seu processo de transição no caminho da agricultura ecológica. A Cooperativa, quando cria mecanismos para o escoamento da produção rural, torna-se organizadora e - em certa medida - orientadora dos agricultores que a ela se ligaram.

Para fundamentarmos a análise a ser realizada, utilizamos as seguintes hipóteses, baseadas na bibliografia concernente.

**Hipótese Central:** pequenos produtores rurais que se utilizam de mão-de-obra familiar e que optam pela agricultura ecológica percebem nesta uma estratégia de reprodução e de continuidade no meio rural.

**Hipóteses secundárias:** 1. mais do que da permanência no campo, esses agricultores encarnam uma nova proposta de convivência com o meio ambiente e com o universo de pessoas que os cercam.

2. Estes agricultores possuíam uma prática agrícola anterior ligada ao processo agrícola tradicional e/ou modernizador.

3. Os produtores rurais ecológicos têm um papel primordial no projeto de mudança social e estrutural que se articula na Cooperativa Ecológica Coolméia.

4. Por fim, a ecologia, o ecologismo e a produção rural ecológica têm um papel revolucionário junto ao meio

rural, levando agricultores a modificarem suas relações com a terra, as pessoas, a sociedade.

...

O espaço conquistado pelo movimento ecológico viabilizou o desenvolvimento de entidades e projetos agroecológicos, impulsionando uma maior aceitação das causas ambientais e um aumento na procura de produtos provindos de uma agricultura ecológica.

Algumas dessas entidades e projetos tiveram e têm o mérito de aglutinar em torno de si produtores rurais que estavam abandonando a agricultura tradicional e/ou modernizante por outra mais salutar, menos agressiva e de certa forma, nesse momento, mais lucrativa.

Como já vimos, diferentes propostas de agricultura ecológica se desenvolvem, criando novos valores e padrões de comportamento tanto no meio rural quanto no urbano. Nesse sentido, argumentamos que a agricultura tradicional e/ou modernizante, em diferentes níveis tecnologicamente, visa à planta como principal agente da produção, sendo o solo considerado apenas como um substrato físico ao qual devem ser adicionadas quantidades de fertilizantes ou corretivos para o bom desempenho da lavoura. Dessa forma, o solo torna-se um grave problema

para estes que aderem ao processo modernizante de produzir, pois os fertilizantes químicos não renovam biologicamente o solo, tornando-o estéril. As indústrias produtoras desses insumos, contudo, incentivam a utilização desses produtos, mesmo sabedoras do perigo que eles representam para o solo. Pode-se dizer então que o modelo agrícola ainda hegemônico consagra um padrão de acumulação e comportamento selvagem em relação ao meio ambiente, impondo ao produtor a "busca do lucro no prazo de uma safra, o que pode significar a destruição de sua base produtiva". Com isto, aponta Zimmerman (1992:47), as perdas anuais de solo no Brasil estão na ordem de 194 milhões de toneladas, fato este que por si só justificaria uma imediata reversão desse processo "modernizante" de agricultura e a busca de padrões alternativos, menos prejudiciais ao solo e conseqüentemente ao homem.

A agricultura ecológica, por sua vez, acredita na prioridade do equilíbrio do solo para a obtenção de uma maior produção. Assim, deve-se respeitar e privilegiar a vida microbiana do solo e não mais ater-se somente ao desenvolvimento e bom desempenho das plantas, que são vistas como decorrência do tratamento adequado dado à terra. Ou seja, o binômio planta/produção passa por outro entendimento: solo equilibrado/meio ambiente restaurado/ maior produção.



Dentre estes projetos agroecológicos encontramos no Rio Grande do Sul distintos grupos, sendo que a maioria deles localiza-se em regiões de minifúndios, tendo uma ainda incipiente rede de venda de suas mercadorias.

A Cooperativa Ecológica Coolméia, apesar de não estar constituída no meio rural, promoveu o encontro de agricultores e o escoamento de seus produtos. Além do que, esta entidade representou para os produtores um apoio em seu processo de afastamento do modelo agrícola, sociologicamente definido como modernização conservadora, iniciado antes desses agricultores conhecerem ou se integrarem a qualquer projeto de cunho ecológico.

Assim, cabe salientar a contribuição dessa entidade e seu Núcleo Técnico Agropecuário para o crescimento desse projeto agroecológico.

#### **4.2 A Cooperativa Ecológica Coolméia**

A Coolméia, desde sua origem em 1978, tem uma forte ligação com o meio rural. Pode-se dizer que seu surgimento se deve à iniciativa de um grupo de pessoas de comprarem em grande quantidade, mel e arroz integral, distribuindo posteriormente entre si. Num segundo momento, passou a comercializar outros produtos coloniais, abrindo a venda para a comunidade em geral.

Hoje, além de defender interesses ecológicos perante o Estado, de participar da associação das pequenas cooperativas e promover a feira dos agricultores ecologistas, a Coolméia comercializa no entreposto hortaliças, cereais, frutas, condimentos, lanches e almoço, com produtos de seus associados produtores.

Desde que se constituiu, a Cooperativa se definiu pelo ecologismo, naturismo e cooperativismo, como podemos comprovar pelas suas publicações sobre esses temas.

Para a Cooperativa, *ecologia*, por um lado, é a defesa da natureza; por outro, a busca de uma melhor qualidade da vida humana. Entre os pressupostos de sua orientação estão: o uso racional dos recursos naturais; a correta utilização do solo: a prática de uma agricultura natural, sem agrotóxico; reciclagem de lixo; a defesa do consumidor sob o prisma da saúde pública; a subordinação da tecnologia a uma ética ecológica que privilegie a vida e a natureza, e não o lucro.

*Naturismo* expressa a intenção de viver segundo a natureza no plano pessoal, o que inclui: consciência ecológica, manifesta em ações cotidianas de preservação da natureza - seja na órbita do corpo, da casa, dos espaços sociais ou públicos; opção pela auto-suficiência; busca do autodesenvolvimento; regime alimentar vegetariano em qualquer de suas variações.

Os princípios básicos do cooperativismo são: 1) adesão livre; 2) gestão democrática; 3) taxa limitada de juros ao capital; 4) retorno das sobras proporcionais às operações; 5) ausência de discriminação (religiosa, racial e social); 6) cooperação ativa em plano local, nacional e internacional com vistas a uma integração; 7) constituição de um fundo de educação e formação dos associados e do público em geral.

A diretoria atual da Coolméia, eleita em assembléia geral, definiu-se pelo que chama de uma autogestão ecológica, priorizando a autonomia dos diversos setores, descentralizando o poder de resolução ao nível operacional.

Apesar do discurso compreender a possibilidade da autogestão da Cooperativa, verifica-se na realidade que as decisões finais da entidade se concentram nas mãos de três pessoas localizadas estrategicamente na composição dos Conselhos - órgãos que administram a Coolméia. Estes indivíduos circulam na Cooperativa há, certamente, mais de cinco anos, fato inusitado, devido à grande rotatividade de associados, tanto em cargos dos Conselhos quanto na categoria de servidores. Como ressalta Viola (1987:86), uma das características dos grupos ecológicos que surgem nos anos 70 e 80 refere-se ao número de pessoas que circulam ou fazem parte da entidade. A quantidade de membros pode até

ser elevada - mais de mil indivíduos-, mas o número de pessoas que transitam efetivamente na associação gira em torno de 10 a 20, sendo que, destas, duas ou três se destacam do restante do grupo em várias dimensões: dedicação à entidade, prestígio público, autoridade nas decisões de grupo, acesso aos meios de comunicação de massa, acesso às agências estatais, viagens, palestras, cursos, etc. De fato, esta estrutura pode ser encontrada de forma arraigada na Coolméia, indicando que a cooperativa tem dificuldades de passar para outros estágios mais avançados de estruturação na forma de gerir a entidade.

Hoje, a Coolméia conta com 1.300 filiados, divididos em associados-consumidores, associados-servidores e associados-produtores. Os associados-consumidores, como o próprio nome diz, somente consomem os produtos comercializados pela cooperativa. É a grande maioria dos associados, girando em torno de 1.100 a 1.200 pessoas e entre o total dos cooperativados, são os que estão menos organizados. Como consumidores, estes associados têm direito - além dos estatutários - a um desconto de 10 a 30% nos produtos oferecidos pela cooperativa, com exceção dos hortifrutigranjeiros.

Os associados-servidores são aqueles que trabalham na Coolméia como autônomos, pois a entidade não possui funcionários. São os que estão mais organizados, até

por terem uma participação mais direta, fisicamente agregados na entidade. Em termos salariais, têm um rendimento médio acima do similar no mercado de trabalho. Contudo a própria rotatividade nos postos de trabalho parece indicar que as vantagens não são tão significativas que mantenham os servidores por muito tempo na cooperativa. Em número são, mais ou menos, 30 indivíduos.

Finalmente, os associados-produtores são aqueles que produzem para a comercialização na cooperativa. Têm uma organização precária, devido a sua distribuição geográfica, mas eficiente, através da comissão da feira e de alguns servidores da Coolméia que realizam trabalho para estes. Estes associados fornecem grãos, farináceos, hortifrutigranjeiros, produtos lácteos, etc. (COSTA & BUFFON, 1987; Costa, 1988 e 1991)

Nem a própria Cooperativa tem claro o número de produtores rurais que com ela comercializam, pois alguns negociam esporadicamente, conforme a safra, como é o caso dos produtores de arroz, feijão, açúcar mascavo entre outros. Por outro lado, há aqueles agricultores que estão vinculados indiretamente à Coolméia, através de entidades a ela associadas. Segundo estimativas do responsável pelo setor de compras da cooperativa existem em torno de 30 a 70 produtores rurais associados que comercializam com a Coolméia, incluindo aí as associações e aqueles que

negociam por temporada. Contudo, se tomássemos individualmente cada produtor, esquecendo a periodicidade e sem agrupá-los nas associações, um provável número giraria em torno de 80 a 120 produtores rurais que comercializam com a Coolméia.

É interessante salientar que é um fato raro no cooperativismo mundial uma entidade possuir nos seus quadros essas três categorias de associados. É igualmente incomum uma cooperativa possuir um Conselho Educativo, além dos conselhos regulares (Administrativo, Fiscal, Representantes). O Conselho Educativo tem por função, entre outras, planejar atividades educativas da Cooperativa, promover cursos, treinamentos, palestras e reflexões para os associados e/ou para a comunidade.

Voltando à questão dos associados-produtores, podemos dividi-los em urbanos e rurais. Os urbanos são os que vivem e produzem na cidade. Geralmente integram a "indústria" de transformação, produzindo pães, tortas, bolachas, massas, balas, bombons, incensos, sabonetes, etc. Já o associado rural é aquele que desenvolve sua produção no meio rural, seja ela propriamente primária, seja ela beneficiada por processos industriais, semi-industriais ou artesanais. Assim, o associado produtor rural pode produzir hortaliças, grãos, frutas, leite, bem como passas de

bananas, cocadas, compotas, suco de uva, massa de tomate, queijo, etc.

Em 1986, a Coolméia institui um evento ecológico anual denominado *TUPAMBAÉ*, termo que evoca uma forma de organização econômica e social baseado no uso coletivo da terra e na cooperação, característica dos SETE POVOS DAS MISSÕES, nos séculos XVII e XVIII. Etimologicamente, *TUPAMBAÉ* deriva do tupi-guarani e significa "TERRA DE TUPÃ" ou "TERRA DE DEUS". A escolha desse nome está ligada à busca de uma identidade simbólica e geográfica com uma cultura anterior e com o espaço em que a Cooperativa se insere.

Em 1989, o tema da *TUPAMBAÉ* foi a Festa do Alimento, onde produtores que produziam ecologicamente expuseram e venderam seus produtos aos consumidores da capital. Esta festa deu origem à uma feira mensal dos agricultores ecologistas, desvinculando-se da *TUPAMBAÉ*.

Por outro lado, a Coolméia, enquanto aglutinadora de uma produção rural ecológica, possui uma relação diferenciada e "inovadora" com seus associados-produtores. Diferenciada e inovadora, entre outras coisas, porque a cooperativa exige que os produtos obedeçam adequadamente a certos padrões em sua produção (não utilização de agrotóxicos, preservação da natureza, utilização de compostos orgânicos, etc). Da mesma forma, há interesse em

modificar a percepção desses agricultores a ela ligados quanto ao modo de se relacionar, seja socialmente (via cooperativismo, autogestão), seja economicamente (política do preço justo - um pouco a mais para o produtor e um pouco a menos para a entidade), seja politicamente (participação na Cooperativa, nos encontros, debates), seja ambientalmente (produção orgânica, conservação da natureza, reciclagem).

É mister acrescentar neste momento que a Cooperativa não tem por finalidade o lucro. Segundo seu atual Coordenador Geral - Jaques Saldanha - a entidade deseja crescer em conjunto com as três categorias de associados (produtores, servidores e consumidores).

Retornando à questão dos ganhos da Cooperativa, de fato, quando olhamos mais detidamente para a entidade percebemos que o lucro não é um dos pilares de sua conduta. Nesse sentido, a Coolméia vem sofrendo uma série de restrições por falta de recursos, o que tolhe muitas vezes sua ação e seu desenvolvimento. A arrecadação (receita) quase se iguala às despesas, havendo com isto uma série de carências a serem supridas, como materiais permanentes que estão deteriorados (mesas, armários, máquinas), que são alugados (sede, telefone), que a cooperativa não possui (computador, fax), ou profissionais qualificados para desempenharem certas atividades prioritárias (agrônomos,



administradores). Em muitos casos a Coolméia conta com o tempo livre de seus associados para dar cobertura às tarefas necessárias, e se as paga é em valores simbólicos.

Como já vimos, interligando o esquema proposto por Viola (1987), podemos localizar a Cooperativa entre os ecologistas realistas, uma vez que sua atuação está ligada à construção e ao desenvolvimento de um movimento de transformação da sociedade via ecologia. Suas ligações com o meio rural se ancoram em pequenos proprietários e cooperativas, a par do sítio que a própria Coolméia mantém.

Por fim, poderíamos dizer que a Cooperativa Coolméia hoje é um pólo cultural, divulgador e incentivador de um pensar e agir, de práticas ecológicas e cooperativas. Ela estimula uma produção rural sem a utilização de agrotóxicos e com o aproveitamento de produtos biológicos naturais, combatendo toda a tecnologia artificial oferecida pelos setores associados ao processo modernizante da sociedade industrial. Por outro lado, aglutina em torno de si produtores, oferecendo assistência técnica e o escoamento dos seus produtos. Além disso, ela é considerada um ponto de referência para quem produz e procura um alimento "limpo", sem agrotóxicos.

#### 4.2.1 O Núcleo Técnico Agropecuário

O Núcleo Técnico Agropecuário (NTA) têm sua origem em 1987 e está vinculado, como grupo consultor e assessor, ao Conselho Administrativo da Cooperativa Coolméia. É o mais antigo, forte e estável núcleo da Cooperativa. Sua função é a de dar assistência técnica à agricultura ecológica para o sítio da Cooperativa, para agricultores associados e para interessados em produzir nesta perspectiva.

Além disso, o núcleo deve orientar, auxiliar, formar, informar, propor intercâmbios, fornecer livros, textos, vídeos para os agricultores, bem como promover cursos, articular debates, assessorar o Conselho Administrativo e os produtores rurais.

Os principais objetivos do Núcleo Técnico Agropecuário, segundo as reuniões realizadas e documentadas no caderno de anotações deste núcleo, é organizar um grupo de pessoas que focalizem de forma mais constante, crescente e responsável a relação *produção, produtores ecologistas e alimentos*, no cotidiano da Cooperativa.

O coroamento do trabalho deste núcleo deu-se em 1989, com a realização da Festa do Alimento. A partir daí o trabalho do NTA aumentou significativamente e o número de visitas foi ampliado devido a uma demanda constante de pessoas interessadas em produzir ecologicamente.

Hoje, apesar de ser um núcleo ativo, não possui uma estrutura própria e muito menos profissionais qualificados que, em regime de dedicação exclusiva, assessorem os agricultores. Dessa forma, a fiscalização, as visitas e as orientações aos produtores rurais são realizadas periodicamente por voluntários (associados), que recebem uma ajuda de custo por esta tarefa.

Criou-se uma relação de confiança entre a produtor, o núcleo e a cooperativa, onde um acredita no que o outro está realizando. Ou seja, o agricultor segue as orientações dadas pelo núcleo e este confia que o agricultor irá adotar as práticas prescritas, dispensando um controle rígido e permanente. Esta atitude parece estar dando certo, pois até o momento não houve nenhum desentendimento nesse sentido entre as partes. Mais do que isto, é uma forma diferenciada de relacionamento entre agricultor e uma entidade, baseada em uma mútua confiança.

#### **4.3 A feira dos agricultores ecologistas**

Através da Festa do Alimento, realizada em outubro de 1989, tema da *TUPAMBAÉ* daquele ano, surge a feira de agricultores ecologistas, promoção da Cooperativa Ecológica Coolméia.

Inicialmente, a feira era realizada uma vez por mês, devido ao esforço de organização necessário para um

evento desse porte, havendo ainda pouca produção e escasso conhecimento da população sobre o trabalho. Rapidamente, contudo, a feira passou a ser realizada duas vezes por mês, no segundo e quarto sábados, tornando-se semanal a partir de outubro de 1991, em comemoração ao seu segundo aniversário. A feira se localiza na rua José Bonifácio - bairro Bonfim, local que tem a tradição de, aos domingos, sediar o Brique da Redenção, feira de antigüidades e artesanato que se consagrou como concorrida opção de lazer da classe média porto-alegrense.

O desenvolvimento da feira pode ser dividido em duas fases: a primeira, de 1989 a 1991, pode ser descrita como a de implementação, num esforço de produtores e entidades heterogêneos. Neste início, a união de diferentes grupos se fez necessária em função de um objetivo percebido como necessidade maior: promover a agricultura ecológica. Desta iniciativa surgiram 28 bancas, que se reuniam para comercializar, trocar informações e estabelecer um novo relacionamento entre produtores e destes com o consumidor urbano. Foi, essencialmente, um momento de decisões, onde em determinado momento optou-se pela feira de agricultores, reservado àqueles produtores urbanos participantes, ou que viessem a participar, a categoria de convidados. Este fato aponta para um tratamento privilegiado dado pela cooperativa aos agricultores.

O segundo momento, a partir de 1991, pode ser caracterizado como de reorganização de grupos e forças. Na medida em que a feira tomou vulto, passando a ser reconhecida e prestigiada pela comunidade, seu comando tornou-se alvo de uma disputa política pela hegemonia.

A disputa, que também se caracterizou como um recomposição entre os membros, pôs de um lado a Cooperativa Coolméia, que defendia a manutenção de seu controle da feira, apoiada pela comissão da feira. Seus argumentos se concentravam em atribuir ao outro grupo incapacidade de gerenciar e fiscalizar o cumprimento das normas mínimas de uma produção ecológica pelos diferentes produtores, situados em diversos pontos do Estado. Da mesma maneira, se expressavam dúvidas quanto às condições do outro grupo para realizar uma triagem competente, para que o ingresso de produtores na feira não apresentasse futuras distorções, como, por exemplo, a entrada de intermediários. Mais do que isto, o controle por um órgão público - o opositor - foi considerado perigoso, uma vez que, com as constantes mudanças de orientação político-partidária, se poderia acabar com o empreendimento.

O órgão público em questão, que polarizou com a coolméia os destinos da feira foi o Centro Administrativo Demonstrativo (CAD), da prefeitura de Porto Alegre. O CAD, através do seu diretor, buscava responsabilizar-se pela

feira, evocando a rigidez que seria imposta pela Coolméia para a entrada de novos produtores. O CAD utilizou-se da feira do Mel - patrocinada pela Associação dos Apicultores, que ocupavam o mesmo espaço da feira dos agricultores, em sábados alternados -, como um trunfo político utilizando-a como justificativa para retirar da Coolméia a concessão do espaço ocupado. A Feira do Mel poderia usufruir do local todos os sábados, desde que seus organizadores aceitassem que a esta incorporasse outros produtos advindos de agricultores ecologistas abalizados pelo CAD.

Temos motivos para acreditar que esta oposição assumiu em certa medida, o caráter de uma disputa particular entre indivíduos dessas duas entidades, a partir de posições político-administrativas divergentes. Todavia, este certamente não é o espaço para entrar no mérito de tal dimensão do episódio.

Essa discórdia acabou na mesa do secretário municipal de Indústria e Comércio, pasta à qual o Centro Administrativo Demonstrativo é diretamente vinculado, que gerencia o uso de espaços públicos municipais para eventos da natureza da Feira. O impasse foi resolvido da seguinte forma: como no local da feira há vários canteiros de passeio, entre duas pistas de rua, ficou acertado que o primeiro canteiro seria destinado à Coolméia e o segundo ficaria sob responsabilidade de uma comissão da Feira do

Mel, à qual se associaria o CAD. Este último administraria a seleção de produtores rurais que participariam do evento, se integrando no segundo canteiro.

Nesta recomposição geopolítica, houve um reordenamento de grupos e pessoas que se consubstanciou em suas alocações numa ou noutra feira. A maioria dos participantes da Feira promovida pela Coolméia optaram por permanecer junto à entidade.

As divergências se apresentaram no interior de uma elite esclarecida, que busca hegemonia, neste caso, a liderança do movimento que aos poucos vai tomando forma sob o nome de agricultura ecológica.

Numa avaliação mais recente, percebe-se que uma parte significativa de consumidores não consegue perceber a diferença entre as duas feiras que ocorrem conjuntamente. Isto gera uma série de embaraços. De um lado, aos associados à feira do mel e ao CAD é permitido comercializar produtos elaborados com açúcar branco, bebidas alcoólicas, entre outros. Já, aos associados da Coolméia a venda destes produtos não é permitida.

Confusos, muitos consumidores imputam à Coolméia a culpa pela venda de produtos estragados (ovo podre, mel adulterado, produto fora do prazo de validade, etc.). A Cooperativa argumenta que, por uma falta de uma maior fiscalização e honestidade por parte de alguns produtores,

a maioria desses produtos advêm dos associados ao CAD e da Feira do Mel, sobre as quais a Coolméia não possui nenhuma ingerência.

Há apenas uma rua que separa as feiras, sendo que alguns cartazes - que poucas pessoas lêem - indicam quando se entra na feira dos associados da Coolméia. Esta confusão toda é vista com apreensão pela Cooperativa, pois esta busca manter uma imagem de integridade de seus membros e dos produtos que eles comercializam.

Já, a composição da feira dos agricultores ecologistas associados à Coolméia é bastante heterogênea. Para uma melhor compreensão dividiremos os participantes em dois grupos: os que produzem individualmente e os que produzem de forma associativa.

No primeiro grupo, os chamados produtores individuais, podemos fazer a seguinte subdivisão: 1. agricultores que, em conjunto com sua família, residem e desenvolvem sua produção no meio rural, tendo uma tradição agrícola. Na feira são em número de cinco (5); 2. urbanos, com sítio, cuja produção utiliza o trabalho de caseiros ou empregados. São também em número de cinco (5); 3. Urbanos que optaram por viver e produzir no meio rural\*. São quatro (4); 4. um viveirista, que desenvolve trabalho na área de

---

\* Sobre o assunto ver Giuliani, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos, 1990.



recuperação e comercialização de espécies nativas; e, 5. um livreiro\*\*.

Já no segundo grupo temos: associação de agricultores que optaram pela agricultura ecológica, que se unem para agilizar sua produção e comercialização de seus produtos. Existem grupos de 10 a 35 produtores numa mesma associação. Na feira, contabilizamos cinco (5) grupos; e, grupos urbanos, considerados convidados da feira, vendendo produtos - geralmente processados por eles - como farináceos, biscoitos, pães e outros. Estão em número de três (3), incluindo aí a própria Coolméia que também comercializa produtos de seus associados na feira.

Assim, poderíamos dizer que existem 16 produtores que convencionamos chamar de individuais e 8 grupos de produtores. Se fôssemos contabilizar, poderíamos dizer que o número de pessoas envolvidas estaria em torno de 400 a 600. São 80 a 120 famílias que vivem em pequenas propriedades, com até 25ha, habitando e produzindo no campo. Por exemplo, na Associação dos Agricultores Ecologistas de Antônio Prado e Ipê existem 32 famílias associadas. Partindo da premissa de haver em média 5 membros por família, teríamos 160 pessoas diretamente envolvidas.

---

\*\* José Augusto Carneiro, um dos fundadores da AGAPAN.

É necessário salientar que a cooperativa coolméia dá prioridade a grupos de agricultores e não a produtores individuais, na seleção dos participantes da feira. Dessa forma, para cada membro de um grupo, os custos diminuem - tanto na compra como na venda de materiais - e mais produtores são engajados nessa proposta de produção. Além disso, há uma aposta na cooperação entre eles, e, já que as decisões serão tomadas coletivamente, no fortalecimento dos grupos em questão.

A feira é administrada por uma comissão, sendo que os recursos advêm dos próprios produtores, que contribuem com 10% de sua receita na feira, após descontar as despesas com combustíveis. A maioria dos produtores não tem base fixa em Porto Alegre, nem mesmo os da comissão da feira, tendo, portanto, como importante ponto de apoio a Coolméia, onde alguns associados fazem os serviços necessários para a organização do evento.

Os produtores rurais que participam da feira residem em vários pontos do Estado, como: Antônio Prado, Camaquã, Eldorado do Sul, Feliz, Gramado, Igrejinha, Ipê, Novo Hamburgo, Panambi, Santa Cruz do Sul, Taquara, Torres, Viamão e outros municípios.

Nesta feira, os agricultores expõem e vendem seus produtos à comunidade em geral, mantendo assim um contato direto com a população, o que significa uma oportunidade

para o intercâmbio cultural. A feira é, segundo alguns produtores, uma peça fundamental em suas vidas e na continuação de sua produção. Muitos são os motivos: o econômico, pois seu produto, vendido a preço de mercado, sem o intermediário, obtém um lucro maior; o cultural, pois muitos agricultores desconheciam outras cidades, costumes e pessoas, além dos da sua região; o social, pois através do contato direto com o consumidor há uma intensa troca de informações e há uma grande interação entre os próprios agricultores que permutam entre si dados a cerca do plantio, de novas técnicas, de orientações e projetos, apoiando-se mutuamente; o político, pela oportunidade de participação e expressão de posições em reuniões, palestras, programas de rádio, televisão, etc.

Uma das características mais importantes da feira é que a figura do intermediário é eliminada. A comercialização é realizada pelo próprio produtor. Para cada feira é realizada uma pesquisa em supermercados da região sobre os preços atualizados dos produtos a serem vendidos. Uma lista é entregue aos produtores, no início da feira, com o preço maior e o menor encontrados, além do valor pelo qual o produto é vendido na Cooperativa. A partir dessa listagem o produtor faz seu preço, que não pode ultrapassar o maior dentre os três que lhe são fornecidos.

A feira dos agricultores ecologistas tem uma grande importância para os produtores que dela participam. Em primeiro lugar, representa um aumento na sua renda, além da regularidade dessa remuneração; em segundo, há uma maior valorização social do produto, do trabalho e do próprio agricultor; em terceiro, propicia um alargamento da visão de mundo desse agricultor, devido às informações que ele recebe, da participação em diversos eventos e também da relação que ele desenvolve junto ao consumidor dos seus produtos.

Na palavra dos agricultores participar das primeiras feiras foi:

"uma emoção assim, a parte, isso aí porque agente não esperava poder de repente (...) chegar um dia e vender nossos produtos, assim, nosso produto ecológico, direto para alguém que fosse consumir (...) a feira também é uma coisa que a gente tem um diálogo direto, nós produtores com o consumidor, que é uma coisa muito importante, é uma coisa até que ajuda a nos educar e a educá-los. (...) a feira serve prá esse pessoal aí comer alguma coisa sadia (...) Em todos os níveis, é uma coisa muito bonita" (Itair).

Além disso, a feira

"tem esse lado comercial, que a gente precisa vender os produtos, é um canal de escoação da nossa produção. Mas eu acho que em si é uma integração entre produtores e consumidores (...) eles (os consumidores) pagam um pouquinho a menos, a gente ganha um pouquinho a mais, então elimina o intermediário e causa

uma independência pro produtor (...) faz um ano e meio que a gente tem uma visão das coisas muito mais ampla, né?" (Bellé)

Mais do que isto, para Nílvio, participar da feira é "ótimo, além de dialogar com a pessoa, eu acho importante quando o cliente me pergunta como é que planta (...) para mim é importante explicar para a pessoa." Já, segundo o agricultor Elio, na feira "eu me sinto bem porque sei que estou vendendo produto sem veneno, produto saudável."

Assim, o novo enfoque de argumentos que passa a ser utilizado pelos produtores lhes oferece uma possibilidade de valorização da dignidade profissional e, ao mesmo tempo, para além do retorno monetário, a feira é um locus de afirmação de valores.

#### **4.4 Os agricultores ecologistas**

A tomada de consciência sobre os problemas relativos à agricultura tradicional e/ou modernizante começou a efetuar-se nos agricultores estudados precedendo a qualquer contato mais direto com entidades organizadas, como a Coolméia. A procura de uma alternativa para a produção de certa forma se articula com a experiência dos seus antepassados, que preservavam o solo mais equilibrado e o trabalhavam de forma integrada com o meio ambiente. A

produção era mais heterogênea com a policultura, com a seleção de espécies e sementes compatíveis com seu habitat.

Apesar de, na maioria dos casos, a motivação de abandonar a agricultura modernizante ser do próprio agricultor, este não deixou de ter, numa etapa posterior, influências externas de pessoas e entidades, os aqui chamados mediadores. A maioria destes são profissionais da área (agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários) que buscavam implementar a agricultura ecológica, orientando os agricultores na produção, auxiliando-os na montagem de uma rede de distribuição e comercialização dos produtos, criando e procurando difundir novos significados, interpretações e símbolos - quase todos voltados para o mundo agrícola - que influenciaram os produtores rurais em sua nova postura produtiva. Dessa forma, a agricultura ecológica torna-se uma alternativa para estes agricultores, possibilitando a eles uma nova integração com o seu meio.

A agrônoma Maria José Guazzeli, responsável pelo projeto IPÊ (que tem como objetivo atrair colonos da região de IPÊ e ANTÔNIO PRADO - na serra gaúcha -, e integrá-los na produção ecológica), nos relatou em uma entrevista que a receptividade por parte dos agricultores quando das palestras e convites para participarem de um projeto de agricultura ecológica foi, inicialmente, bem maior do que o esperado. Ela atribuiu tal atitude principalmente a dois

fatores: o primeiro está ligado às doenças e efeitos colaterais que os agricultores começaram a associar ao manuseio dos agrotóxicos; o segundo, diz respeito à negativa, por parte dos filhos mais novos desses agricultores, a usar esses produtos nas plantações, inclusive com ameaças de abandonarem suas casas, caso os pais os forçassem a manusear os agrotóxicos.

Referentemente a uma conscientização ecológica, a agrônoma coloca que esta não aparece de forma clara nos produtores rurais, mas se evidencia no repúdio à utilização de agrotóxicos, na percepção dos efeitos colaterais que acarretam a saúde, do esgotamento da fertilidade de suas terras, da sua dependência econômica frente as indústrias de adubos químicos-sintéticos, entre outras manifestações.

Dessa forma, percebe-se que os agricultores têm uma lógica própria de interpretar e comunicar suas idéias e concepções, diferente das pessoas que habitam as cidades.

Neste sentido, vale a pena fazer uma referência a uma conversa entre a agrônoma e alguns agricultores que foram procurá-la em busca de informações sobre como produzir maçã sem a utilização dos agrotóxicos. Num exemplo da estratégia discursiva que, constantemente, os mediadores precisam aprimorar para convencer e orientar os agricultores com base em códigos lingüísticos a eles acessíveis, Maria José, utilizou-se do artifício de

comparar a macieira com um ser humano, enfatizando que a árvore era um ser vivo. Enquanto tal, se fosse tratada com remédios (adubos químicos-sintéticos), a cada ano necessitaria de doses mais fortes para poder produzir, visto que os "remédios" anteriores já não fariam mais efeito. Se alimentada fosse com produtos sãos (adubos orgânicos), seria uma planta equilibrada.

Posteriormente, num passeio pelas macieiras, estes agricultores satisfizeram sua curiosidade e partiram, solicitando uma visita a suas propriedades e prometendo abandonar o uso de agrotóxicos em suas plantações.

Com isto, queremos salientar as especificidades do entendimento de mundo, das formas de expressão e das ações do homem do campo, diferenciadas de uma racionalidade mais própria dos códigos urbanos e do saber letrado que caracteriza em geral os mediadores.

Aqui, cabe lembrar dois autores: Chayanov, que - como comentamos em capítulo anterior - apresenta idéias sobre uma dinâmica própria do camponês e as palavras de Shanin:

"Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão



da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses." (1980:75)

É uma noção muito próxima a esta que norteia o trabalho aqui desenvolvido na busca de refletir sobre rupturas e estratégias camponesas.

Os agricultores ecologistas aqui estudados, como salientamos anteriormente, cultivam menos de 25ha - e que os caracteriza como pequenos proprietários rurais. Residem em suas terras e contam com mão-de-obra familiar para realizar as tarefas inerentes à produção agrícola. Alguns agrupam-se em associações, visando a dinamizar sua produção e venda. Todos os agricultores pesquisados participaram anteriormente - de uma forma ou de outra - do processo agrícola modernizante, implementando a monocultura, incorporando o uso de agrotóxicos e em alguns casos a mecanização.

"Quando eu comecei a trabalhar (...) tinha 9, 10 anos (...) já se aplicava bastante veneno (...) foi se aplicando pouco no começo e daí foi indo cada vez mais. Até que chegou 3 anos e meio atrás que se resolveu dar um basta." (Itair)

"O pessoal da EMATER começaram a introduzir (...) orientar que tinha que aplicar TITANE, que tinha que aplicar esse fungicida, a gente pegou e viu que o resultado dava bom, então a gente começou a usar adubos químicos (...) mas a gente foi parando, há 3 anos que a gente não usa mais nada." (Bellé)

Os produtores rurais entrevistados quando começaram a se afastar da agricultura tradicional/modernizante e a produzirem sem agrotóxico, o fizeram de forma espontânea, sem o apoio de técnicos que os orientassem. Técnicas e uma assistência mais regular passaram a receber quando a atuação dos mediadores se fez presente, no sentido de organizar os produtores e a produção, criando, inclusive, associações que têm um peso fundamental na vida dessas pessoas.

"Tendo a associação, a gente tem a ajuda de muita gente (...) é um meio também de ter uma assessoria técnica, é um meio da gente começar a organizar a produção (...) da gente difundir o trabalho (...) de ter força."  
(Itair)

Embora se tratando de um grupo de agricultores com pequeno retorno financeiro, é de se ressaltar que, no seu discurso, o lucro não é o ponto central quando se trata de produção ecológica, pois há outras questões importantes, como saúde, alimentação, conservação dos solos e independência frente às indústrias processadoras de produtos advindos da agricultura.

"Então, o principal que eu comecei a trabalhar com isso aí (agricultura ecológica) foi por estas duas questões, mais saúde e a questão econômica. Mas, lógico, depois, a medida que o tempo foi passando, a gente foi vendo um milhão de coisas que a gente deveria trabalhar." (Itair)

"Por causa da saúde e da alimentação também (...) a gente sabia que veneno era veneno, que fazia mal para a saúde, que era uma coisa que não se deveria usar." (Elio)

Apesar do projeto da Cooperativa Coolméia, de adoção da biotecnologia tropical como padrão agrícola, há entre os agricultores a busca de um modelo próprio, mesclando princípios e técnicas adaptáveis ao seu espaço geográfico, sem a necessidade de seguir este ou aquele paradigma. Quase todo conhecimento tecnológico da produção ecológica é desenvolvido pelo agricultor em suas observações, sendo ele auxiliado e orientado - quando necessário - pelos profissionais da área. Estas informações que recebe e formula - em muitos casos - são repassadas a outros agricultores, tornando-se de domínio comum e não sendo apropriadas por ninguém em particular, como ocorria em alguns órgãos de extensão rural, que se apossavam de experiências desenvolvidas por agricultores tornando-se proprietários daquela tecnologia.

Quando ainda produziam com agrotóxicos, os agricultores recebiam regularmente orientação e apoio dos agrônomos da EMATER.

"Eles vinham me visitar na época que eu trabalhava com química (agrotóxicos) (...) eles davam toda a orientação. Mas, depois que eu desisti com a agricultura química, eles nunca mais vieram." (Bellé)

Outros agricultores, contudo, necessitavam chamar o agrônomo da EMATER a sua propriedade para que este solucionasse os problemas em suas plantações, visto que não faziam parte do roteiro de visitas desses técnicos.

"Às vezes vinha algum, mas chamando ele. Tinha um problema, ele chegava, via que tipo era e logo mandava usar veneno. Ele dizia, coloca o veneno que te garanto que vai controlar, sempre era assim." (Elio)

Quando os agrônomos não compareciam era necessário ir atrás das informações para solucionar os problemas em relação à produção.

"Se informava, né, onde a gente comprava o veneno (na cidade) que tipo é que precisava (...) na loja tinha uns técnicos, tinha um agrônomo sempre né, ele dizia que pra tal doença, tal veneno." (Elio)

Porém, quando a opção pela agricultura ecológica se tornou um fato concreto, estes técnicos da EMATER se afastaram do produtor e, em alguns casos, buscaram desmoralizar tal proposta agrícola.

"Nenhum teve aqui, da Prefeitura, da EMATER (...) ninguém apoiou, ninguém deu um tostão (...) nem apareceram." (Elemar)

"Eles criticam a questão, dizem que não dá certo e então isso aí prejudica muito o trabalho da gente (...) aqui a gente é muito criticado e questionado pelo pessoal da EMATER." (Bellé)

"No começo eles até que tentaram ver o que era (...) quando perceberam que o trabalho era uma coisa séria (...) eles caíram fora (...) e não quiseram saber de nenhuma instrução (...) não quiseram se aperfeiçoar neste trabalho (...) e até começaram a criticar, começaram a jogar contra, dizer que isto aí era um trabalho de demagogos, que era uma coisa que a gente fazia sem fundamento nenhum, que a gente não conseguia produzir sem veneno (...) e o que se vê é que todo mundo está querendo trabalhar nesse sistema, apesar dos agrônomos da EMATER estarem contra." (Itair)

Em relação aos depoimentos acima, podemos extrair duas evidências. A primeira refere-se aos técnicos da EMATER, que tomaram uma posição de enfrentamento, buscando desqualificar este "novo" padrão agrícola. Tais atitudes podem estar relacionadas a um possível temor de transformações, no sentido de que este "novo e diferente" modelo agrícola viria a desestruturar conhecimentos, posturas e prestígio já alcançados e fortemente estruturados.

A segunda refere-se ao apoio de entidades, grupos e indivíduos com preocupação de consagrar uma produção isenta de agroquímicos. Sem esta sustentação, que orientou, organizou e canalizou os agricultores interessados ou que já tinham optado pela produção rural ecológica, estes colonos não se manteriam por muito tempo na trilha que tomaram, seja pelo descrédito, pela coerção social e econômica, seja também pela não aquisição de novos

conhecimentos e técnicas para implementarem, melhorarem e comercializarem sua produção.

Já o conhecimento adquirido pelo agricultor sobre o conceito de ecologia está relacionado com o ambiente em que ele vive: "ecologia, para mim, é cuidar da natureza, é não usar venenos e não matar bichinhos, animal, né" (Elio). "É a convivência com a terra (...) quem vive nela, respeita ela, sente nela e aprende com ela" (Elemar). Muito desse entendimento é uma elaboração do discurso dos mediadores. O discurso deste busca se fundar numa interpretação do mundo calcada em signos que integram o universo imediato do agricultor, para que este tenha uma melhor compreensão daquilo que se passa ao nível macro. A agrônoma Maria José fundamenta muita de suas explicações para os agricultores na afirmação de que todas as plantas, bem como o solo, são seres vivos, que possuem uma lógica própria que necessita ser respeitada.

Neste sentido, os agricultores produzem o seu discurso sobre o que é ecologia, a partir da relação que se estabelece com os mediadores. Alguns colocam a questão de forma mais simples:

"é vida (...) é um mundo. A ecologia é uma casa (...) é a gente tratar bem a natureza, as plantas, os rios, o ar e o homem. Acima de tudo o homem, porque a gente tem que lutar prá fazer acontecer ainda a vida na terra (...) a ecologia, prá mim, acima de tudo é vida" (Itair).

Outros, assimilando e entendendo melhor o tema apresentam um discurso de forma mais elaborada e complexa.

"ecologia seria o ecossistema, trabalhar o ecossistema, prá integrar, é toda uma integração (...) por exemplo: a horta é um ecossistema, seria um conjunto de ecossistemas, que engloba toda a terra. Então (...) na minha propriedade eu estou tentando formar um ecossistema integrado, seria a horta integrada, a mata integrada (...) acho que tem que ter uma certa visão (...) mais ampla, pra poder trabalhar com ecologia. Não só eu vou produzir sem veneno e tudo fica nessa. A gente busca uma integração maior com a natureza" (Bellé)

Com estas reelaborações, os agricultores passam a trabalhar com uma nova interpretação do seu espaço, não o percebendo exclusivamente como fonte de alimento, sustento financeiro e de forma dicotomizada. Agora, além dos dois primeiros predicados, essenciais para sua sobrevivência, o produtor rural passa a ver sua propriedade como um ser vivo que requer cuidados especiais, que possui uma harmonia e está integrado a um sistema ambiental global.

Já em relação à Cooperativa Ecológica Coolméia os agricultores têm as seguintes percepções:

"a Coolméia (...) tá fazendo cada vez mais, que é colocar os nossos produtos pra pessoas que sabem que estão consumindo um produto bom, um produto sem veneno, então o papel da coolméia é importantíssimo, pode-se dizer que a gente desenvolve 60, 70% do nosso trabalho por causa da Coolméia, por causa da colocação do produto, por causa da visão que eles passam prá nós de agricultura ecológica, da visão de comércio, da visão de produto assim,

ecológico. E, de repente, a gente não se dá conta de certas coisas e eles nos passam isso aí." (Itair)

"a gente tem um ponto fixo, que a gente é sócio (...) leva os produtos de boa qualidade de prá lá (...) a gente é recebido contente, com honestidade" (Elemar).

"a Coolméia é uma cooperativa de venda, assim, mas, em si prá feira, prá Associação (dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado) (...) praticamente a gente deve tudo à Coolméia. O trabalho, a organização da feira e toda a divulgação do nosso trabalho em Porto Alegre, praticamente foi através da Coolméia" (Bellé)

A Coolméia tem uma grande importância na vida desses agricultores, pois possibilitou a eles uma remuneração mais elevada e mais constante, além de abrir os horizontes culturais de muitos. A garantia de um lucro na produção está ligado aos preços pagos ao agricultor pela Coolméia, pois estes valores geralmente são maiores do que oferece o intermediário ou alguma indústria. A regularidade de um rendimento se refere, principalmente, àqueles produtores que possuíam como atividade principal uma só cultura (uva, morango, maçã, laranja, etc.), daí retirando sua principal fonte de renda, que sofria com os efeitos da sazonalidade da safra.

"Se a gente fosse comparar com preços de intermediários (...) que compra uva, a maçã. Eles te pagam um preço muito inferior ao



preço de mercado (...) mas a Coolméia, ela te paga um preço sempre o dobro, no mínimo, do que o intermediário paga aqui." (Itair)

Já a participação nas feiras amplia o intercâmbio entre produtores e destes com distintos consumidores, além de mostrar para muitos uma diferente cultura que existe nas cidades, visto que muitos deles não conheciam as "cidades grandes", dando uma nova dimensão de vida e de mundo.

" Conheci cidades, não conhecia Porto Alegre e conhecia muito pouco Caxias (do Sul). Assim a gente sai bem mais, conhece mais (...) cria amizades..." (Elio)

A Coolméia, segundo Maria José Guazzeli, teve e tem o papel de agregar e dar a base para que a comercialização se tornasse uma realidade na vida desses produtores. Salienta a agrônoma que não existe um só caminho para escoar os produtos - no caso da safra da uva e da maçã, por exemplo. A Coolméia não tem condições de assumir a compra de toda a produção. A partir deste fato, os agricultores procuram alternativas como a industrialização, a venda para outras entidades comerciais ecológicas, inclusive fora do estado, e, por fim, até a venda para o intermediário.

Uma das maiores dificuldades apontadas pela agrônoma não está na produção e sim na comercialização desse produto ecológico. Até o momento não se consolidou uma rede eficaz de compra e venda desses alimentos. Há

otimismo quanto ao mercado potencial, em ascensão, para este tipo de produto, mas não há como viabilizar tal demanda - ainda - sem os intermediários.

Muitos agricultores ecologistas vendem parte de sua produção ecológica aos intermediários, conforme mencionamos. Das mãos destes últimos, muitos desses produtos são revendidos à CEASA, ou a outros Estados, por ainda não haver uma estrutura montada para transportar os alimentos ecológicos até o consumidor interessado nesse tipo de produto. Aos poucos, porém, os próprios agricultores estão se organizando, buscando superar esta deficiência, comprando, em suas associações, caminhões ou ônibus para que possam suprir esta falha levando seus produtos diretamente da roça aos consumidores das cidades. Nesse sentido, a Coolméia - apesar de não ser necessariamente esta sua tarefa - não conseguiu elaborar uma estratégia para agilizar uma rede de comercialização que englobasse o agricultor, transporte e compradores desse produto (restaurantes, hotéis, hospitais ou até mesmos cestas de alimentos por assinatura).

Voltando às motivações dos agricultores pesquisados, cumpre ressaltar que antes de visualizar a possibilidade de produzir de forma ecológica, estes produtores, principalmente os mais jovens, manifestavam uma grande disposição de abandonar a lavoura pela cidade, já

que nem todos poderiam se reproduzir no meio rural frente às imposições biotecnológicas e econômicas do modelo agrícola. Hoje eles assim se manifestam:

"nós tínhamos plena consciência que (...) ou tiraríamos os venenos, deixaríamos de utilizar o veneno prá ganhar alguma coisa a mais (...) ou deixaríamos de trabalhar na colônia (...) viríamos morar na cidade (...) ganhando até um salário mínimo, mas sem morrer envenenado" (Itair).

Já o agricultor Elio afirma que, se não tivesse oportunidade de participar da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, "já teria desistido de trabalhar na colônia", pois acha "muito difícil trabalhar assim e não ter venda". Ou seja, trabalhando muito, sob condições insalubres, e tendo um minguado retorno financeiro.

É interessante relatar parte da trajetória da família deste produtor. Como ele, são agricultores seu pai, mãe, 3 irmãs e um irmão. A preocupação com uma produção alimentar mais "limpa" surgiu quando a família assistiu a uma palestra na paróquia da comunidade, sobre alimentação natural. Eles ficaram impressionados quando se falou dos efeitos maléficos do consumo de carnes vermelhas. Isto os fez optar por um regime alimentar vegetariano - algo incomum no meio rural. Um segundo momento foi o de abandonar o uso de agrotóxicos em suas plantações visando à

produção de um alimento mais saudável. Neste terreno encontraram uma enorme resistência do pai, que foi quebrada com a ameaça dos filhos de abandonarem a lavoura, para viver no meio urbano. Neste momento, encurralado com a possibilidade de perder sua mão-de-obra, o pai cedeu. Logo em seguida o agricultor Elio é procurado por agrônomos engajados num projeto de produção ecológica e interessados em agrupar agricultores que quisessem participar da Associação dos Produtores Ecologistas.

Tempos depois, porém, por razões diversas, entre filhos e pai se acirra o conflito, tal a resistência deste às modificações propostas. Com isto, os filhos saíram de casa. E somente ao cabo de uma semana o pai capitulou, procurando-os e concordando com as alterações na forma de cultivo.

Uma outra situação curiosa e de certa forma estarrecedora, vivenciada pelo produtor Elemar, demonstra o descaso de alguns agricultores com a qualidade de seu produto e com a saúde dos consumidores.

Este é um dos poucos produtores - se não o único no Estado, ao nível comercial - que cultivava morangos sem agrotóxicos. Certo dia, as crianças das propriedades vizinhas, onde também há produtores de morangos, foram brincar com os filhos de Elemar. Num determinado momento, pediram para comer morangos. O produtor então, perguntou

por que eles não comiam os frutos produzidos por seus pais. As crianças responderam que eram proibidas, pois os morangos plantados por seus pais tinham veneno e, como os do Elemar não o tinham, eram próprios para comer.

A produção deste agricultor começou em 1985, no município de Feliz. No ano seguinte, estourou o escândalo dos morangos com excesso de agrotóxicos. A partir daí, Elemar foi isolado pela comunidade, que o acusou de ter feito a denúncia aos jornais. Em função disto, este produtor continua até hoje afastado de um convívio mais efetivo com seus pares, embora a rejeição inicial tenha se abrandado. O Elemar, entretanto, não conseguiu sensibilizar seus vizinhos para que abandonassem o uso dos agrotóxicos, como aconteceu com outros agricultores pesquisados: quando o resultado de uma produção ecológica começava a dar resultados, os vizinhos passavam a praticá-la também.

As reações dos vizinhos foram as mais diversas quando souberam do abandono do uso dos agrotóxicos por parte desses agricultores.

"No princípio, eles iam falando que não ia dar certo, que não dava para produzir sem veneno. Agora eles estão vendo que dá para produzir bem e dá dinheiro também, daí eles se mostram interessados."

"Quando eu comecei a trabalhar sem veneno, os caras (vizinhos) começaram a dar risadas. 'Mas tu é louco (...) não faça isso, que tu vai perder tua safra, não sei mais o que', e

dando risada, zombando (...) e quando eu produzi, pô, os caras ficaram de boca aberta." (Itair)

"No início a gente perdeu muita amizade por que consideravam a gente louco (...) perdeu confiança do pessoal aqui (...) mas hoje a gente já conseguiu recuperar a confiabilidade, até conseguindo um respaldo muito grande perante a sociedade (...) hoje, todo mundo vem pedir orientação (...) isto aí é gratificante prá gente (...) saber que este pessoal tem confiança na gente." (Bellé)

A partir desses depoimentos podemos perceber que no começo da produção o descrédito com este modelo agrícola era muito grande, tornando-se, muitas vezes, uma coerção social, isolando os elementos portadores dessa "loucura". Contudo, num segundo momento, quando o retorno financeiro e a valorização dos produtos por um consumidor mais exigente tornam-se uma realidade, a postura dos pares sociais vai se transformando, até o ponto, em muitos casos, em que os vizinhos passam a adotar essas técnicas agrícolas.

Em mais um esforço e uma estratégia de permanecer no meio rural, os agricultores pesquisados optaram por abandonar a produção com agrotóxicos, tendo como um dos objetivos, diminuir os custos de produção e aumentar sua renda.

"a gente se dava conta cada vez mais que trabalhava, trabalhava, aplicava veneno e não sei mais o quê e nunca sobrava um dinheiro pra gente viver (...) o dinheiro que a gente recebia mal dava pra cobrir os gastos que a

gente tinha com o veneno, com estes gastos, com produto químico (...) eu poderia dizer que hoje (...) a renda líquida está cinco vezes maior do que quando eu trabalhava com venenos." (Itair)

"no fim fazia a conta e o lucro era muito pouco(...) se a produção não dava o que o cara esperava, mal e mal dava para cobrir as despesas. Então, a gente plantava (de forma orgânica) com um custo muito baixo: colhe e dá, e ainda até supera aquele lucro que a gente apresentava antes" (Elemar).

Segundo as entrevistas realizadas com os agricultores de janeiro a março de 1991, a média de ganhos apontados por estes estava numa faixa de 100 a 300 mil cruzeiros mensais, que na época representava algo em torno de 200 a 400 dólares. No período de colheita de safra de alguns produtos como a uva, maçã, morango, pêssego, framboesa e outros, onde aumenta significativamente o rendimento mensal, podendo chegar a algo em torno de 1.000 ou 1.500 dólares. Estas quantias, sem dúvida, são - em muitos casos - bastante superiores às que muitos pequenos agricultores conseguem auferir.

"a renda média mensal, pode-se dizer, está em torno de uns 180 mil cruzeiros (...) a maioria dos meus vizinhos não chega a metade disso aí (...) o que eu ganho, sem dúvida, sempre é o dobro dos outros." (Itair)

Segundo a agrônoma Maria José, com a produção ecológica, que é um pouco mais trabalhosa, e a não

utilização de fertilizantes químicos-sintéticos, o pequeno produtor torna-se mais autônomo e tem menos gastos, aumentando assim seus lucros. Este é um fator que favorece a permanência dos agricultores e seus filhos no meio rural. Assim, através da lucratividade e da independência os produtores rurais encontram uma nova forma de se fixarem no meio rural.

Contudo, a nova situação não se efetiva apenas através de um cálculo econômico e de um novo agir com a agricultura, mas nela se reafirmam valores, como as questões referentes à saúde:

"a gente estava vendo um monte de gente morrendo de câncer, um monte de gente doente, todo mundo praticamente doente, os agricultores pode-se dizer de uma maneira ou outra (...) e se sabia alguma coisa que era pela questão de que se usava muito veneno..." (Itair).

"Há cinco anos atrás, estive em Caxias (do Sul) num curso sobre medicina natural, terapias naturais (...) aí surgiu esta idéia de entrar numa alimentação mais saudável. Eu nem tinha a idéia de trabalhar com a agricultura ecológica naquela época, mas eu fiz o curso (...) por causa da saúde, cuidar um pouquinho mais da saúde" (Bellé).

Quando Maria José começou seu trabalho, em um projeto agrícola ecológico no interior da cidade de IPÊ, a procura de informações e visitas, por parte dos produtores, era pequena, na medida em que o projeto ainda se afigurava



distante da prática cotidiana dos pequenos agricultores que o visitavam, sendo também desconhecido por outra parte de agricultores. Este primeiro momento poderíamos denominá-lo como de fundamentação de uma proposta agrícola ecológica, onde o grupo que ali se estabeleceu tinha por objetivo inicial tão somente a demonstração e viabilidade de alternativas aos agricultores da região.

Já numa segunda fase houve um redimensionamento das finalidades do projeto, buscando atingir os colonos da região através de palestras pelas capelas (distritos) e acenando com uma possível assessoria mais constante àqueles que optassem pela agricultura ecológica. Esta fase, que poderíamos chamar de expansionista, agregou, num primeiro momento, aqueles que já haviam abandonado o uso dos agrotóxicos, e, num segundo momento, auxiliou a criação da Associação dos Agricultores Ecologistas, que reuniu outros agricultores da região.

Para a grata surpresa da agrônoma, houve uma receptividade muito grande por parte dos agricultores, encontrando - como já comentamos - alguns que haviam abandonando os produtos químicos-sintéticos em suas plantações. Uma das principais razões de renunciar ao uso dos agrotóxicos, como já vimos, estava nos efeitos perversos que surgiram pelo manuseio destes.

"a gente tem uma série de problemas de saúde (... ) eu praticamente até hoje sofro

problemas de rim, que certamente foi causa dos agrotóxicos, porque usava muito." (Bellé)

Com isto, a busca da saúde, enquanto valor que motiva a ação, une produtores e consumidores. Com a produção rural ecológica, os agricultores se sentem mais valorizados, não apenas pelo efeito de uma elevação da renda, mas também em função de um significado ético que atribuem à sua opção:

"Só um exemplo, quando a gente ia oferecer coisas aqui em Antônio Prado, que a gente produz, vamos supor, um exemplo, ovos (...) eles te desprezavam (...) o pessoal dizia: ah, mas isto tá muito caro (...) eu só te dou isso aí, se tu quiser (...) as pessoas da cidade vêem o agricultor como um burro, um cara que não sabe o que faz, que é assim um cara que não tem cultura nenhuma. Então a gente tenta passar uma imagem diferente (...) E, quando a gente começou a participar das feiras foi uma coisa totalmente diferente, justamente o contrário, o pessoal chegava lá, como ainda hoje também é, e valoriza teu produto (...) te paga o preço que ele vale" (Itair)

"Eu vou lá limpar beterraba com a maior boa vontade, mesmo que dê o dobro de trabalho, porque sei que estou preservando a natureza, estou preservando a saúde do consumidor, a saúde da gente (...) da própria família" (Bellé).

A produção agrícola ecológica é, certamente, mais trabalhosa do que a agricultura tradicional/modernizante, visto que exige maiores cuidados e mais intervenção humana no processo produtivo, desde a adubação até a colheita.

"Dá mais trabalho, sem dúvida, porque a gente tem que cultivar tudo organicamente. (...) a gente não usa herbicida (...) mesmo sabendo que é mais rápido limpar a cenoura (...), dá um pouquinho mais de trabalho, mas é mais gratificante." (Bellé)

A biotecnologia tropical, por sua vez, implica, dados os seus princípios, uma significativa redução da mão-de-obra na lavoura, pois acaba com a prática de "limpar" a roça. Pelo contrário, a produção é realizada em conjunto com o mato. Com isto, principalmente, nas lavouras perenes (laranja, pêssego, mamão, etc), diminui em muito o manejo da terra, pois não há necessidade de limpar, de capinar, de regar constantemente, com isto proporcionando ao agricultor realizar outras atividades inerentes a agricultura como a compostagem, a preparação de mudas, etc. Dedicando-se também a agroindústria de doces, sucos, queijos ou liberando-o para atividades ligadas ao seu lazer.

Além disso, no depoimento abaixo, o agricultor evocou um conteúdo socializante à produção ecológica:

"quem sabe no futuro socializar a produção, (...) eu acho que é muito mais fácil a gente trabalhar em grupo, a gente tem mais força (...) pegar 3, 4 produtores, formar um hortão e produzir junto, trabalhando junto". (Bellé)

Sobressai, em especial, na fala desse agricultor, uma preocupação por uma redefinição nas relações de trabalho. Para ele, o trabalho em grupo tem um fim específico.

"a gente busca a mudança. A mudança de estruturas, que não dá prá manter como está. A associação (dos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado) é uma maneira da gente socializar um trabalho. Quer dizer, a gente socializa a comercialização." (Bellé)

Além de um conteúdo de transformação nas relações de trabalho, ainda não implementadas por ele, o discurso deste produtor rural tem uma preocupação muito grande com o consumidor, especialmente aquele que compra na Coolméia ou nas feiras. Muitas vezes, ele deixa de vender seus produtos ao intermediário por um preço mais alto, tão somente para comercializar com a Cooperativa, para que seu produto tenha um destino adequado. Dessa forma, pode-se dizer que o agricultor sente uma intensa preocupação com este consumidor:

"Eu acho que a gente tem que trabalhar mais e tem que se dedicar mais, é um débito que a gente tem com o consumidor (...) procurando ter produtos cada vez melhor." (Bellé)

Após estes relatos podemos estabelecer que diversas são as razões pelas quais estes agricultores abandonaram uma produção modernizante, aderindo a uma ecológica: diminuir os custos, devido aos altos preços dos agrotóxicos, com isto aumentando a renda; a preocupação com a saúde, em função do crescente aparecimento dos efeitos colaterais referentes ao intensivo uso dos agroquímicos; a procura de uma alimentação mais saudável; a preservação dos

solos devido ao desgaste referente ao uso dos defensivos químicos.

É necessário relatar que sobressai também, mas não de forma tão acentuada, uma preocupação política, ou uma utopia social, referindo-se à socialização da produção e da comercialização. Se não podemos dizer que a socialização da produção e da comercialização apareçam como um denominador comum entre os participantes, o fato a ser destacado é que a experiência comum cria um certo tipo de coletividade ou "comunidade", que se reconhece em um projeto comum, a despeito dos conflitos e concorrências relativas a concepções e práticas.

Se no passado aqueles produtores que optaram por uma agricultura ecológica, estavam desmobilizados e subordinados a lógica produtiva, hoje, transformam-se no centro de discussões e questionamentos sobre qual modelo de desenvolvimento seguir para a agricultura. Superando o discurso, apresentam alternativas viáveis para uma produção rural, ecologicamente equilibrada e socialmente mais justa.

Por fim, podemos afirmar que vários são os ganhos conquistados pelos agricultores que aderem à produção ecológica, entre os quais destacamos: prestígio frente aos outros agricultores, principalmente seus vizinhos; criação de um circuito informativo que traz um crescimento intelectual do grupo; melhora no padrão de vida e aumento

de renda; constituição de uma rede de solidariedade cuja coesão potencializa o enfrentamento de diversos aspectos referentes à produção e comercialização, além de reforçar uma identidade social.

E, acima de tudo, a ecologia, o ecologismo e a produção rural ecológica tornaram-se parte de uma estratégia de continuidade no meio rural, com a articulação de novos símbolos, valores e práticas, recriando o vínculo desse agricultor no seu meio sócio-ambiental.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### I

O desenvolvimento do debate e da consciência ambiental tem sido um fato marcante nos últimos anos e tem contribuído para o estabelecimento de uma nova visão e concepção da relação homem-natureza que procura contrarrestar os efeitos nocivos produzidos pelo homem no meio ambiente. As preocupações ambientalistas recaem sobre as condições e possibilidades de vida no planeta, sendo que os fatores como poluição climática, hídrica e terrestre são os mais contundentes. Há, contudo, outras exigências que são postas em relevo, de cunho social, referentes às maneiras de agir no cotidiano, no trabalho, no lazer, bem como na administração do meio urbano e da produção rural. Pode-se dizer que as contestações mais profundas se direcionam, por diversos vieses, ao modelo industrial desenvolvimentista vigente e aos seus inúmeros desdobramentos econômicos, sociais e políticos.

Neste contexto, a sociologia, segundo Antonio Risério em artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo (27/09/92), tem sido "tradicionalmente impermeável às questões ambientais", pois o pensamento social ignorou, em grande parte, as questões relativas ao meio ambiente. "A

tradição sociológica tem visto a sociedade como uma espécie de 'sistema fechado', se sobrepondo magicamente ao mundo natural". Em outras palavras, a sociedade é percebida pela sociologia como isolada da natureza. Trata-se de um exemplo extremado de sociocentrismo, conforme Antônio Risério.

Por outro lado, o discurso ambientalista estava também marcado por uma certa dose de radicalismo - salienta o autor acima -, um "amor mítico à natureza e o 'não' a tecnologia". Assim, "ficávamos então emparedados entre a impermeabilidade sociológica, de um lado - e, de outro, o fundamentalismo verde."

Cabe ressaltar que poucos cientistas sociais superaram esta visão analítica colocando as questões relativas ao meio ambiente como relevante em seus trabalhos.

Hoje, contudo, a "paisagem mudou e continua mudando". Há a busca de uma interação entre as diferentes ciências e destas com a sociedade e a natureza. Em campo diferente, grupos ecologistas buscam alternativas que sejam ambientalmente sadias e socialmente justas.

Em outro nível, as questões ambientais, dentro das diversas vertentes do ecologismo, revelam a pluralidade e a diversidade de envolvimento socio-políticos dos grupos que as sustentam. Existem diferentes grupos que evocam para si um projeto político de transformação global da



sociedade. Outros, contudo, pregam, com as devidas e necessárias adaptações, a manutenção do sistema social vigente. E há aqueles de cunho mais restrito a um caráter preservacionista, centrando sua intervenção em questões como conservação das matas, reservas biológicas, e outras mais, sem se propor uma reflexão ou intervenção mais profunda das estruturas sociais.

Contudo, um aprofundamento das questões políticas mobilizadas pelos movimentos de cunho ecológico aponta para a viabilidade de uma convergência entre grupos ecologistas e atores sociais marginalizados - índios, mulheres, negros, etc. -, o que pode operar no sentido de gerar ações coletivas com maior potencial de disrupção das relações de subordinação e domínio características da ordem capitalista.

Assim, o tema meio ambiente em suas mais variadas formas e concepções condensa uma série de outras questões sócio-culturais e políticas. Mas, acima de tudo, é um campo de disputa, pois além de imbricar questões das mais diversas, tem como pano de fundo a discussão de um novo reordenamento do social.

Neste estudo, porém, restringimo-nos às questões ambientais relacionadas ao meio rural, esclarecendo posturas e projetos agro-ecológicos que se articulam com as experiências de agricultura ecológica em pequenas

propriedades familiares. Neste sentido, acreditamos que o conjunto de argumentos e fatos aqui apresentados reforçam a idéia da possibilidade de manutenção, recriação e redefinição da produção agrícola familiar.

## II

Quanto aos grupos ecológicos e agro-ecológicos que despontam no cenário brasileiro e gaúcho é imprescindível a realização de estudos mais aprofundados no sentido de esclarecer idéias, concepções, igualdades e dessemelhanças existentes. Mais do que isto, na medida em que for possível explorar a riqueza de projetos que lutam pela hegemonia em torno do ecologismo, se poderá avaliar com maior precisão as possibilidades de convergência e seus desdobramentos.

Apesar do desejo expresso de trabalhar em conjunto, parece ser extremamente difícil encontrar estratégias de ação que unam a todos ou a maioria dos diferentes grupos que compõem o movimento ecológico.

Percebemos, no desenrolar da pesquisa, a existência de uma tensão na convivência entre grupos que possuem uma experiência de cunho prático e os quadros das agências estatais que tratam da questão ambiental. Há uma

elaboração negativa atribuída à tecnoburocracia no discurso dos grupos ecológicos, baseada, principalmente, no distanciamento de uma prática mais efetiva frente às demandas sociais.

Estas diferenças, por um lado, enriquecem o debate e a produção de conhecimentos e por outro, enfraquecem as lutas e a produção de novos significados que sejam claros e mobilizadores.

Parece evidente que estes grupos ecológicos poderiam potencializar sua ação esclarecendo suas divergências e suas semelhanças, buscando uma atuação em conjunto - em campanhas regionais, nacionais e transnacionais - naqueles pontos em que convergem, garantindo assim um avanço político em que se poderia contemplar a associação com outros movimentos sociais.

Assim, estes grupos, unidos por pontos em comum poderiam exercer sua capacidade de pressão diante do Estado, de empresas nocivas ao meio ambiente, frente a uma agricultura predadora, mobilizando a população em busca de transformações de hábitos e práticas lesivas ao meio ambiente.

Certamente, não podemos esquecer que, em se falando do Brasil, muitos problemas estruturais básicos de extrema relevância no que concerne às condições sociais (moradia, alimentação, saneamento, etc), favorecem uma

associação dos grupos ecológicos com outros movimentos populares, na medida em que suas lutas podem convergir num denominador comum, no campo simbólico, fundado em noções como qualidade e preservação da vida.

### III

Com relação ao debate sobre a recriação da pequena unidade agrícola no meio rural (cap. III), privilegiamos as idéias de Goodman, Sorj e Wilkinson, pois estas, ao nosso ver, procuram transpor o impasse da atual discussão, dando centralidade às interrelações que se estabelecem entre indústria e agricultura.

Nesta perspectiva podemos dizer que a ecologia, através da agricultura ecológica, vem favorecer uma redefinição destas vinculações apontando para uma maior autonomia dos agricultores frente à indústria.

A ruptura desta subordinação se manifesta em primeiro lugar na negação, por parte dos agricultores, da compra e utilização dos pacotes tecnológicos contendo insumos de origem sintética (agrotóxicos), provindos das indústrias químicas. Utilizam, em oposição, adubos de origem orgânica, incluídos aí, diga-se de passagem, alguns

resíduos industriais, como a borra de café, o pó de mármore e o bagaço de cana, entre outros.

Em segundo lugar, a produção rural ecológica busca a diversidade de produtos agrícolas, contrapondo-se à homogeneização e padronização tradicionalmente demandadas pela indústria à produção primária. A agricultura ecológica estimula dessa forma os agricultores ao cultivo de espécies nativas, adaptadas climaticamente ao seu local de produção, e, em muitos casos, desconhecidas até então pelo grande público, dados os padrões do consumo de massa.

Por fim, a criação de redes de comercialização possibilita aos agricultores uma alternativa de escoar sua produção, conferindo-lhes maior independência frente aos intermediários e as indústrias. Chamamos a atenção para o fato de que os intercâmbios ultrapassam as fronteiras do Estado. As associações de produtores rurais mais organizadas comercializam seus produtos (por exemplo, arroz, uva, maçã, sucos e geléias) com cooperativas e entrepostos do gênero nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dessa forma, podemos afirmar que a agricultura ecológica busca atingir sua plenitude organizando e integrando uma intervenção que vai desde a produção e seleção de sementes, adubação e conservação de solos,

passando pela criação de técnicas e tecnologias apropriadas, chegando à comercialização dos produtos.

Frente a este avanço da agricultura ecológica e da autonomia dos agricultores, as indústrias são levadas a formular novas estratégias. As produtoras de agroquímicos, também conhecidos como agrotóxicos, lançam em breve no mercado seus novos pacotes agrícolas, agora denominados de biotecnologia. Estes contêm sementes manipuladas geneticamente, acompanhadas de insumos sintéticos sem os quais estas sementes não produzem. Este novo produto busca sustentar a hegemonia dessas indústrias no mercado, mantendo a agricultura a elas subordinada.

Outras indústrias (vinho, fumo, sucos) e grandes cooperativas, pelo menos enquanto não chegam estes pacotes, buscam técnicas de cunho ecologista para seus filiados e fornecedores. Dessa forma, minimizam as perdas de seus associados, seja no que tange aos solos, desgastados pelo uso de agrotóxicos, e que por isto produzem menos, seja pela adubação orgânica, que é mais barata. Com isto, indiretamente, estas empresas maximizam seus lucros, procurando se apropriar das possibilidades estritamente técnicas da agricultura ecológica, esvasiando-as do ponto de vista das transformações sociais.

## IV

A produção rural ecológica no Brasil surge sem o auxílio do Estado, pois este - além de seus problemas de organização e estrutura-, não formula políticas públicas consistentes, principalmente em se tratando de pequenos produtores rurais. Para estes não existe uma política agrícola definida - esta é voltada para as grandes propriedades rurais e àquelas capitalizadas, muitas das quais produzem somente para a exportação. Especificamente no Rio Grande do Sul a estruturação e continuidade de uma produção rural ecológica deve-se ao empenho de pessoas e grupos ecologistas que se esforçaram no sentido de reunir aqueles agricultores interessados - e também outros que estavam abandonando ou mesmo os que já haviam renunciado à agricultura tradicional, mas que necessitavam de apoio para continuarem suas atividades no meio agrário -, auxiliando estes produtores, formando associações, cooperativas e redes de comercialização para o escoamento de seus produtos.

O esforço desses agentes se manifesta no sentido de inculcar nos agricultores a idéia da manutenção e continuidade da produção ecológica. Isto se deve ao fato de que, sendo esta hoje uma prática rentável de cultivo, muitos produtores desejam entrar neste circuito para

lucrarem com a situação, sem um comprometimento com o ideário ecologista. Assim, grande parte do trabalho que vem sendo realizado com os agricultores é ideológico, pois é realizado a fim de evitar que os futuros pacotes biológicos (biotecnologia) sejam por eles adquiridos. No falar dos mediadores aqueles agricultores que participarem da produção ecológica devem estar cientes do que realizam, para posteriormente não sucumbirem aos "lucros fabulosos" prometidos pelos divulgadores daquelas tecnologias.

## V

No sentido de fortalecer uma agricultura ecológica, devido a sua viabilidade, e na medida em que se constitui em uma possível solução para os pequenos produtores rurais, passível de absorver força de trabalho, arrolamos algumas conclusões do estudo e uma sugestão. Em primeiro lugar, a produtividade dos agricultores ecologistas é igual ou superior à da agricultura tradicional. Como segundo ponto, temos que a agricultura ecológica é mais complexa e trabalhosa, exigindo mais do agricultor, mas não sendo por isto menos viável - é possível que aumente a demanda por mão-de-obra no meio rural, estancando o processo migratório. E, em terceiro, é



preciso esclarecer que, "não se trata de uma agricultura atrasada, mas sim mais sofisticada biológica e gerencialmente". Além dessas indicações apresentadas por Zimmerman (1992:48), podemos acrescentar outros dois pontos importantes: a manutenção da fertilidade do solo enseja um maior equilíbrio para o meio ambiente. E, fundamentalmente esta proposta agrícola favorece - em suas diferentes vertentes - aos pequenos proprietários rurais, na defesa de sua manutenção no campo e na garantia de acesso a terra.

Como sugestão, colocamos a vital importância do desenvolvimento de pesquisas no âmbito da agricultura ecológica para formar técnicos, fornecer assistência aos agricultores e quiçá crédito rural específico para o desenvolvimento. O Estado, que tem sido uma alavanca para a modernização e concentração de terras, deveria encampar hoje tais demandas que dizem respeito a segmentos populacionais rurais e urbanos. Além disso, as escolas técnicas agrícolas ou as faculdades de agronomia deveriam estar atentas, ampliando sua visão e aprofundando estudos nesta proposta de agricultura, ecologicamente sustentável, pois não podem permanecer fechadas ao que a realidade apresenta.

Mas, certamente isto exigirá embates e decisões ao nível político (Federal, Estadual e Municipal) para o fomento de uma proposta agrícola ecológica, pois já ficou

demonstrada a eficiência e competitividade desta. Como exemplo de decisão política podemos citar a cidade de Ipê (RS) que tem como linha oficial agrícola a produção ecológica. Dessa forma, a prefeitura não permitiu em seu município a atuação de nenhum técnico agrícola ou agrônomo da EMATER que não apoiasse esta proposta agrícola. Trata-se agora de implementar experiências no mesmo sentido.

## VI

A partir da convivência com os agricultores ecologistas, gostaríamos de contribuir nesse estudo com as seguintes sugestões: 1. para a manutenção e ampliação da produção rural orgânica é necessário intensificar a criação de redes de intercâmbio a nível tecnológico, informativo e de comercialização entre produtores e entidades; 2. desenvolver tecnologia para a produção, estocagem e comercialização de sementes e suas diferentes espécies, criando um banco de sementes; 3. mapear em cada região indústrias ou outros possíveis fornecedores de resíduos e matérias orgânicas para serem usadas pelos agricultores em sua produção; 4. aproximação dos projetos agro-ecológicos com outros movimentos sociais rurais, como os sem-terra, no sentido de estreitar laços para ações conjuntas e de

orientar aqueles numa possível alternativa agrícola, divulgando suas experiências na produção e na comercialização e estimulando-os a produzirem de forma ecológica; 5. na medida em que a produção está se ampliando, deveria ser realizado um esclarecimento junto ao público sobre os alimentos consumidos, e os efeitos dos agrotóxicos, procurando alertar a população para a alimentação que ela tem praticado\*; 6. divulgar em forma de textos ou livros a experiência acumulada pelos agricultores.

## VII

A recente conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Eco-92, foi, sem dúvida, um marco na história mundial devido às decisões aí tomadas e ao grande número de chefes de Estados envolvidos - 180, no total. Por isto, também, este encontro ficou conhecido como a reunião da cúpula da terra.

Esta conferência buscou, de forma abrangente, debater e redimensionar o modelo de desenvolvimento vigente, num reconhecimento de que este, se não forem

---

\* Principalmente em restaurantes que se dizem "naturais" - pois a maioria deles se abastece na CEASA, onde não há garantia da origem do produto, nem da forma como ele foi produzido.

revistas algumas de suas diretrizes e sua própria escala, irá abalar e desestruturar todas as formas de vida no planeta.

Outra reunião, que ocorreu paralelamente a esta, foi a das organizações não-governamentais (ONGs), que buscou aprofundar questões referentes aos padrões de consumo e desenvolvimento, sendo muito mais crítica que a primeira por não estar comprometida com a lógica diplomática dos chefes de Estado ou com setores sociais capitalizados e predadores do meio ambiente. Neste sentido, estas ONGs realizaram uma reflexão mais profunda, propondo ações mais radicais para o redimensionamento do desenvolvimento planetário.

Em linhas gerais, as resoluções tiradas neste evento foram muito inconsistentes, sem nenhum resultado prático imediato. Na realidade, mudar um padrão de desenvolvimento não é uma tarefa simples. Inúmeros problemas se interpõem à genérica utopia de um padrão de desenvolvimento sustentável. Cada nação, ao nível governamental, com seus compromissos e alianças internas, enfrenta e engendra resistências a decisões da ordem, por exemplo, de refrear o padrão de consumo, que podem abalar apoios e gerar crises internas de grandes proporções.

Dessa forma, terminada a Conferência, começa agora a fase mais importante, ou seja, a implementação de tudo aquilo que foi discutido e assinado.

Finalmente, queremos salientar que no Rio Grande do Sul, as preocupações ecológicas já não são ações de grupos isolados e entidades ambientais. Há uma crescente sensibilidade no âmbito das administrações municipais, onde, porém, os problemas urbanos ainda são tratados de forma estanque, fragmentária, não sendo concebidos como um todo.

Não é só à órbita das cidades que estão restritas as ações ecológicas. No meio rural, como salientamos neste estudo, agricultores estão buscando uma articulação de suas ações com as sugestões, declarações e convenções extraídas da Eco-92. Dessa forma, podemos afirmar que estes produtores rurais estão inseridos no conjunto de posturas gestadas ao nível mundial, não perdendo tempo nem espaço nessa nova proposta de agir e gerir o meio ambiente.

## VIII

Os diversos projetos ecológicos voltados para uma produção rural têm como marca a atuação de grupos

organizados de mediadores\*\* que canalizam a ação isolada de agricultores, através da criação de entidades ou estímulos para que estes produtores rurais desenvolvam seu cultivo nesta linha. Uma produção agrícola ecológica realizada individualmente, sem o suporte de entidades organizadas, teria poucas chances de se manter no meio rural. Uma tal integração propicia condições de manutenção no campo, inclusive com melhores rendimentos.

Por fim, poderíamos afirmar que a agricultura ecológica é uma via de mão dupla. De um lado, a ecologia dá sustentabilidade ideológica, e os grupos organizados em torno deste ideário agilizam e repassam tecnologias de produção rural sem o uso de agroquímicos, apoiando a organização dos agricultores e auxiliando na criação de redes de comercialização dos produtos para que os pequenos produtores, com mão-de-obra familiar, se mantenham no meio rural. Assim, a agricultura ecológica torna-se, para aqueles que optam por ela, mais uma estratégia de permanência no meio rural. De outro lado, o sucesso da produção rural ecológica legitima e fortalece as propostas ecologistas.

---

\*\* Nesse sentido ver: Ilse Schere-Warren in Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. UFSC, 1984.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses à agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: UNICAMP, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1990.
- ACOT, Pascal. **História da Ecologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALFONSO, Luciano, SOARES, Maria Luiza. Gaúcho Peleia pela Natureza. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 4 dez. 1988, p.4.
- ALIER, Juan Matínes. Economia e ecologia: questões fundamentais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: ANPOCS, v.3, n. 7, jun. 1988.
- ALMEIDA, Jalcione Pereira de. **Tecnologia "moderna" versus tecnologia "alternativa": a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura.** Porto Alegre: IEPE, UFRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA, FASE, 1989.
- ANTUNIASSI, Maria, MAGDALENA, Celigrácia, GIANANTI, Roberto. **O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano.** São Paulo: CERU/USP, 1989. Coleção textos, 2ª série, n. 2. 1989.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História da sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.
- AVELINE, Carlos. **De baixo para cima: a utopia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- BARROS, Edonilce da Rocha. **Pequenos produtores frente a novas condições de (re)produção no vale do salitre (Bahia).** Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

- BAPTISTA FILHO, Olavo. **O homem e a ecologia**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1977.
- BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRANCO, Alex. **Contra o Declínio, Adubação Orgânica. Guia Rural**. São Paulo, v.2, n.11, p.52-5, nov. 1988.
- BUNN, Maria Cristina. **Os novos movimentos sociais e a Ciência Social: transformações para além da superfície no movimento ecológico**. Texto apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 1989.
- CARDOSO, Adauto. **A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização**. In: PIQUET, Rosélia, RIBEIRO, Ana Clara Torres, (Org). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.
- CARNEIRO, Eder Jurandyr. **Reflexões para uma abordagem sociológica do movimento ecológico**. Minas Gerais: UFMG, 1988. Departamento de Sociologia e Antropologia. Texto nº22, jan/fev 1988 (mimeo).
- CARVALHO, Hamilton. **Ensinando a Plantar. Zero Hora**. Porto Alegre, 19 ago. 1988. Campo e Lavoura, p 7-8.
- CONTI, Laura. **Ecologia: capital, trabalho e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- COOLMÉIA. **Feira ecológica tupambaé**. Porto Alegre, 1986, 1987 e 1988. (mimeo)
- COOLMÉIA E TRAVESÃO. **O amor à arma e a química ao próximo**. Porto Alegre: Oficina de texto e arte Travesão, 1991.
- COSTA, Carlos Fernando. **Cooperativa coolméia: ecologismo e a ecologia como estratégia de reprodução de pequenos produtores rurais**. Texto apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Ecologia e meio rural**. Porto Alegre, 1988. Textos de estudo.
- COSTA, Carlos Fernando, BUFFON, Roseli. **Uma coolméia**. Porto Alegre, 1987. Texto de estudos.
- CREMA, Roberto. **Introdução à visão holística**. São Paulo: Summus, 1989.



- CROALL, Stephen, RANKIN, William. **Ecologia para principiantes**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- DAJOZ, Roger. **Ecologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em o Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A perspectiva antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C.L. (org). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ELY, Aloísio. **Economia do meio ambiente**. Porto Alegre: FEE, 1988.
- FELDMANN, Fábio. **A sociedade brasileira na conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, Rio/92**. Brasília: Comissão de defesa do consumidor, meio ambiente e minorias. Seminário, 12 a 14 de setembro de 1991. (mimeo)
- FERRARI, Antenor. **Agrotóxicos: a praga da dominação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- FOLHA DE SÃO PAULO: São Paulo, 1992. Jornal, p.1-8, 15/06/92.
- FREIRE, Nadia Maria Schuch. **Mulher, trabalho e capital no campo: um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul - RS**. Porto Alegre: IEPE, UFRGS, 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GABEIRA, Fernando. **Vida alternativa: uma revolução do dia a dia**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- GARCIA JR., Afrânio. **Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marca Zero, UNB, CNPQ, MCT, 1989.
- GHELEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o estado: o caso da fazenda Sarandi**. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

- GIULIANI, Gian Mario. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, v.5, n.14, p.59-67, out. 1990.
- GONÇALVES, Carlos W. **Os (Des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.
- GOODMAN, David, SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GUIA RURAL: manual de agricultura orgânica. O jeito natural de produzir alimentos. São Paulo: Abril, jun. 1991.
- HOBBELINK, Henk. **BIOTECNOLOGIAS: muito além da revolução verde. As novas tecnologias genéticas para a agricultura: desafio ou desastre?** Porto Alegre: Riocell, 1990.
- HUBER, Joseph. **Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- INDRIO, Francesco. **Agricultura biológica?** Brasil: Europa América, 1980.
- INFORMATIVO COOLMÉIA. Porto Alegre. out, nov, 1988. (mimeo)
- INFORTÚNIO no Campo. **Revista proteção.** Campo Bom. v.2, n. 9, set./nov. 1990.
- JESUS, Eli Lino de. **História e filosofia da agricultura alternativa.** Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, 1985. n. 27, nov. 1985.
- LAGO, Antonio, PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LENIN, Vladimir Illich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- LOPEZ, Carlos Alberto. **Evolução da base técnica de pequenos agricultores do Estado de Minas Gerais.** Viçosa: UFV, 1991
- LUTZENBERGER, José. **Ecologia: do jardim ao poder.** Porto Alegre: L&PM, 1985.

- \_\_\_\_\_. **GAIA - o planeta vivo (por um caminho suave)**. Porto Alegre: L&PM, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?** Porto Alegre: Movimento, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Pesadelo atômico**. São Paulo: CHED, 1980.
- LUTZENBERGER, José, Aveline, Alfredo, Lewgoy, Flávio (org) et al. **Política e meio ambiente**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MANN, S. A., DICKINSON, J. M. **Obstacles to the development of a capitalist agriculture**. The Journal of Peasant Studies, 5 (4), 1978.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MINC, Carlos. **Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MIZUGUCHI, Yoshito, ALMEIDA, Josimar Ribeiro de, PEREIRA, Luiz Antônio. **Introdução à ecologia**. São Paulo: Moderna, 1981.
- MURRAY, R. Value and theory of rent: part two. **Capital and Class**. Primavera, 4. 1978.
- NARS, Nasser Youssef. **Agricultura natural. Biotecnologia apropriada para o Terceiro Mundo?** Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1989. (mimeo)
- NETO, Francisco Graziano. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília: UNB, 1985.
- NOVAES, Regina. **Questão agrária hoje?** In: **Tempo e presença**. Rio de Janeiro: CEDI. v. 13, n. 257, p.5-9, mai./jun. 1991.
- OLIVEIRA, Edgar Francisco de. **Camponeses da fronteira. Estudo das articulações entre o capital e a pequena produção no alto Turi - MA**. Recife: PIMES. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES), 1984.

- OLIVEIRA Jr, Paulo H. B. de. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo.** Rio de Janeiro: FASE, PTA, 1989.
- PÁDUA, José Augusto. **Physis e polis:** notas sobre um problema teórico. Texto apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, 1988. Águas de São Pedro.
- RISÉRIO, Antônio. A hora da Sociologia verde: sensibilidade ecológica e preocupação social começam a se aproximar. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 27 set. 1992. p.6-3. Jornal.
- QUEIROZ, Antônio Carlos. Eco-92, o rescaldo. In: **Jornal Brasil Agora.** São Paulo: Brasil Agora, 1992. Ano 1, nº18 de 29/06 a 10/07/1992.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE.** Porto Alegre: FEE, 1981. 2(2):109-17, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Notas sobre a investigação sócio-antropológica do "rural".** Texto apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988.
- SANTOS, Maria Odete. **A questão agrária no Brasil:** sistematização e crítica do debate. Porto Alegre: IEPE, UFRGS, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade federal do Rio Grande do Sul.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1984.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. Caderno Estudos Cebrab. São Paulo: VOZES, CEBRAP, 1980. n. 26, 1980.
- SOUZA, José Cavalcante de. **Os pré-socráticos:** fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

- SILVA, Emerson Xavier da. **La Coonatura, du producteur ao consommateur: un developpement social en question.** Lion: S.P.P.S, 1988. Dissertação para a obtenção do diploma de "Hautes etudes en pratiques sociales", Universidade Lumiere Lyon 2 - College Cooperatif Rhone-Alpes, Faculte des S.P.P.S.
- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, Osvaldo Heller da. **Produção familiar: proletarização à frente (o caso da cacauicultura Baiana).** Porto Alegre: IEPE, UFRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVA, Paulo Roberto Nunes da. **Alguns apontamentos sobre as transformações na agricultura gaúcha. Ensaio FEE.** Porto Alegre: FEE, 1991.
- STEFANELLI, Ricardo. **Enfim, a agricultura brasileira. Zero Hora.** Porto Alegre, 31 ago. 1990. Campo e Lavoura, p. 18.
- TEMPO E PRESENÇA. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. Revista Publicada pelo CEDI. Edição especial sobre meio ambiente. Ano 14, nº 261 jan/fev 1992.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural.** São Paulo: Cia das Letras. 1988.
- TIRANDELLI, Rosa Maria Gallo. **A colônia Bratislava - a unidade familiar e o bairro rural em mudança - Cambé - PR.** Porto Alegre: IEPE, UFRGS, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade.** São Paulo: Loyola, 1991.
- VIEIRA, Liszt. **Fragments de um discurso ecológico.** São Paulo: Gaia, 1990.
- VIOLA, Eduardo. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo a ecopolítica.** In: PÁDUA, José Augusto (org). **Ecologia e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPRJ, 1987. p. 63-109.

- \_\_\_\_\_. **O impacto da problemática ambiental na Sociologia contemporânea.** Brasília: FINEP, CNPQ, UNB, 1987. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Sociologia, Jul. 1987.
- \_\_\_\_\_. **O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambú, 1991.
- VIOLA, Eduardo, LEIS, Héctor R. **Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo.** In: LEIS, Héctor R. (org). **Ecologia e política mundial.** Rio de Janeiro: Vozes, FASE, AIRI, PUC/Rio, 1991.
- VOGTMANN, T., WAGNER, R. **Agricultura ecológica: teoria e prática.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- WILKINSON, Jonh. **O estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo, Salvador: Hucitec, CEPA-BA, 1986.
- YUDICE, George. **O pós-moderno em debate.** **Revista Ciência Hoje.** Rio de Janeiro: SBPC, v. 11, n. 62, mar. 1990.
- ZIMMERMAN, Jorg. **Desenvolvimento sustentável e agricultura.** In: **Tempo e presença.** Rio de Janeiro: CEDI, v. 14, n. 261, Jan./Fev. 1992.